



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

JESSICA OLIVEIRA FERNANDES

**A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO IMPOLIDO EM COMENTÁRIOS DO TWITTER/X A
PARTIR DE REDES REFERENCIAIS**

FORTALEZA

2024

JESSICA OLIVEIRA FERNANDES

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO IMPOLIDO EM COMENTÁRIOS DO TWITTER/X A
PARTIR DE REDES REFERENCIAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC), como requisito para a aprovação no doutorado

Área de concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Práticas discursivas e estratégias de textualização

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Elias Soares - 2024

Prof^a Dr^a Mônica Magalhães Cavalcante (*in memoriam*) – 2019 a 2024

Coorientadora: Prof^a Dr^a Isabel Roboredo Seara

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F399c Fernandes, Jessica Oliveira.

A construção do sentido impolido em comentários do Twitter/X a partir de redes referenciais / Jessica Oliveira Fernandes. – 2024.
156 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Maria Elias Soares.

Coorientação: Profa. Dra. Isabel Roboredo Seara.

1. impolidez. 2. violência. 3. redes referenciais. 4. contrato comunicativo. 5. parâmetros tecnodiscursivos. I. Título.

CDD 410

JESSICA OLIVEIRA FERNANDES

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO IMPOLIDO EM COMENTÁRIOS DO TWITTER/X A
PARTIR DE REDES REFERENCIAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC), como requisito para a aprovação no doutorado.
Área de concentração: Linguística.
Linha de pesquisa: Práticas discursivas e estratégias de textualização.

Aprovada em 24/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Elias Soares (Orientadora/Presidente da banca)
(Universidade Federal do Ceará - UFC)

Prof.^a Dr.^a Isabel Roboredo Seara (Coorientadora)
(Universidade Aberta de Lisboa - Uab)

Prof. Dr. Rodrigo Albuquerque Pereira
(Universidade de Brasília - UNB)

Prof.^a Dr.^a Mariza Angélica Paiva Brito
(Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab)

Prof. Dr. Valdinar Custódio Filho
(Universidade Estadual do Ceará - UECE)

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Tinoco Cabral
(IPPUC-SP e USP-ProfLetras)

FORTALEZA

2024

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À minha mãe, Betiza, e ao meu pai, Robson (*in memoriam*), os quais fala(va)m de mim para os outros com tão gentis adjetivos que me fazem me esforçar o dobro para que tudo seja verdade.

À minha irmã Susani, por ser desde sempre e para sempre minha parceira de vida e por ter me dado de presente minha sobrinha e afilhada, Laís, por quem eu me empenho todos os dias para ser um bom exemplo.

Ao meu marido Jamil, por ser essa minha dupla infalível, meu suporte, minha companhia de todos os dias.

À minha orientadora Mônica Cavalcante (*in memoriam*), minha mãe acadêmica, que me acolheu tão bem com doses estequiométricas de brincadeiras e compromisso. Um ser iluminado que, por onde passa, carrega uma legião de admiradores; um exemplo de pessoa e de professora a ser seguido. Uma pequena grande, eternizada em sua robusta obra e no carinho o qual os que tiveram o privilégio de cruzar seu caminho guardarão para sempre. Arrisco a dizer que nunca haverá ninguém como ela no mundo!

À minha coorientadora Isabel Seara, meu norte em Lisboa que me facilitou tantos caminhos além-mar com tanta leveza. Muito obrigada pela confiança no meu trabalho e pelas tantas portas abertas. Seu acolhimento foi e é essencial nessa jornada difícil.

Aos membros da banca da qualificação, Rodrigo Albuquerque e Mariza Brito, por balizarem minhas reflexões nesse momento tão crucial da escrita da tese.

Às professoras que colaboraram nesse caminho até a tese, na disciplina de seminários, Maria Elias e Ana Lúcia Tinoco, as quais, muito além desse momento, construíram sólidos degraus para que eu chegasse onde estou.

Aos membros da banca de defesa, Ana Lúcia Cabral, Rodrigo Albuquerque, Mariza Brito e Valdinar Custódio, pela leitura das minhas reflexões e pela certeza da rica troca. Agradeço não só às considerações feitas neste momento, mas a todo um acompanhamento durante o período do doutorado, essas contribuições foram essenciais. Vocês, sem dúvida, fazem parte deste trabalho.

Aos professores do programa, que colaboraram para a minha formação, não só para a escrita dessa tese, mas para a professora/pesquisadora que me tornei.

Aos membros do meu grupo de estudo, o Prottexto, os quais me inspiram a ter um pouco da potência que eles têm. Nossas discussões foram e ainda serão origem de muita coisa boa para academia e para a sala de aula.

Ao meu amado grupo de três, do qual fazemos parte eu, Rafael e Eduardo, com quem dividi todo tipo de momento, o que tornou até o trágico cômico. Vocês extrapolaram e muito os limites laborais e acadêmicos e já são essenciais no meu viver.

Aos meus amigos em geral, que felizmente são tantos e que, claro, me facilitam a vida enormemente.

Aos mais antigos e, por vezes, distantes fisicamente, porém atemporais, Roberta, Débora, Camilla, Lia, Marcela e Pedro.

Aos dos reclames, dos perrengues, mas também dos alívios regados a muitos treinos, karaokês e palavras-cruzadas, Rafael, Eduardo, Maiara, Mariana, Bia, Tamara, Naiara, Dona Inês, Márcia, Thales, Juliane, Andréia, Liduína.

Ao meu clã brasileiro em Lisboa, Thayanna, Flávia, Taiane e Renata, que me ajudou a segurar muito bem a barra de ficar longe de casa e, mesmo sendo uma de cada canto do Brasil, foram uma família por esses meses que passei a quilômetros de distância de Fortaleza.

Às meninas do futebol, tanto as de Fortaleza quanto as de Lisboa, que me ajudaram a equilibrar os chácras nesse percurso árduo do doutorado. A leveza desses momentos foi essencial para o meu prosseguir.

À agência de fomento CAPES, por acreditar na pesquisa de modo geral e, de modo mais específico, por permitir que eu desenvolvesse essa investigação com afinco no Brasil e, ainda, em Portugal, onde fui buscar mais subsídios para robustecer minha pesquisa.

RESUMO

A presente tese de doutorado está ancorada num quadro epistemológico diversificado, na medida em que se convocam pressupostos teóricos de domínios disciplinares complementares e que se entrecruzam, desde a linguística textual à Análise do Discurso Digital, centrando-se nos pressupostos teóricos da impolidez e da violência verbal. Com o intuito de investigar a textualização, especificamente por meio de processos referenciais e dos usos estratégicos de impolidez/violência em interações virtuais, são privilegiados os conceitos de impolidez (Culpeper, 2011; Bousfield, 2008), de violência verbal (Charaudeau, 2019) e de ciberviolência (Paveau, 2021), a partir dos quais construímos nossa concepção do fenômeno. O *corpus* analisado neste estudo foi recolhido por meio de capturas de telas de tuítes/publicações feitas no período de 2020 a 2024, a fim de procedermos à análise linguístico-discursiva das estratégias de impolidez/violência que os interlocutores usam em três contratos comunicativos distintos – a saber: a) portais de notícias e comentaristas, b) pessoas públicas/políticos e comentaristas, e c) robôs e comentaristas. Considerando a impolidez como um ato de linguagem em que a construção de sentidos se efetiva na situação particular de interação, elencamos os estudos sobre referenciação (Cavalcante; Brito; Custódio-Filho, 2014; Matos, 2018; Martins, 2019), os quais partem da noção de texto como evento para compreender a construção, pelos interactantes, de uma versão da realidade. Nos tempos atuais, as tecnologias estão cada vez mais presentes na rotina das pessoas e, nesse contexto, alguns parâmetros tecnodiscursivos (Paveau, 2021), característicos do ambiente digital, concorrem para a frequente presença da violência nas interações; a forma como o algoritmo age, por exemplo, incita condutas, como os usos violentos, que gerem engajamento, o qual se associa com a relação de poder nesse ambiente. No que tange aos participantes da interação, essa conduta é, em certa medida, estimulada, pois, por um lado, o efeito de ausência permite a sensação de que o locutor que realiza o ato impolido não sofrerá sanções e, por outro, o efeito perlocutório se acentua se consideramos a viralidade de uma publicação ou de um comentário e a inseparabilidade entre o usuário real e seu perfil nas redes sociais. Os processos referenciais, por construir de forma dinâmica os objetos de discurso – ocasião em que se evidencia seu caráter avaliativo e argumentativo –, permitem uma análise textual dos usos violentos vistos sob uma perspectiva situada e coconstruída na interação, considerando, como destaca Charaudeau (2019), o contrato comunicativo e a maneira como este é posto em cena pelos falantes. Este trabalho pretende, em suma, discutir os modos de construção da interação em contexto digital, nomeadamente na rede social Twitter/X, anotar a forma exponencial como a

impolidez e a violência são coconstruídas, alertando para a necessidade de se repensar as formas de interação e de sublinhar a relevância da análise e da reflexão para a construção de comportamentos enunciativos mais polidos.

Palavras-chave: impolidez; violência; redes referenciais; contrato comunicativo; parâmetros tecnodiscursivos.

ABSTRACT

The present doctoral thesis is anchored in a diversified epistemological framework, insofar as theoretical assumptions from complementary and intersecting disciplinary domains are invoked, ranging from Textual Linguistics to Digital Discourse Analysis, focusing on the theoretical assumptions of impoliteness and verbal violence. With the aim of investigating textualization, specifically through referential processes and strategic applications of impoliteness/violence in virtual interactions, the concepts of impoliteness (Culpeper, 2011; Bousfield, 2008), verbal violence (Charaudeau, 2019), and cyberviolence (Paveau, 2021) are privileged, from which we build our conception of the phenomenon. The *corpus* analyzed in this study was collected through print screens of tweets/posts made from 2020 to 2024, in order to proceed with the linguistic-discursive analysis of impoliteness/violence strategies that interlocutors apply in three different communicative contracts – namely: a) news portals and commentators, b) public figures/politicians and commentators, and c) bots and commentators. Considering impoliteness as a speech act in which meaning construction takes place in the particular interactional situation, we list studies on referentiation (Cavalcante; Brito; Custódio-Filho, 2014; Matos, 2018; Martins, 2019), which start from the notion of text as an event to understand the construction, by interactants, of one version of the reality. In the present times, technologies are increasingly present in people's routines and, in this context, some technodiscursive parameters (Paveau, 2021), characteristics of the digital environment, contribute to the frequent presence of violence in interactions; the way algorithms act, for example, encourages behaviors such as violent uses that generate engagement, which is associated with power relations in this environment. Regarding the participants of the interaction, this behaviour is, to some extent, stimulated, because of the absence effect, on the one hand, that allows the sensation that the speaker performing the impolite act will not suffer sanctions, and on the other hand, the perlocutionary effect is accentuated if we consider the virality of a publication or comment and the inseparability between the real user and their profile on social networks. The referential processes, by dynamically constructing discourse objects – occasions when their evaluative and argumentative nature is evident – allow for a textual analysis of violent application seen from a situated and co-constructed perspective in interaction, considering, as Charaudeau (2019) emphasizes, the communicative contract and the way it is staged by speakers. In summary, this work aims to discuss the modes of interaction construction in a digital context, particularly on the Twitter/X social network, noting the exponential way in which impoliteness and violence are co-constructed,

highlighting the need to rethink interaction forms and emphasizing the relevance of analysis and reflection for the construction of more polite enunciative behaviors.

Keywords: impoliteness; violence; reference network; communicative contract; technodiscursive parameters.

RESUMÉ

La présente thèse doctorale est ancrée dans un cadre épistémologique diversifié, dans la mesure où des hypothèses théoriques provenant de domaines disciplinaires complémentaires et interconnectés sont invoquées, allant de la linguistique textuelle à l'analyse du discours numérique, en se concentrant sur les hypothèses théoriques de l'impolitesse et de la violence verbale. Dans le but d'investiguer la textualisation, spécifiquement à travers des processus référentiels et des applications stratégiques de l'impolitesse/violence dans les interactions virtuelles, les concepts d'impolitesse (Culpeper, 2011 ; Bousfield, 2008), de violence verbale (Charaudeau, 2019) et de cyberviolence (Paveau, 2021) sont privilégiés, à partir desquels nous construisons notre conception du phénomène. Le *corpus* analysé dans cette étude a été collecté à travers des captures d'écran de tweets/publications réalisés de 2020 à 2024, afin de procéder à l'analyse linguistique-discursive des stratégies d'impolitesse/violence que les interlocuteurs appliquent dans trois contrats communicatifs différents - à savoir : a) les portails d'actualités et les commentateurs, b) les personnalités publiques/politiciens et les commentateurs, et c) les bots et les commentateurs. En considérant l'impolitesse comme un acte de parole dans lequel la construction de sens se produit dans la situation interactionnelle particulière, nous répertorions des études sur la référentiation (Cavalcante ; Brito ; Custódio-Filho, 2014 ; Matos, 2018 ; Martins, 2019), qui partent de la notion de texte en tant qu'événement pour comprendre la construction, par les interactants, d'une version de la réalité. De nos jours, les technologies sont de plus en plus présentes dans les routines des gens et, dans ce contexte, certains paramètres technodiscursifs (Paveau, 2021), caractéristiques de l'environnement numérique, contribuent à la présence fréquente de violence dans les interactions ; la manière dont les algorithmes agissent, par exemple, encourage des comportements tels que des utilisations violentes qui génèrent de l'engagement, ce qui est associé aux relations de pouvoir dans cet environnement. En ce qui concerne les participants de l'interaction, ce comportement est, dans une certaine mesure, stimulé, en raison de l'effet d'absence, d'une part, qui permet la sensation que l'orateur commettant l'acte impoli ne subira pas de sanctions, et d'autre part, l'effet perlocutoire est accentué si l'on considère la viralité d'une publication ou d'un commentaire et l'indissociabilité entre l'utilisateur réel et son profil sur les réseaux sociaux. Les processus référentiels, en construisant dynamiquement des objets de discours - occasions où leur nature évaluative et argumentative est évidente - permettent une analyse textuelle de l'application violente vue d'une perspective située et co-construite dans l'interaction, en considérant, comme le souligne Charaudeau (2019), le contrat communicatif et la manière

dont il est mis en scène par les locuteurs. En résumé, ce travail vise à discuter les modes de construction de l'interaction dans un contexte numérique, particulièrement sur le réseau social Twitter/X, en notant la manière exponentielle dont l'impolitesse et la violence sont co-construites, mettant en évidence la nécessité de repenser les formes d'interaction et en soulignant la pertinence de l'analyse et de la réflexion pour la construction de comportements énonciatifs plus polis.

Mots-clés : impolitesse ; violence ; réseaux référentiels ; contrat communicative ; paramètres technodiscursifs.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
2	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE (IM)POLIDEZ E VIOLÊNCIA.....	24
2.1	Noções de polidez	24
2.2	Noções de impolidez.....	35
2.3	Noções de violência	48
3	O QUE TORNA UM ENUNCIADO IMPOLIDO OU VIOLENTO?	59
3.1	A relação entre o esperado e o realizado	60
3.2	A textualização da impolidez/violência	64
3.3	Os graus de impolidez no ambiente nativo digital.....	82
4	METODOLOGIA	90
4.1	Caracterização da pesquisa	90
4.2	Delimitação do universo e amostra	91
4.3	Descrição da coleta dos dados.....	95
4.4	Procedimento e análise dos dados	96
5	UMA DEMONSTRAÇÃO DA TEXTUALIZAÇÃO DA IMPOLIDEZ/ VIOLÊNCIA EM INTERAÇÕES DIGITAIS.....	98
5.1	Interações entre portais de notícias e comentaristas	104
5.2	Interações entre políticos e comentaristas	115
5.3	Interações entre comentaristas e robôs.....	130
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS.....	150

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Essa tese tem como ponto de partida os pressupostos teóricos defendidos pela linguística textual praticada pelo grupo Protexto e tem como propósito principal, como já antecipa o título, uma análise textual da construção de sentidos impolidos/violentos. Sendo assim, esclarecemos, inicialmente, a noção de texto a qual adotamos para que não se confunda uma análise textual com uma cotextual, ou seja, com uma perspectiva que reduz o texto à sua materialidade, isso porque concordamos que o evento textual extrapola o âmbito da sintaxe e do léxico (Marcuschi, 2003) sem que, por isso, as marcas da superfície do texto sejam desconsideradas. Cavalcante *et al.* (2020) assevera que os sentidos são construídos não apenas por meio de uma mobilização de conhecimentos estritamente linguísticos, mas da convocação, através das pistas cotextuais, de conhecimentos outros que dizem respeito ao contexto singular em que o enunciado é encenado.

É nesse sentido que o contexto não é externo ao texto, mas faz parte dele, uma vez que contribui para a construção de sentidos, dado que “os elementos que imprimem sentido a um texto são, de fato, singulares para cada situação” (Cavalcante *et al.*, 2019, p. 28). Além disso, pontuamos que a ideia que defendemos de contexto nesta investigação, além de contemplar a noção já bastante difundida nos estudos discursivos acerca dos aspectos sócio-históricos, contempla, também, as particularidades do ambiente digital (Paveau, 2021), visto que nosso *corpus* é oriundo do ecossistema digital Twitter.

A construção de sentidos do texto se dá por estratégias diversas de que o interlocutor se vale para buscar atingir seus propósitos comunicativos, como a progressão tópica, os jogos intertextuais, as marcas de heterogeneidade enunciativa, a construção de redes referencias, para citar algumas. Nessa pesquisa analisamos a forma como os processos referenciais são utilizados para construir os objetos de discurso, especificamente os que o fazem de modo ofensivo, isto é, dentre as possibilidades de introduzir e/ou retomar um referente, nos ocupamos do estudo estritamente dos usos agressivos¹.

A escolha pelo processo de referenciação como fenômeno textual, o qual fornece pistas textuais para a compreensão da ocorrência da impolidez, se dá por suas características de promover uma reelaboração da realidade, resultar de uma negociação entre interlocutores e, ainda, por ser um processo sociocognitivo-discursivo. De modo semelhante aos processos

¹ Utilizamos os termos “ofensivo” e “agressivo” como sinônimos de “impolido”, considerando a gradação inerente ao fenômeno.

referenciais, os modos impolidos de se referir a um objeto de discurso são extremamente complexos, pois produzem efeitos de sentido diferentes de acordo com as circunstâncias em que o enunciado é encenado, o que envolve os interlocutores, a relação entre eles estabelecida, isto é, o contrato comunicativo posto em prática pelos participantes no evento enunciativo, além de aspectos culturais que norteiam valores morais e éticos os quais, por sua vez, podem variar as formas de praticar e/ou interpretar a impolidez, dentre outros diversos aspectos que colaboram para que a interação se dê de modo mais ou menos agressivo, isso dentro de um espectro de graus de impolidez.

Essa agressividade, nos tempos atuais, acaba por ter bastante espaço, principalmente na web, dadas algumas características específicas desse ambiente. Estamos em um momento de transição, da web 2.0 para a 3.0², contexto que propicia, dentre outros atributos, a interferência do algoritmo no acesso do usuário a conteúdos específicos, a descentralização dos dados, os quais ficam armazenados em vários locais simultaneamente, e a chamada “confiança direta”, a qual dispensa um monitoramento por um intermediário e torna as interações mais diretas, sem que haja, em geral, uma moderação do que está se tornando público. Se por um lado esses três traços trazem uma autonomia maior aos usuários, eles têm consequências relacionadas, inclusive, ao aumento do contato com conteúdos impolidos/violentos e à falta de monitoramento, fiscalização e aplicação de leis. Diante disso, acreditamos que o ecossistema Twitter, sob as regras a que os participantes estão submetidos atualmente³, nos permite investigar essas práticas languageiras agressivas.

A tecnologia, tão entranhada em nossas práticas sociais diárias, tem sido foco de muitas investigações científicas, especificamente da área da linguística, que buscam compreender os modos, ainda tão novos, de interação mediados pelos recursos virtuais. As redes sociais, por exemplo, têm espaço garantido na rotina da maioria da população mundial e vêm modificando as formas de comportamento languageiro (e, também, social). É por meio delas que os usuários comentam, constantemente, opinando acerca de temas atuais, argumentando e buscando influenciar o outro em favor de teses mais ou menos evidentes, utilizando diversas estratégias textuais, como a ciberviolência.

Nesse sentido, acreditamos que a possibilidade de aparente anonimato proporcionada pelo ambiente virtual é um dos fatores que favorece uma conduta agressiva, sobretudo em interações em que a preservação das faces não é um dos objetivos. Porém, apesar

² Informações retiradas do site <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-web-3-0-e-quais-as-diferencas-para-a-web-2-0/>.

³ Entre os anos de 2020 e 2022, período em que ocorreu a coleta dos dados.

de ainda ter efeito considerável sobre as interações virtuais, essa ideia de anonimato vem, cada vez mais, perdendo força, uma vez que os usuários “reais”, mesmo escondidos atrás de *fakes* ou personagens, são passíveis de investigações, mediante identidade virtual (IP), por suas condutas no ambiente digital e sofrem sanções. Uma das formas de sanção pode ser até mesmo a demissão, por parte de empresas, por exemplo, ou o bloqueio do perfil pelas redes sociais, podendo implicar, inclusive, em sanções por parte do aparelho estatal, conforme previsto nos documentos mais atuais que regulam as condutas no meio virtual, os quais vêm sendo frequentemente debatidos e aperfeiçoados.

Essas diferentes sanções ocorrem com base nos níveis de impolidez e violência, os quais são de complexa apreensão, o que despertou nosso interesse em buscar compreender de que modo os objetos de discurso são articulados pelos participantes da interação na construção de um discurso impolido/violento. Assim, para desenvolver esta pesquisa e, então, discutir esse tipo de estratégia textual de manifestação da impolidez, é preciso entender brevemente alguns conceitos basilares e, para isso, recorreremos a alguns autores que podem fundamentar melhor as reflexões inicialmente em torno da impolidez, Culpeper (2011) e Archer (2008), Bousfield (2008) e Leech (2014), por exemplo, e posteriormente das noções relacionadas à violência, como Amossy (2017), Charaudeau (2019) e Paveau (2021).

Culpeper (2011) concebe impolidez como um conjunto de estratégias que, em vez de amenizar o ato ameaçador de face, como ocorre com as estratégias de polidez, busca causar a desarmonia por meio do ataque à face do outro. Para definir esses ataques, o autor parte da divisão de Goffman (1967) – o qual categoriza o dano facial em intencional, incidental ou não intencional. Johnatan Culpeper se debruça especificamente sobre o ataque intencional, considerando a impolidez como uma estratégia que, portanto, tem o objetivo de causar dano ao outro. É válido mencionar que o autor, a partir de Gibbs (1999), entende a questão da intencionalidade não como uma vontade psicológica e individual, mas uma coconstrução dinâmica de sentidos entre falante e ouvinte, visto que sua abordagem é discursiva e, então, busca avaliar situações particulares das quais os significados emergem (Culpeper, 2008).

Ao descrever, com base em seu *corpus*, as estratégias de impolidez, Culpeper (2011), por se basear no modelo de Brown e Levinson (1987), mantém a divisão entre impolidez positiva e negativa, a qual, a nosso ver, é pouco produtiva, uma vez que, concordando com o que aponta Bousfield (2008), as duas formas se sobrepõem em vários dos casos analisados e exemplificados por ele. Ainda acerca de Culpeper (2011), além de elencar estratégias *output* – técnicas usadas para manifestação da impolidez –, como insultos, vocativos, críticas e ameaças, o autor destaca as possibilidades de respostas ao ato impolido

(Culpeper *et al.*, 2003), como aceitar a ofensa ou contra-atacar. Essas duas classificações nos interessam especificamente por possibilitarem um diálogo com autoras como Amossy (2017) e Paveau (2021), as quais discutem questões semelhantes acerca da violência verbal e da ciberviolência, respectivamente. Quanto às estratégias *output* elencadas por Culpeper (2011), Bousfield (2008) as readéqua a partir de sua proposta de desfazer a distinção entre impolidez positiva e negativa, e é conforme essa reformulação que orientamos nossa discussão.

Ainda acerca dos Atos Ameaçadores de Face, autores como Culpeper (2011) e Leech (2014) os dividem em dois tipos, impolidez e rudeza. Culpeper (2011) trata os atos ameaçadores incidentais e não intencionais como rudeza para diferenciar de impolidez (atos ameaçadores intencionais), sendo estes últimos os mais agressivos em termos de escala. Já Leech (2014) considera que a impolidez diz respeito à violação das máximas de polidez – acreditamos que pelo prefixo de negação “im” –, entendendo como mais brando que os atos de rudeza, isto é, a ataques deliberados com linguagem emocionalmente carregada, como o uso de palavras tabu, insultos. Bousfield (2008), por sua vez, aponta que a impolidez se divide em duas formas básicas de manifestação, uma por meio da ausência de polidez, isto é, FTA não mitigado e outra por agressões deliberadas ou, ainda, quando o ataque é aumentado, potencializado.

Diante das categorizações feitas pelos estudiosos da área, optamos por utilizar um único termo – impolidez (em detrimento de rudeza) – que compreenda os diversos níveis do fenômeno, de dentro de um contínuo, o qual vai desde a ausência da polidez, quando esta é esperada em seu contexto de uso, até os atos mais violentos e exacerbados com uso de expressões prototipicamente compreendidas como agressivas de acordo com os valores morais vigentes em dada época e cultura. Essa opção, por sua vez, não implica que não utilizaremos o termo violência para remeter a usos mais exacerbados de impolidez, visto que concebemos violência um dos extremos do contínuo impolidez/violência. Dito isso, aproximamo-nos mais da perspectiva conceitual de Bousfield (2008), porém com algumas modificações.

Apesar de Bousfield (2008) conceber o fenômeno da impolidez de modo mais abrangente por adotar um viés discursivo, o que se assemelha ao que Leech (2014) aponta como nível sociopragmático de análise – em contraponto ao nível pragmalinguístico –, identificamo-nos com o que Haugh e Culpeper (2018) chamam de terceira onda. Os autores diferenciam três abordagens e, com base na divisão proposta, Bousfield (2008) se aproximaria do que intitulam segunda onda, a qual reúne estudos sobre o fenômeno sob uma ótica mais discursiva que a primeira onda, na qual destacam-se, por sua vez, os aspectos léxico-

gramaticais dos atos de fala (im)polidos. A terceira onda se dá a partir das críticas às primeira e segunda ondas, uma vez que os autores – com quem concordamos – apontam que não se pode negligenciar alguns aspectos em detrimento de outros, isto é, usando os termos de Leech (2014), tanto o nível pramalinguístico quanto o sociopragmático devem ser levados em consideração nas análises. Sendo assim, buscamos nos apoiar nas pistas textuais, especificamente por meio das redes referenciais, com o intuito de compreender os usos impolidos/violentos dentro de sua complexidade, em seus diversos níveis, considerando o contexto no qual o enunciado é realizado.

Essas concepções de impolidez mencionadas pelos autores, especificamente os que mais se aproximam da segunda onda, nos chamam a atenção especificamente por, à medida em que se adequaram aos estudos languageiros mais recentes, se aproximarem conceitualmente das noções de violência defendidas por alguns estudiosos do discurso. É interessante destacar que, ao passo que os estudos que utilizam o termo “impolidez” parecem se originar na Pragmática, os que utilizam “violência” se filiam predominantemente à área da Análise do Discurso. Para conhecermos alguns desses autores que defendem um viés discursivo do fenômeno, discutimos as perspectivas de Charaudeau (2019), de Amossy (2017) e, por fim, a de Paveau (2021), a qual salienta as peculiaridades da violência no ambiente virtual, isto é, ciberviolência para usar o termo da autora. Sendo assim, entendemos que, principalmente com o desenvolvimento das teorias, ambos os campos são complementares e contribuem para o entendimento que temos do que, a partir de então, chamaremos de impolidez ou, nos casos mais graves, de violência.

O semiolinguista Charaudeau (2019) destaca que não se pode atribuir a priori um valor violento a um enunciado, pois a violência se constrói conforme seu contexto. Como todo ato de linguagem, o autor aponta a importância de conceber o enunciado violento levando em consideração o “contrato de comunicação, da maneira como ele é posto em cena, ou seja, a situação de enunciação; do valor social das palavras e fórmulas inventadas e partilhadas pela sociedade” (p. 454). Em outras palavras, é preciso que as análises não se restrinjam às normas sociais, se estas são ou não cumpridas – polidez e impolidez, respectivamente –, mas também não podem ser desconsideradas e sim tratadas como ponto de partida. Esse raciocínio trazido pelo autor nos interessa por dar suporte ao que Haugh e Culpeper (2018) apontam como a terceira onda, pois associamos às fórmulas convencionais de impolidez propostas por Culpeper (2011) e aos processos referenciais.

Já a analista do discurso Ruth Amossy (2017), acerca da violência verbal, destaca que se pauta em uma concepção ampla do termo violência, uma vez que considera desde

interrupções a insultos, isto é, desde as manifestações menos às mais comumente associadas à conduta violenta; porém Amossy (2017) deixa claro que não se ocupa das formas de violência verbal, ponto que, juntamente a outros aspectos, nos interessa nesta pesquisa. Em sua discussão acerca do assunto, a autora o convoca, em sua obra dedicada a desenvolver considerações sobre a modalidade argumentativa polêmica, para defender que o uso da violência pode ou não ocorrer durante uma interação em que duas teses diametralmente opostas são defendidas por Oponente e Proponente. Um dos traços constitutivos da polêmica discursiva, desqualificar o outro, isto é, colocar em cheque a credibilidade do Outro ou de sua tese, inclui tanto rebater, criticar, discordar – sem agressividade – quanto insultar, violentar, ofender – com agressividade. Lembramos que neste momento utilizamos o termo violência somente no intuito de resenhar a acepção de Amossy, a qual se diferencia parcialmente do conceito de violência adotado nesta tese.

A partir do que Amossy (2017) pontua, especificamente no que concerne à polêmica, concordamos num ponto e divergimos em outro. Primeiramente, consoante o que a autora afirma acerca de a desqualificação do outro ocorrer com ou sem o uso de violência, assumimos que, se há desqualificação, há, em alguma medida, um nível de impolidez, o que não significa, necessariamente, que haja violência – principalmente por entendermos esta última como mais exacerbada e, por vezes, agravada e intensificada; sendo assim há meios diferentes de reafirmar as oposições com maior ou menor virulência, o que corrobora a existência de níveis de violência. Em contrapartida, discordamos da autora quando admitimos que pode haver agressividade em outras modalidades argumentativas, não apenas na polêmica, uma vez que, na esteira do que defende Duarte (2023), a desqualificação do outro pode ocorrer, diferente do que Amossy (2017) aparenta acreditar, em diversas interações.

Com vistas a contemplar os usos da violência nos ambientes nativos digitais, Paveau (2021) propõe a discriminação de categorias da ciberviolência, isto é, a violência praticada em ambientes tecnodiscursivos e suas peculiaridades. Com o objetivo de ir além das tradicionais pesquisas logocentradas – as quais adaptam categorias elaboradas para o estudo de interações, por exemplo, face a face para o contexto tecnodiscursivo – e, assim, se aproximar ainda mais da construção de sentidos de modo mais amplo e complexo, Paveau (2021) propõe uma análise compósita, na qual características particulares do ambiente nativo digital em que a interação ocorre são consideradas como parte do contexto de produção. Ressaltamos que a autora opta por utilizar o termo ambiente com o intuito de acrescentar a perspectiva pós-dualista, compósita e simétrica a qual defende.

É válido, nesse momento, pontuar que, na esteira do que defendem Cavalcante, Brito e Oliveira (2021), concordamos que as concepções de contexto e de ambiente, por se aproximarem consideravelmente, podem se fazer equivaler caso consideremos “uma enunciação ampla, socioculturalmente ancorada, e que, ao mesmo tempo, já pressupusesse a inseparabilidade das ações humano-tecnológicas” (p. 343). Dito de outra maneira, diferente de Paveau (2021), optamos por utilizar o termo contexto, o qual abrange nesta pesquisa não só essa noção já bastante difundida nos estudos discursivos, mas também as particularidades do ambiente digital, de forma ecológica e compósita.

Para o estudo desses usos violentos no ambiente virtual, Paveau (2021) propõe a tipologia linguística da ciberviolência verbal, em que destaca, também, as formas possíveis de respostas tecnodiscursivas. Todas as categorias propostas são elaboradas a partir da influência que o ambiente tecnodiscursivo e, conseqüentemente, os recursos que este disponibiliza exercem nesse tipo de linguagem agressiva, isto é, a autora leva em consideração os parâmetros tecnodiscursivos para repensar a tipologia linguística da desobediência à noção de decência no âmbito nativo digital. Essa proposta da autora nos é cara por considerarmos pertinente e coerente com o nosso objeto de estudo, uma vez que intentamos investigar o uso dessa estratégia no ecossistema digital (Émérit, 2017) Twitter, especificamente na forma tecnodiscursiva dos comentários, considerando as condições específicas de produção.

Em síntese, buscamos unir as contribuições da área da Pragmática, a partir dos estudos mais recentes sobre impolidez, às da Análise do Discurso, por meio dos trabalhos acerca da violência. Além disso, pela filiação à área de linguística textual, a percepção de que as análises devem abranger tanto pistas linguísticas quanto o contexto de modo amplo é, nesta investigação, realizada no estudo dos processos referenciais.

Nessa perspectiva, é de suma importância compreendermos o estado da arte em relação aos trabalhos que já foram realizados e que abordam as temáticas presentes nessa pesquisa. Alguns deles são, então, apresentados a seguir com o intuito de situarmos nossa investigação em relação ao que já se sabe acerca das teorias das quais lançamos mão. Para isso, dividimos por temática de modo que iniciamos pelas pesquisas sobre violência e impolidez para, por fim, apresentarmos investigações no âmbito da referência.

Muitos são os estudos focados nas interações violentas, característica bastante marcante daquelas que se dão em redes sociais, como os desenvolvidos por Cabral. A autora alia o estudo da violência verbal ao empreendimento argumentativo, isto é, do ponto de vista estratégico e, para isso, se apoia em trabalhos como os de Amossy (2017) e os de Culpeper (2011). Em Cabral e Lima (2018), as autoras discutem acerca do uso da violência em

polêmicas que envolvem política e, assim, se aproximam bastante da articulação teórica que propomos nesta pesquisa, porém se atêm à questão verbal, sem que aspectos importantes, por exemplo do ambiente virtual, sejam considerados nas análises. Já Seara e Cabral (2017), com base em estudos importantes sobre impolidez (Locher, Watts, 2008; Culpeper, 2008; Bousfield, 2008), trazem uma rica contribuição para a análise do fenômeno argumentativo nesse tipo de interação ao desenvolverem algumas funções da violência na tentativa de desqualificação do outro. As autoras tratam as funções da violência como sugestões de partida, assumindo que há possibilidade de alargamento dessas funções a depender dos usos que se faz do ato de fala violento, uma vez que, como elas mesmas destacam, as interações são extremamente dinâmicas, sobretudo em ambiente virtual.

Vale pontuar que as autoras parecem tratar violência e impolidez de modo equivalente. Apesar de entendermos que ambos os termos são oriundos de áreas distintas, reconhecemos que os conceitos reservam, atualmente, semelhanças consideráveis, o que nos faz concordar parcialmente com essa perspectiva adotada, mas há uma espécie de sobreposição, a nosso ver, pois entendemos que toda violência é minimamente uma impolidez, mas que nem toda manifestação de impolidez é violenta. É a partir do ponto de vista de Culpeper (2011) e Leech (2014), que pontuam a diferença do que concebem como impolidez em relação à rudeza, que estabelecemos algumas divergências entre os conceitos de impolidez e de violência quando admitimos que há fatores que intensificam ou não o caráter ofensivo do gesto linguageiro, os quais podem ser de ordem textual e contextual.

Algumas pesquisas que desenvolvem investigação sobre (im)polidez são as de Paiva (2008) e Alves (2015). A primeira aborda a questão sob a ótica do clássico trabalho de Brown e Levinson (1987), assim como a grande maioria dos que tratam da temática, dada a relevância da obra, da qual parte um massivo número de trabalhos teóricos e analíticos. Paiva (2008) tem como *corpus* conversas de uma sala de bate-papo pública, o que se aproxima das interações virtuais que buscamos analisar. Já Alves (2015) aborda o fenômeno sob a ótica tanto de Goffman (2011) e Leech (2005) quanto de Brown e Levinson (1987) para analisar cartas antigas e, portanto, não digitais, mas se aproxima da investigação aqui proposta no que diz respeito à relação entre (im)polidez e processos referenciais.

Ambas as pesquisas, assemelham-se em alguns aspectos à que empreendemos, porém abordam a (im)polidez sob outra perspectiva, visto que apoiamo-nos em uma perspectiva sociopragmática da impolidez, assim como propõem Bousfield (2008), Culpeper (2011) e Leech (2014), pois consideramos aspectos que extrapolam os enunciados, isto é, ultrapassam a descrição dos recursos estritamente linguísticos. Além disso, concebemos a

noção de contexto de modo mais dinâmico e não a “separamos” da acepção ampla que temos de texto (Cavalcante *et al.* 2019).

Nessa perspectiva, buscamos, além de elencar estratégias, como ocorre nos estudos clássicos sobre polidez, investigar seus usos e funções em situações específicas. Para isso, lançamos mão do que Charaudeau (2015) chama de efeitos possíveis com o intuito de nos distanciarmos da ideia, a nosso ver ilusória, de ter garantia da intenção do falante ou da recepção do ouvinte, os quais o autor intitula, respectivamente, efeito visado e efeito produzido. A adoção desse ponto de vista se aproxima do que propõe Culpeper (2011) acerca do estudo da impolidez como estratégia. Ele estuda a impolidez quando utilizada com propósitos específicos e vê a intenção do falante de modo emergente, a partir da interação e da negociação entre os participantes. Sendo assim, acreditamos que o que Culpeper entende por intencionalidade dialoga com o que Charaudeau concebe como efeitos possíveis, uma vez que, em ambos os casos, há uma relação com a negociação de sentidos no momento de uma interação específica.

Ainda acerca da perspectiva sociopragmática de impolidez que adotamos, julgamos pertinente considerar análises de interações específicas, sem nos pautarmos somente em normas estabilizadas, mas também no contexto situacional, isto é, levando em conta a identidade dos sujeitos e o contrato comunicativo partilhado entre eles – o qual pode ser mais ou menos estabilizado – e o contexto interdiscursivo, ou seja, os saberes de opinião, socialmente partilhados, e os saberes ideologizados (Charaudeau, 2010).

As interações impolidas têm sido comuns nos ambientes virtuais, os quais deram palco a essas práticas, visto que as redes sociais, por exemplo, apresentam características específicas que diferem das interações face a face e, por vezes, incitam o ato violento. Acerca das peculiaridades tecnodiscursivas, Marie-Anne Paveau defende uma abordagem ecológica do ambiente digital ao tratar de modo simétrico o humano e o não-humano.

Nessa perspectiva compósita, é válido citar o trabalho de Costa (2018), a qual analisa o papel das *hashtags*, ferramenta utilizada pelo movimento *ciberfeminismo* com vistas a facilitar o debate em torno da temática. A análise, embora demonstre de que maneira a integração dos aspectos tecnodiscursivos contribuem para a construção de sentidos, é realizada sob o ponto de vista da análise do discurso francesa de Maingueneau, diferenciando-se da proposta do presente trabalho. Nossa pesquisa se aproxima mais da proposta discursiva de Ruth Amossy e de Charaudeau e busca articular aspectos tecnodiscursivos à análise textual da impolidez/violência.

Paveau (2021), ao criticar a natureza logocêntrica de pesquisas que usam a internet para *corpus*⁴, destaca a necessidade de se pensar em categorias próprias ao ambiente tecnodiscursivo por entender sua característica compósita e simétrica. Paveau considera especificamente a ciberviolência como a quebra da decência, que acontece nas interações que nascem no ambiente tecnodiscursivo. A autora aponta a influência dos ambientes em que ocorre a ciberviolência, principalmente quando se dá por meio de uma das funcionalidades técnicas mais comuns nas redes: os comentários. São essas categorias, as quais foram pensadas pela autora a partir dos textos nativos digitais, que nos interessam nesse estudo e que nos servirão de norte para estabelecer outras relações teóricas.

Com o intuito de alinhar os estudos do texto às questões inerentes à impolidez/violência, elencamos como categoria de análise a referenciação, fenômeno que engloba aspectos sociocognitivos e discursivos na construção de objetos de discurso, pois acreditamos que ela colabora para o entendimento de como a violência se manifesta textualmente. É por meio desse critério textual que, nesta investigação, nos alinhamos à terceira onda de estudos sobre impolidez, a qual se propõe a contemplar o nível “meso” de análise, isto é, aliar marcas no cotexto a aspectos sociodiscursivos. No que tange a esse assunto, são vastos os trabalhos que o contemplam, por ser um processo bastante elucidativo para a construção de sentidos.

Para exemplificar alguns, citamos a tese de Custódio-Filho (2011), em que o autor discute a complexidade do processo de referenciação e amplia o entendimento da construção de objetos de discurso para aspectos que extrapolam as análises focadas apenas nos aspectos estritamente linguísticos. Outro trabalho que traz constatações relevantes sobre o fenômeno da referenciação é a dissertação de Martins (2019). Nela a autora se dedica à caracterização não de todos os processos referenciais, mas especificamente dos tipos dêiticos. Ainda, Matos (2018), em sua tese, discorre acerca da relação em rede entre os objetos de discurso construídos no texto. As pesquisas anteriormente citadas discorrem acerca de pressupostos que assumimos, porém não os articulam com as noções de violência e tecnodiscurso a que nos propomos.

Esta pesquisa, então, se justifica tanto pela pertinência da interface teórica proposta quanto por uma temática de urgência na sociedade, a violência. A respeito da interface entre os estudos mais atuais da linguística textual e da violência, os quais dedicam

⁴ Paveau (2021) critica o uso da internet para *corpus*, quando o pesquisador retira os dados do ambiente nativo para realizar as análises, e o diferencia do uso da internet como *corpus*, proposta que não desvincula os dados das suas condições de produção, isto é, engloba os aspectos tecnodiscursivos.

espaço à dimensão discursiva da linguagem em suas análises, e os estudos sobre impolidez de perspectiva sociocultural que adotamos, buscamos mostrar de que maneira essas relações teóricas se fazem coerentes de acordo com a ideia que se tem acerca da abrangência do fenômeno do uso da linguagem atualmente.

Quanto à contribuição social, ressaltamos a crescente visibilidade da onda de discursos violentos, sobretudo nas redes sociais. Esse hábito, uma vez normalizado, pode causar consequências graves, o que faz das interações virtuais violentas um tema bastante urgente para as discussões atuais.

Dessa forma, com o intuito principal de investigar a textualização da impolidez/violência por meio da construção de redes referenciais, dividimos nossa discussão em outras 4 seções além desta. Buscamos, com isso, contemplar os objetivos específicos, a saber: I) discutir o modo como as expectativas geradas pelo contrato comunicativo pressuposto dialogam com os sentidos impolidos, II) analisar como o conjunto de pistas textuais colabora para a construção de redes referenciais que possibilitam a construção de sentidos possivelmente agressivos nas publicações e nos comentários direcionados a elas, e III) discutir acerca das possíveis influências dos parâmetros tecnodiscursivos – efeito de ausência, viralidade e inseparabilidade – no nível mais ou menos agressivo dos ataques proferidos.

A seção 2 é dedicada a algumas considerações sobre conceitos-chave para polidez e impolidez, com base em autores filiados às áreas da análise da conversação e da pragmática, e, ainda, destaca autoras que discorrem acerca do conceito de violência, as quais são analistas do discurso. Nesta seção, discutimos noções de impolidez e violência para, assim, destacar nosso posicionamento em relação ao contínuo impolidez/violência.

Já a seção 3 traz as noções adotadas nesta investigação e é dividido em três subseções que desenvolvem os seguintes aspectos: I) a relação entre o contrato comunicativo e a interpretação da impolidez/violência, II) a textualização do fenômeno estudado por meio de processos referenciais que constroem redes que possibilitam a compreensão de sentidos impolidos e/ou violentos, e III) a influência de parâmetros tecnodiscursivos nos níveis de impolidez empregados nos enunciados.

Na seção 4, detalhamos os procedimentos metodológicos adotados para a análise do *corpus* coletado, do qual também descrevemos a forma de coleta.

Em seguida, na seção 5, desenvolvemos uma demonstração de análise de tuítes/publicações e seus respectivos comentários impolidos que são mais representativos do

corpus coletado. Essa seção é, ainda, dividida em três subseções que abordam três circuitos comunicativos distintos, os quais são postos em cena de modos específicos.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE (IM)POLIDEZ E VIOLÊNCIA

2.1 Noções de polidez

Muitos são os autores que contribuíram para a construção do que se entende hoje por (im)polidez linguística ou, ainda, (des)cortesia. Apoiamo-nos nas noções desenvolvidas sob uma perspectiva sociocultural do fenômeno, pois acreditamos que esta dialoga melhor com a linguística textual em que nos baseamos, uma vez que ambas convergem ao realizarem avaliações de fenômenos situados e dinâmicos, entendendo o contexto de modo emergente, visto que o texto, nosso objeto de estudo, acontece como um evento enunciativo único e irrepetível (Cavalcante *et al.*, 2019). Porém, para que compreendamos a proposta de modelo sociopragmático de impolidez, principalmente a apresentada por Culpeper (2011), é necessário que nos situemos em relação ao modelo clássico de polidez de Brown e Levinson (1987), já que tanto aquele se norteia pelas críticas dirigidas a este, assim como tantos outros modelos, quanto não há como compreender impolidez sem que saibamos os preceitos da teoria da polidez. Dessa forma, discutimos brevemente o modelo clássico em questão, intercalando com suas lacunas apontadas por outros autores estudiosos da área.

Os termos *(des)cortesia* e *(im)polidez* são utilizados, na grande maioria dos estudos da área, como sinônimos, mas alguns autores os diferenciam e até utilizam outros termos como rudeza pelo fato de serem entendidos com pesos distintos dentro de um contínuo e, ainda, por sofrerem modificações conceituais com o desenvolvimento desses estudos. Dito de outra forma, o mesmo termo, por vezes, sofre alterações em relação à forma como o fenômeno é concebido na medida em que os autores discutem e incorporam novas noções aos seus estudos. Achamos por bem tratá-los, nesta tese, como sinônimos, mas, para esclarecer a diferenciação que alguns autores fazem, acompanhamos, nesse primeiro momento, a nomenclatura adotada por eles.

Situados na chamada “primeira onda”, os primeiros estudos acerca do fenômeno da polidez, datados das décadas de 70 e 80, se basearam na teoria dos atos de fala de Austin (1962) e Searle (1965; 1968; 1995). Essa influência, apesar de contribuir significativamente para os estudos pragmáticos, trouxe consigo uma abordagem superficial acerca da noção de contexto, a idealização da interação, dentre outras lacunas apontadas por autores da “virada discursiva”, como bem destacam Cunha e Oliveira (2020).

Os alicerces dos estudos sobre (im)polidez passam por pesquisas como as de Grice (1982)⁵ e Goffman (2012)⁶, por exemplo, os quais influenciaram os estudos de Brown e Levinson (1978; 1987), estudiosos que, por sua vez, alcançaram grandes proporções e promoveram consideráveis avanços acerca da temática. Grice (1982) contribuiu bastante para os posteriores estudos da polidez ao se dedicar às interações através da elaboração de máximas conversacionais, as quais tinham como base o Princípio de Cooperação entre as partes envolvidas na conversação. Como se diz em numerosos trabalhos linguísticos, pelo Princípio de Cooperação, para a comunicação ser estabelecida, os interlocutores precisariam estar minimamente engajados em propósitos similares. Nesse sentido, o autor, em busca de entender as implicaturas da língua, isto é, os implícitos, elabora as máximas que devem servir como pressupostos aos participantes da interação, são elas: I) quantidade, II) qualidade, III) relação e IV) modo, as quais devem ser obedecidas em nome de uma interação harmoniosa.

As máximas têm um caráter prescritivo, o que foi alvo de críticas, porém o autor reconhecia a possibilidade de haver a quebra delas, algumas vezes de forma intencional, em que o falante optaria por se comunicar por meio de implicaturas. Essas implicaturas seriam compreendidas pelos interlocutores por inferências, orientadas ou pelo estritamente linguístico (implicatura convencional), ou pelo situacional (implicatura conversacional), o que permitiria a explicação de fenômenos relacionados ao contexto da interação e aos conhecimentos prévios dos participantes, isto é, que extrapolavam o nível estritamente linguístico, entendido aqui como materialidade textual. Esse aspecto relacionado às implicaturas e a sua intencionalidade contribuiu para que o escopo dos estudos sobre polidez se ampliasse, inclusive em estudos mais atuais.

Assim como Grice (1982), numa abordagem sociológica, Goffman (2011) defende o Princípio de Cooperação nas comunicações, o qual rege, inclusive, as interações conflituosas, visto que, para que a comunicação (conflituosa ou não) se estabeleça, os envolvidos compartilham, pelo menos parcialmente, objetivos específicos. Sendo assim, Goffman (1985) afirma que

[...] espera-se que cada participante suprima seus sentimentos cordiais imediatos, transmitindo uma visão da situação que julga ser ao menos temporariamente aceitável pelos outros. A conservação dessa concordância superficial, dessa aparência de consenso, é facilitada pelo fato de cada participante ocultar seus próprios desejos por trás de afirmações que apoiam valores aos quais todos os presentes se sentem obrigados a prestar falsa homenagem. Além disso, há uma

⁵ 1965 no original.

⁶ 1987 no original.

espécie de divisão no trabalho definicional. Cada participante tem a permissão de estabelecer a regulamentação oficial experimental relativa a assuntos que sejam vitais para ele, mas que não sejam imediatamente importantes para os outros [...]. (Goffman, 1985, p. 18).

Esse trabalho que os participantes executam durante as interações diz respeito ao gerenciamento da face. O conceito de face, conforme o sociólogo, é um valor social positivo que o falante reivindica para si, pois eles sofrem uma espécie de coerção em relação ao outro, em uma comunicação específica. A partir da ideia de cooperação de Goffman (1985), espera-se que tanto o falante demonstre respeito próprio quanto considere a face do outro. Essa consideração das faces em interação perpassa o contexto comunicativo específico, pois as faces são condicionadas ao que se espera, em geral, para uma comunicação particular; sendo assim, concordamos que elas são construídas na interação, na relação com o interlocutor, com o papel social, por exemplo, não previamente. Apesar da tendência à preservação das faces, há interações em que essas faces se perdem e que, por vezes, os interlocutores não têm interesse em mantê-las. Não é preocupação de nossa pesquisa ater-se a uma identificação dos diferentes tipos de estratégias de manutenção da face. Apenas recorremos a esse conceito basilar, porque ele está na base dos estudos de impolidez, mas argumentamos a seguir que o tratamento metodológico dado por essa pragmática do ato de fala tanto à polidez quanto à impolidez se distanciam em alguns pontos, como veremos adiante, da demonstração empreendida nesta tese.

Os estudos clássicos, como os de Leech (1983) e Lakoff (1990), percebem o fenômeno da polidez como forma de evitar conflitos verbais, assim como Brown e Levinson (1987), que adotam uma noção associada à proteção da face, uma vez que entendem a teoria da polidez como um sistema complexo de estratégias que auxiliam no distanciamento de Atos Ameaçadores de Face, os *Face-Threatening Acts* (FTA's), que são geradores potenciais de conflito na interação. A noção de face, advinda das pesquisas de Goffman (2011), a saber:

Um valor social positivo de uma pessoa que efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados – mesmo que a imagem possa ser compartilhada (Goffman, 2011, p. 13-14).

foi desmembrada no modelo de Brown e Levinson (1987), uma vez que eles propõem não apenas uma, mas duas faces: uma positiva, entendida como os desejos do eu; e outra negativa, vista como o “território” do eu. Dito de outra forma, a face positiva é aquilo que um membro adulto competente de uma sociedade deseja mostrar, é seu desejo de que seus interesses sejam

apreciados por interlocutores; já a negativa é aquela que o falante quer omitir para que suas ações não sejam impedidas. Dessa forma, em uma interação, quatro faces estão em jogo, as faces positivas e negativas tanto do falante quanto do interlocutor.

É interessante destacar, ainda, que os participantes da interação, conforme Brown e Levinson (1987), são vistos sob a ótica idealista, isto é, o modelo é baseado em falantes adultos competentes e, conseqüentemente, em comunicações ditas ideais, o que não condiz com a perspectiva textual que estamos propondo.

Essa ideia parece ser reforçada quando o modelo proposto, assim como as estratégias elencadas, tomam como base as considerações acerca dos atos de fala feitas por John Searle (1969), o qual desenvolve seus estudos fundamentados, também, em modelos comunicativos idealizados; ambos se pautam por normas e padrões esperados de comportamento dos falantes em comunicações, em uma perspectiva semântico-pragmática – um dos alvos de reformulações por outros autores. Nesse sentido, Brown e Levinson (1987) entendiam que um enunciado como “Eu não vou, pois não gosto de festas com muitas pessoas” era visto como impolido, já que representa uma discordância, uma declinação de um convite, o que violaria uma das estratégias de polidez positiva, a que diz “Procure concordância, conciliação”. A nosso ver, em concordância com autores como Johnatan Culpeper e Derek Bousfield, não é possível considerar um ato ameaçador de face a priori, sem que sejam postas em consideração as circunstâncias de produção.

Para ilustrar outra incongruência, os autores atribuíam aos enunciados indiretos uma estratégia de polidez negativa, porém sabemos atualmente que a ironia, por exemplo, se trata de um enunciado indireto, mas que lesa, muitas vezes, a face do interlocutor. Essa forma de ver, transparece um apego ao que a Pragmática à época concebia como enunciado, o que, mais tarde, seria superado com a inclusão de outros aspectos que colaboram para a compreensão desse fenômeno complexo da (im)polidez.

Leech (2014), em sua reformulação e após algumas críticas ao seu modelo inicial de 1983, propõe modificações. No que tange ao entendimento de face, Leech (2014) acrescenta uma dimensão que vai além da tradicional que engloba a individualidade dos interlocutores e a coloca dentro de um contexto de forças sociais, isto é, assume que existem, também, coerções da comunidade da qual os participantes da interação fazem parte, não apenas do interlocutor imediato. Esse acréscimo alarga ainda mais o entendimento dos aspectos que precisam ser levados em conta para a compreensão da (im)polidez, além de ser um passo importante para a consideração de um contexto um pouco mais amplo.

Leech (2014) não foi o único a propor um maior detalhamento em relação ao conceito de face; Spencer-Oatey (2008) destaca a presença de três tipos de face e dois tipos de direitos sociais em negociação, como veremos mais adiante.

A partir das noções de face positiva e negativa, Brown e Levinson (1987) destacam as de polidez positiva e negativa, duas formas de atenuar o FTA (*Face Threatening Act*). A polidez positiva é orientada para o ouvinte e para a necessidade de aprovação e aceitação por parte deste, de ter os seus valores reconhecidos pelo outro; trata-se de como o falante deseja ser visto pelo ouvinte. Já a negativa diz respeito à liberdade de ação, de não ter os desejos e os atos impedidos pelo outro, de não ter o seu território invadido. Acerca desse aspecto, autores como Kerbrat-Orecchioni (2017) e Leech (2014) propuseram uma reformulação dos conceitos de forma a entender a interação de modo menos pessimista, uma vez que Brown e Levinson pareciam conceber que uma simples pergunta era motivo de um mínimo constrangimento dada a interrupção necessária para que o questionamento fosse realizado e, ainda, que o interlocutor seria perturbado em algum nível para respondê-la.

Leech (2014) propõe uma visão diferenciada e, por esse motivo, opta por nomear pos-polidez e neg-polidez. Neg-polidez é a mais importante, pois é a estratégia usada pelo falante para atenuar um ato ameaçador de face (doravante AAF). O autor ainda menciona a relação dos atos diretos e indiretos, esses frequentemente relacionados à impolidez e estes à neg-polidez. Já a pos-polidez atribui uma característica positiva ao ouvinte e pode, também, ser usada como uma estratégia corretiva, isto é, uma vez percebido o ato ameaçador de face cometido, o falante busca amenizá-lo por meio de um elogio ou um pedido de desculpas como forma de reestabelecer o equilíbrio da interação. Dito de outra forma, a neg-polidez busca amenizar um AAF, tornando-o, de certo modo, indireto; a impolidez é um movimento que realiza diretamente um AAF, e pos-polidez diz respeito a uma ação atrelada ao AAF, que visa reparar ou prevenir danos reconhecidamente ou possivelmente causados.

Numa reformulação das máximas de polidez, Leech propõe que, quando o falante assume para si o ato ameaçador de face em prol de maximizar o benefício do outro, isto é, numa relação de custo-benefício em que o ouvinte, para que as máximas de polidez sejam cumpridas, precisa ser beneficiado em detrimento do falante. Inicialmente, vejamos como essas máximas são vistas pelo autor na tabela que segue, em que O quer dizer o outro e F o falante.

Tabela 1 - Máximas de polidez para Leech (2014)

Máximas (expressas no imperativo)	Par de máximas relacionado	Rótulo para essa máxima	Evento de fala típico
(M1) Dê um alto valor aos desejos do outro (O)	Generosidade, Tato	Generosidade	Comissivos
(M2) Dê um baixo valor aos desejos do falante (F)		Tato	Diretivos
(M3) Dê um alto valor às qualidades de O	Aprovação, Modéstia	Aprovação	Cumprimentos
(M4) Dê um baixo valor às qualidades de F		Modéstia	Autodesvalorização
(M5) Dê um alto valor à obrigação de F para com O	Obrigação	Obrigação (de F para com O)	Pedidos de desculpa, Agradecimentos
(M6) Dê um baixo valor à obrigação de O para com F		Obrigação (de O para com F)	Respostas a agradecimentos e pedidos de desculpa
(M7) Dê um alto valor às opiniões de O	Opinião	Concordância	Concordância, Discordância
(M8) Dê um baixo valor às opiniões de F		Reticência de opinião	Opinar
(M9) Dê um alto valor aos sentimentos de O	Sentimento	Simpatia	Parabenizar, Comiseração
(M10) Dê um baixo valor aos sentimentos de F		Reticência de sentimento	Supressão de sentimentos

Fonte: Leech (2014, p. 91)

O autor destaca as máximas voltadas para o ouvinte (em branco) das direcionadas para o falante (em cinza). Com essa nova proposta, Leech (2014) segue com o propósito das máximas universais e imperativas, mas destaca que é a partir delas que estudos específicos seriam desenvolvidos e, assim, reconhece a possibilidade de outras máximas serem acrescentadas a depender da interação e, portanto, de aspectos contextuais.

Outro ponto interessante da proposta mais recente de Leech (2014) é a menção a dois níveis de polidez, o pragmalinguístico e o sociopragmático. Os estudos clássicos tinham uma tendência a priorizar o nível pragmalinguístico, que se trata de uma escala unidirecional – visto que pode transitar entre polido e não polido, numa gradação de polidez – e diz respeito a um julgamento individual que independe do contexto, isto é, parte de uma convenção. Essa escala de polidez é associada aos usos indiretos; em outras palavras, o autor afirma que a tendência é de que quanto mais indireto o ato de fala for, mais polido ele é. Já no que diz

respeito à escala sociopragmática, Leech (2014) destaca o julgamento compartilhado, dada a maior sensibilidade ao contexto, e ao fato de ela ser bidirecional, pois um mesmo ato, a depender dos fatores contextuais emergentes, pode se enquadrar dentro de uma gradação que vai de mais polido a mais impolido, passando pelo enunciado dito neutro, representado na escala pelo número zero.

Para Leech (1983), uma reclamação em relação a um serviço prestado, por exemplo, é tida como uma quebra de algumas máximas como a da simpatia e a da concordância. Essa interpretação desconsidera em alguma medida o fato de a reclamação ser veiculada em um ambiente específico para reclamações, como a ouvidoria de uma empresa, isto é, é uma prática discursiva esperada naquela interação e que pode ser efetuada com a utilização de estratégias atenuadoras. Ao repensar seu modelo, Leech (2014) revê esse entorno, reformula suas máximas e dá um passo a mais em direção ao aspecto sociopragmático, mas ainda segue pautado nos atos de fala, deixando mais visível no plano teórico suas considerações sobre a situação concreta e cultural de interação.

De maneira semelhante, Kerbrat-Orecchioni (2017) reformula a ideia de polidez positiva e, em vez de tratá-la como abstencionista, a autora propõe um entendimento dito produtivo. Para isso, Kerbrat-Orecchioni (2006) sugere a adoção da ideia de anti-FTA ou FFA (*Face Flattering Act*), isto é, que promovem efeitos positivos, como um elogio. Dessa forma, a autora entende que a polidez negativa tem como efeito/função atenuar um FTA e a polidez positiva de produzir um FFA, o que geraria consequências para todas as faces em interação.

Dito de outra forma, polidez negativa seria quando, diante da necessidade de dar uma notícia ruim, o falante se utiliza de um atenuador como um eufemismo: Sinto muito, mas sua mãe descansou. Trata-se de uma compensação perante uma inevitável necessidade de praticar um FTA. Já no caso de um FFA, o falante não precisa compensar um outro ato de fala de conotação negativa. É o caso de um elogio, por exemplo, ao vestido de sua esposa: Você ficou ótima nesse vestido.

Ainda sobre o modelo de Brown e Levinson (1987), os autores realizaram também uma descrição não exaustiva de diversos atos ameaçadores das quatro faces e, ainda, destacaram a natureza da realização desses atos. Acerca dos atos ameaçadores, eles listam as possibilidades de FTA's, a saber:

1) Atos ameaçadores da face positiva do falante: desculpas, auto-humilhação, autocrítica, confissão, reconhecimento de culpa etc;

2) Atos ameaçadores da face negativa do falante: agradecimento (F⁷ reconhece estar em débito com O), aceitação de um oferecimento (F coloca-se em débito com O), relutância em prometer ou em oferecer algo (F evidencia não querer se comprometer com a realização de ação futura);

3) Atos ameaçadores da face positiva do ouvinte: i) F avalia negativamente algum aspecto da face positiva de O: desaprovação, crítica, desprezo, insulto, acusação, discordância etc.; ii) F demonstra não se preocupar com a face positiva de O: deboche, menção a tópicos considerados inapropriados para o contexto, interrupção da fala de O, desatenção, menção a notícias ruins sobre O etc.;

4) Atos ameaçadores da face negativa do ouvinte: i) F pressiona O a realizar ação futura: ordem, pedido, sugestão, aviso, advertência, desafio etc. (Todos os atos diretivos.); ii) F coloca O em débito, pressionando a aceitar futura ação de F: oferecimento, promessa, e iii) F evidencia desejar ou admirar O ou alguma coisa que lhe pertence: cumprimento (F evidencia que gosta de O), expressões de inveja, admiração, ódio, cobiça etc.

Ressaltamos que, no original dos autores, não é possível encontrar exemplos práticos, de situações reais, somente hipotéticos e sem menção a enunciados concretos, ou seja, do modo como aparece no trecho anterior. Essa constatação é sintomática no que tange à forma como as interações eram vistas pelos autores do modelo clássico.

Já no que diz respeito à natureza da realização dos FTA's, os autores destacam as seguintes estratégias: a) *on record*, em que o falante se compromete e se responsabiliza pelo ato ameaçador, dado que este se realiza de modo direto; b) *off record*, em que o falante evita essa responsabilização por ser indireto, e c) *bald, on record*, quando o ato é direto, sem ação reparadora, como em situações comunicativas em que a relação social com o outro deixa de ser primordial e a mensagem, por exemplo, é o foco. Essas estratégias partiam de aspectos específicos da cultura anglo-saxã e, portanto, não são completamente aplicáveis a outras culturas, como foi provado por autores que realizaram tentativas de aplicação do modelo em outras culturas, como foi o caso de Matsumoto (1988).

A partir do modelo elaborado por Brown e Levinson (1987), alguns pontos necessitavam e foram, de fato, alvo de reformulações por outros estudiosos da área para, assim, se pensar em interações concretas. As condições de produção possuem, como aponta Charaudeau (2019) e como desenvolvemos nas seções posteriores a esta, lugar de relevância no entendimento dos efeitos possíveis que emanam dos casos concretos. Porém, é válido

⁷ Falante (F) e ouvinte (O).

ressaltar que, de uma forma cíclica, os padrões presentes no modelo dos autores ingleses e em outros, elaborados em outras culturas, norteiam a compreensão dos interlocutores, isso porque os sentidos são relativamente estáveis e sensíveis a mudanças sócio-históricas. Dito de outra forma, os padrões não podem ser considerados do ponto de vista normativo, uma vez que as percepções se modificam e evoluem, assim como princípios éticos e morais, com os quais tanto polidez quanto impolidez estão ligados.

Dentre as críticas direcionadas ao modelo, alguns estudiosos questionaram, como mencionamos, a validade universal a que este se propunha, como fez Matsumoto (1988), o qual desenvolveu estudos sobre polidez e, ao aplicar o modelo à cultura/língua japonesa, constatou problemas de sua aplicabilidade, o que naturalmente pode ser problemático em outras culturas, uma vez que valores e crenças divergem em alguns aspectos e, conseqüentemente, um único modelo tende a não dar conta de todas as situações em que vigoram valores diferentes. A deferência, por exemplo, é um valor bastante vigente na cultura japonesa e não é interpretada, a priori, como um possível ato ameaçador de face como prevê o modelo clássico.

Para Bravo (2004), por exemplo, é necessário que se vá além das delimitações semânticas consideradas no modelo em questão, ainda bastante centrado na superfície textual, e que se considere o contexto dos interactantes, a que a teoria da cortesia⁸ é bastante sensível, considerando o entorno sociocultural. A autora, então, sugere uma abordagem que transcenda a perspectiva pragmática tradicional, uma vez que

O(a) falante de uma língua está provido(a) de *recursos interpretativos que advêm de seu entorno social e de suas experiências comunicativas prévias*, os quais parcialmente compartilha com outras pessoas (grupos) e parcialmente não compartilha com essas mesmas pessoas (indivíduo). *Esses recursos se põem em operação na interação e se projetam nos significados que dela emergem, criando novas alternativas*; assim a cortesia, considerada um fenômeno sociocultural, se confirma, se atualiza, se modifica ou se reverte na situação de interlocução real. Isso é possível porque se pressupõe que se compartilham conhecimentos acerca dos conteúdos socioculturais subjacentes. Tais conteúdos explicam a interpretação dos efeitos sociais que os comportamentos comunicativos adquirem, justamente, nessa situação de fala (Bravo, 2004, p. 8-9, tradução e grifos nossos⁹).

⁸ A adoção do termo “cortesia” neste momento se justifica por a autora ser hispânica e, portanto, utilizar o termo correspondente em língua espanhola.

⁹ El/la hablante de una lengua está provisto/a de recursos interpretativos que provienen de su entorno social y de sus experiencias comunicativas previas, los cuales parcialmente comparte con otras personas (grupo) y parcialmente no comparte con esas mismas personas (individuo). Estos recursos se ponen en operación en la interacción y se proyectan en los significados emergentes de la misma, creando nuevas alternativas; así la cortesia, considerada un fenómeno sociocultural, se confirma, se actualiza, se modifica o se revierte en la situación real. Esto es posible porque se presupone que se comparten conocimientos acerca de contenidos socioculturales subyacentes. Tales contenidos explican la interpretación de los efectos que los comportamientos comunicativos adquieren en, justamente, esa situación de habla.

A autora, portanto, levanta importantes questões em relação aos aspectos sociais e individuais e à forma como estes são negociados na interlocução real. A emergência dos efeitos sociais e as novas alternativas que surgem que Bravo cita nos é bastante cara, o que fica evidente no decorrer desta investigação.

Sendo assim, com vista a, de fato, se aproximar do que seriam categorias universais, a autora propõe – diferenciando-se das categorias propostas no modelo clássico, as quais eram tidas de modo mais estanque – a utilização de duas categorias vazias, as quais seriam preenchidas de acordo com as características e os valores da cultura da comunidade de fala à qual os falantes da interação em análise pertencem; são as noções de autonomia e filiação. Essas categorias estão intimamente relacionadas com a concepção de imagem social, uma vez que é de acordo com a imagem que se busca construir que os interactantes realizam o trabalho de faces. Dessa forma, como a imagem social é organizada em torno de como o falante se percebe (como indivíduo) e percebe sua relação com o outro (como participante de um grupo e não participante de outro grupo), há um ponto de partida sociocultural também em relação à imagem social que se busca edificar. O compromisso com a imagem é, então, situacional, único e momentâneo, uma vez que nem sempre o falante se compromete com a imagem valorizada pela comunidade, e a (des)cortesia é emergente da situação comunicativa concreta. Esse ponto de vista nos parece bastante coerente com o modo como entendemos a linguagem e é nele que nos baseamos para realizar a investigação de interações reais. Todavia, usamos as constatações da autora como um grande pressuposto, bastante condizente com o que defendemos, e não lançamos mão das categorias da autonomia e da filiação como critérios para a análise empírica.

Além disso, é possível perceber essa noção de imagem social como a combinação de fatores individuais e relacionais, os quais são contemplados nas categorias propostas pela autora. Autonomia, semelhante ao que Brown e Levinson entendiam como polidez negativa, está relacionada com os desejos do eu e com a ideia de “indivíduo com contorno próprio dentro de um grupo” (Bravo, 2003). Já a categoria filiação, semelhante ao que se intitulava de polidez positiva no modelo clássico, versa sobre as características que identificam e aproximam o indivíduo do grupo.

A autora destaca ainda que, em situações comunicativas, em que valores específicos norteiam a interpretação dos atos de fala, o compromisso com a imagem de autonomia do falante, por exemplo, pode ser interpretado, a depender dos traços socioculturais, como positiva ou negativa e, portanto, de cortesia ou descortesia ou, ainda,

neutra. Para ilustrar, um palestrante que destaca e valoriza suas diferenças como indivíduo em relação ao grupo a que pertence pode ser compreendido como defendendo uma imagem negativa, positiva ou neutra - isso dependerá de fatores como o valor sociocultural que o ato de fala tem dentro de uma comunidade de fala específica. Dito de outra forma, o compromisso de imagem pode ser visto de maneiras diferentes por interlocutores de comunidades de fala diferentes e, ainda, em interações específicas. Além disso, é válido lembrar que autonomia e filiação, em alguns casos, podem ser vistas como duas faces de uma mesma moeda, isto é, ao mesmo tempo em que o sujeito reivindica a própria autonomia em relação a um grupo, ele manifesta a filiação a um outro grupo.

Em síntese, “as expectativas dos falantes acerca de quais são os comportamentos adequados a um discurso de cortesia girarão em torno de uma ‘imagem social básica’” (Bravo, 2004, p. 108, tradução nossa¹⁰). A delimitação dos traços socioculturais de uma comunidade de fala toma por base hábitos que antecedem a interação em análise, mas que podem ou não se atualizar nessa interação. Logo, a (des)cortesia deve ser associada a uma função emergente da interação e da coparticipação dos interlocutores, não de maneira prévia.

Ao analisar uma interação polêmica, Cavalcante *et al* (2020), no terceiro capítulo da obra *Linguística textual e argumentação*, destacam que a imagem social, fundamentando-se em Bravo (2003), que os interactantes buscam edificar é de autonomia em relação ao grupo ao qual eles se opõem ao mesmo tempo em que buscam filiação aos valores sustentados por seus pares, tudo isso por meio de estratégias de textualização. Em linhas gerais, não há, no contexto de dissenso, conforme a análise feita pelos autores em que se discute a questão do aborto, busca por proteção de face do outro; ao contrário, o intuito é se distanciar, a partir de estratégias de descortesia, no caso, do seu Oponente. Dito isso, o que pode ser interpretado como impolido por integrantes de um grupo, pode não o ser pelos componentes de outro grupo; mesmo se tratando de um mesmo evento comunicativo.

Essas diversas perspectivas acerca dos estudos sobre polidez trazem alguns conceitos basilares, como o de face e o de ato ameaçador de face, que, embora não necessariamente adotados nesta pesquisa como critérios de análise, são necessários para a compreensão do desenvolvimento de outras teorias, pois construíram o arcabouço necessário para as investigações sobre impolidez que se desdobraram em seguida. A seção que segue, então, se dedica a desenvolver algumas das teorias sobre impolidez.

¹⁰ Las expectativas de los hablantes acerca de cuáles son los comportamientos adecuados a un discurso de cortesia, pivotarán en una “imagen social básica”.

2.2 Noções de impolidez

Sabe-se que Brown e Levinson (1987) se centraram no fenômeno da polidez, principalmente porque entendiam o ato de linguagem como potencialmente ameaçador das faces. Sendo assim, acabaram relegando à impolidez o segundo plano, apesar da relevância que este fenômeno tem para a interação. Vale ressaltar que os modelos clássicos apontam como sinônimo de um FTA, isto é, de um ato ameaçador de face com a ausência de um atenuador sem, de fato, desenvolver essa concepção do fenômeno. A partir dessa crítica em relação ao lugar delegado à impolidez e do crescimento do interesse pelo seu estudo nas sociedades, muitos pesquisadores se propuseram a investigar esse fenômeno, alguns, como Kerbrat-Orecchioni (2014), propuseram um modelo de (im)polidez, no qual ambos os fenômenos são contemplados, outros, como Culpeper (1996), pensaram em um modelo específico para impolidez, mas com base nos de polidez.

Kerbrat-Orecchioni (2014), na esteira da adequação que a própria autora propõe em relação à ideia de polidez positiva e negativa de Brown e Levinson (1987), tece considerações importantes acerca da impolidez e afirma que o fato de um ato de fala violar as normas sociais, isto é, ir de encontro ao que uma sociedade espera para um tipo de interação, como um debate entre políticos, constitui um ato impolido, seja ele intencional ou não. Dessa forma, a francesa propõe um modelo de (im)polidez, no qual, além da polidez positiva e negativa, desenvolve as noções de hiperpolidez, não polidez e de impolidez positiva e negativa, ou seja, um contínuo que compreende ambos os fenômenos em uma espécie de gradação.

Hiperpolidez é vista como um excesso em relação às normas, quando, por exemplo, um empregado elogia e agradece o patrão demasiadamente quando este comunica que no dia seguinte será feriado (dia no qual se espera que todos os funcionários folguem independente da vontade do patrão, mas por uma questão de legislação e, portanto, de direito trabalhista). Não polidez como ausência normal e esperada de atenuante, o que podemos observar quando, em uma situação de urgência, um bombeiro passa correndo e esbarra em alguém sem um pedido de desculpas posterior; neste caso, não se espera que o bombeiro “perca tempo” se desculpendo, por exemplo. Já impolidez positiva e negativa são entendidas por Kerbrat respectivamente como ato com presença de um marcador de impolidez e ato com ausência anormal de polidez, isto é, quando essa não marcação de polidez não é esperada. No caso de impolidez positiva, podemos citar, segundo a autora, um enunciado do tipo “eu não entendi essa porra” em resposta a uma pergunta a respeito de algum assunto específico, feita

em um contexto mais formal como uma aula, que, ao ser usado com o acréscimo do marcador de impolidez “porra”, uma palavra tabu, o enunciado se enquadra em impolidez positiva. Já a impolidez negativa pode ser compreendida como a ausência, por exemplo, de um agradecimento de uma cliente que teve sua demanda atendida por um vendedor, situação em que um “obrigada” seria conveniente e esperado.

É válido ressaltar a distinção entre não polidez e impolidez negativa, uma vez que ambas divergem apenas pelo fato de o atenuante ser esperado ou não de acordo com as normas sociais esperadas para uma interação específica. No primeiro caso não há uma expectativa de marcador de polidez – por exemplo, quando uma mãe faz uma solicitação a um filho: “João, pega um copo d’água pra mim”, uma vez que, devido à relação de poder/hierarquia entre mãe e filho, não há expectativa de marcador de polidez, como “por favor”; embora ele possa ocorrer, a ausência dele não faz do enunciado impolido. Já no segundo caso, de impolidez negativa, sim, há uma expectativa não atendida: no caso de dois colegas de trabalho, em que um solicita um favor ao outro sem o uso de expressões atenuadoras – esperadas para o contexto –, por exemplo, “por favor”, “você poderia”, “quando você puder...” ou, ainda, um agradecimento após ter o pedido atendido, visto que não há obrigatoriedade do colega em atender o solicitante. Nesse sentido, o uso de atenuadores é visto como esperado, e a ausência deles é, em geral, entendida como impolida.

É justamente essa nuance entre a expectativa ou não de marcador de polidez (não polidez e impolidez negativa) que, a nosso ver, define a transição, no modelo proposto pela autora francesa, entre polido e impolido. Acreditamos, então, que é na não polidez quando esta não é esperada, isto é, quando a expectativa é de certa forma atendida que podemos pensar em um momento de certa neutralidade do enunciado.

A síntese do que a autora propõe acerca da (im)polidez pode ser vista no quadro a seguir:

Quadro 1 - Sistema (im)polidez de Kerbrat-Orecchioni (2014)

1. Polidez	a. Positiva: valorizadora, produz um FFA (elogio, agradecimento). b. Negativa: atenuadora, suaviza um FTA.
2. Hiperpolidez	Excesso não esperado de marcadores de polidez (se irônico, o ato pode constituir-se como impolido).
3. Não polidez	Ausência esperada de atenuante (não há expectativa de marcador de polidez).
4. Impolidez	a. Positiva: presença de marcador de impolidez (xingamento) b. Negativa: ausência de marcador esperado de polidez (há expectativa de marcador de polidez).

Fonte: elaboração própria.

Especificamente a classificação de impolidez trazida pela autora nos parece interessante, visto que ela não orienta o ataque às faces positiva e negativa, como concebiam Brown e Levinson (1987). Essa distinção é questionada por outros autores como Bousfield (2008), o qual a considera, tal como no modelo clássico, pouco prática, como veremos ainda neste tópico. Esta é também nossa posição nesta pesquisa, por isso só trataremos dela de maneira geral, não como critério analítico. Diante dessa aparente diluição da noção de face, a autora propõe a impolidez negativa, categoria mais próxima do oposto de polidez, e a positiva, a qual consiste em um gesto ameaçador endossado por algum tipo de intensificador (a autora exemplifica usando insultos). Essa concepção de impolidez positiva nos parece produtivo para entendermos melhor o contínuo presente nos atos impolidos.

É possível perceber que, sob essa perspectiva, as normas sociais ganham um aspecto de suma importância para a compreensão do fenômeno da (im)polidez, o que também é mencionado por Culpeper (2008); neste caso o autor ressalta as normas em diferentes níveis, ao mencionar as experienciais – de cunho mais individual – e as sociais – de cunho coletivo e partilhado, relacionadas à estrutura social, uma perspectiva mais abrangente em relação ao contexto da interação; ponto de vista que nos parece se aproximar do que Bravo (2004), como vimos, defende quando destaca valores sociais e individuais.

É muito importante reconhecer a crucialidade das normas e das expectativas geradas por elas em relação ao comportamento linguageiro dos interactantes para a interpretação da impolidez, as quais são levadas em conta por Charaudeau (2019) quando ele discute o Circuito Comunicativo sobre o qual discorreremos mais demoradamente na seção posterior. Nesse sentido, concordamos com Culpeper (2008) e com Bravo (2004) ao entender que as expectativas têm origem em dois âmbitos, um mais individual e um mais social/cultural, ponto de vista este que também dialoga com a perspectiva de gestão das

interações proposta por Spencer-Oatey (2002) e com a perspectiva de sujeito duplo defendida por Amossy, com as quais nos alinhamos. Essas duas noções - da gestão das interações e de sujeito - são desenvolvidas adiante.

Já a intenção, para Kerbrat-Orecchioni (2014), como mencionado, não parece ter grande relevância, visto que a autora destaca que o ato impolido independe da intenção do falante, diferentemente do que concebem alguns autores, como Culpeper (2008), para quem a intencionalidade é imprescindível para a compreensão do fenômeno social da impolidez. Também para Goffman a intencionalidade deve ser considerada na avaliação da impolidez, porém o autor reconhece que há outras formas de praticar um ato de linguagem ofensivo.

Culpeper (2008) faz alguns apontamentos acerca dos modelos clássicos e destaca que eles focam na intenção dos falantes, deixando de lado o papel do interlocutor na construção de sentidos, o que é criticado pelo autor, pois para ele o fenômeno da impolidez é um trabalho relacional. Esse ponto de vista aparenta ser contraditório, uma vez que, conforme o autor, impolidez é um “comportamento comunicativo que busca causar a ‘perda de face’ do alvo ou ser percebido pelo alvo como tal” (2008, p. 24)¹¹, ou seja, o autor parece seguir a perspectiva dos modelos clássicos ao delegar à intenção do falante lugar privilegiado em sua definição de impolidez. Porém, não se trata, aqui, da visão tradicional de intenção como atos mentais particulares dos falantes que precedem e determinam o uso da linguagem, mas de uma visão de intenção como propriedade dinâmica e emergente da interação social/cultural/histórica na qual os interactantes criam e dão sentidos a diversos artefatos humanos (Gibbs, 1999, p. 17). Nesse sentido, o autor acaba dialogando com o que a linguística textual, com a qual nos identificamos, concebe como sujeito, isto é, ele é apenas parcialmente dono do seu dizer, uma vez que, embora ele necessite ter a ilusão de um domínio total, os sentidos são negociados em interação, dentro de um contrato de comunicação posto em cena de modo particular e específico.

Culpeper (1996) inicialmente propôs um modelo de impolidez a partir do clássico modelo de polidez de Brown e Levinson (1987), criticando o lugar subestimado que a impolidez ocupa nos estudos dos autores. Culpeper (1996) faz uma espécie de “espelhamento” dessas estratégias de polidez e deixa a entender que impolidez seria o oposto de polidez. Reconhecendo alguns problemas herdados do modelo do qual partiu, Culpeper *et al.* (2003) e Culpeper (2005) repensam alguns pontos, como o pouco espaço dado ao ouvinte e ao contexto,

¹¹ No original: “communicative behavior intending to cause ‘face loss’ of a target or perceived by the target to be so”.

a própria noção de face e a distinção entre as faces positiva e negativa, dedicando-se a uma perspectiva de face mais contextual e cultural, conforme veremos ainda nesta seção. Nesse primeiro movimento de revisão do próprio modelo, Culpeper (2005) destaca o caráter intencional da impolidez. Em 2008, Bousfield faz uma crítica a alguns aspectos dos modelos de Culpeper e propõe, com base neste autor, seu próprio modelo. Mais tarde, em reação à ideia de impolidez como ausência de polidez ou falta de comportamento adequado ao contexto, Culpeper (2011) traz novas considerações e critica as abordagens pragmáticas muito subjetivas.

A seguir vemos com maiores detalhes o percurso de Culpeper, apresentando inicialmente os modelos de 1996 e algumas reconsiderações de 2003 e 2005. Posteriormente, por questões cronológicas, discutimos algumas críticas feitas por Bousfield ao primeiro autor e ao modelo proposto por este com base em seus apontamentos, para finalizarmos com o modelo de Culpeper (2011). Estes dois últimos modelos – Bousfield (2008) e Culpeper (2011) – contribuem para o que defendemos em termos de gestos impolidos e violentos nesta investigação.

Culpeper (1996) parte da ideia de polidez negativa e positiva de Brown e Levinson (1987) – diferentemente de Kerbrat-Orecchioni, que reformula a noção de polidez positiva, conforme já discutido – para propor uma complementação ao modelo dos autores, considerando que este não dá conta da complexidade do fenômeno da impolidez, uma vez que se centra nas estratégias de atenuação dos FTA's. Assim, o autor (1996) propõe inicialmente quatro estratégias de impolidez, baseadas nas propostas por Brown e Levinson (1987) em seu modelo de polidez, e acrescenta mais uma:

1) Impolidez *bald, on record* – ataque direto mesmo em circunstâncias em que a preservação da face é relevante. Em discussões no Supremo Tribunal Federal, por exemplo, não raro ministros, dentro de um ambiente em que o respeito é esperado entre as partes dada a formalidade da interação, se ofendem deliberadamente por meio de enunciados como “você é uma pessoa horrível, uma mistura do mal com atraso com pitadas de psicopatia”¹² – situação típica dessa estratégia.

2) Impolidez positiva – prejuízo aos desejos do outro, isto é, à face positiva (como ignorar, excluir, negar associação com o outro). Um caso de impolidez positiva se dá, por exemplo, quando uma pessoa sem muita proximidade com outra a chama por seu apelido ou

¹² Trecho transcrito do vídeo de título “Bate-boca entre Gilmar e Barroso no STF”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SxAiEoWEFLw>. Acesso em 10 de jan de 2021.

ainda quando uma pessoa fala usando linguagem técnica que não é entendida por um indivíduo do grupo e acaba por deixá-lo desconfortável por não estar compreendendo e, portanto, por não estar participando da interação como gostaria.

3) Impolidez negativa – prejuízo à liberdade do outro, isto é, à face negativa (como desdenhar, ridicularizar). Quando, em uma interação, uma pessoa é menosprezada por outra a ponto de inibir a sua fala, por exemplo, ou mesmo é interrompida, tendo o seu turno assaltado. Outro caso é encontrado em um artigo de Oliveira e Cabral (2020), onde as autoras destacam as batalhas entre MC's, em que a estratégia de ridicularizar e menosprezar a rima feita pelo oponente é recorrentemente utilizada. Neste exemplo em particular, há de se ponderar se, de fato, o efeito pragmático é impolido ou não, visto que a atitude de desdenhar, por exemplo, é esperada dentro do contrato comunicacional em questão.

4) Sarcasmo ou falsa polidez: o ato ameaçador de face é performado por meio de uma estratégia comumente e cotextualmente associada à polidez, porém de modo não sincero, isto é, faz-se uso de polidez linguística com o intuito de causar desarmonia social. Exemplo dessa estratégia é um funcionário chegar no trabalho, em que todos compartilham o acúmulo excessivo de atividades a serem feitas, e comentar “maravilha, hoje o dia vai ser tranquilo”, ou quando um funcionário chega na sala e o outro comenta “chegou cedo pra reunião de amanhã”.

5) Ausência de polidez quando esta é esperada. Essa estratégia ocorre quando, por exemplo, uma pessoa não agradece um presente recebido ou não responde a um desejo de “bom dia”, ato este que deixa de atender expectativas geradas pela situação particular de troca interacional.

A proposta de Culpeper (1996), por partir do modelo clássico de Brown e Levinson (1987) e ainda estar muito preso a ele nessa sua primeira versão, herda dele alguns problemas, os quais busca solucionar em suas reformulações. Porém o modelo se destaca por ter sido testado com dados reais e por, também, ter uma lista “aberta” de estratégias *output*¹³, as quais nos parecem técnicas de impolidez. Esta última característica de reconhecer a existência de outras possíveis estratégias pode ser entendida como positiva, pois dá conta das nuances das diversas práticas discursivas, ou como negativa, pois, ao mesmo tempo, deixa as possibilidades imprevisíveis. A nosso ver, a abertura às ocorrências potenciais é positiva, principalmente quando a análise acontece no ambiente digital, o qual tem como uma das

¹³ Alguns exemplos de estratégias *output*: ridicularizar, se referir ao outro com pronomes de tratamento equivocados, interromper, ignorar, falar usando termos desconhecidos pelo outro participante da interação etc.

características principais a sua dinamicidade; e é deste ambiente que nos ocupamos neste trabalho. É exatamente esse aspecto de imprevisibilidade do ambiente digital, mencionado por Paveau e contemplado nesta pesquisa, que pode, a nosso ver, ser amparado pelos pressupostos de Culpeper (1996).

Ao repensar sua proposta inicial, o autor destaca alguns pontos, a saber: I) a análise de trechos mais extensos, II) o foco no caráter intencional da impolidez e III) a adoção de uma concepção mais contextual e cultural de gestão das interações. Culpeper *et al.* (2003) destacam a importância de estudar a impolidez a partir de fragmentos de texto mais extensos com vista a não se restringir a enunciados, muitas vezes, descontextualizados e se equivocar na avaliação do uso da impolidez. É possível perceber, de fato, em suas análises, conversas em que várias trocas de turnos são visíveis, o que colabora para a interpretação do fenômeno pelo pesquisador. Essa perspectiva de análise de interações mais extensas propicia, ainda, uma avaliação mais acertada do caráter intencional do gesto impolido, sendo possível considerar os efeitos possíveis (Charaudeau, 2015) que emergem da interação. Na perspectiva da LT, qualquer fenômeno deve ser analisado tendo em vista o texto como um todo considerando a encenação real do contrato comunicativo.

Acerca da concepção de face, Culpeper (2005) se apoia na perspectiva de gestão de relacionamentos de Spencer-Oatey (2002). Com base nas críticas relacionadas ao caráter individual da noção de face utilizada por Brown e Levinson (1987) e, ainda, à aparente ideia normativa do modelo clássico, Spencer-Oatey (2000) propõe um modelo de gestão de relacionamentos que contempla tanto o caráter particular dos participantes quanto o social/interpessoal e ainda pontua que, “em diferentes circunstâncias, diferentes opções ou pontos no contínuo podem ser favorecidos”.

Para a autora, a qual se baseia em Goffman (1967), é preciso considerar não somente a noção de face (positiva e negativa), mas aspectos sociais e relacionais. Sendo assim, Spencer-Oatey (2002) propõe um modelo de gestão de relacionamentos no qual dois componentes interdependentes seriam analisados para o entendimento da (im)polidez, a saber: I) face e II) direitos sociais¹⁴. Esses dois componentes favorecem uma investigação mais complexa das interações e da (des)harmonia entre os interactantes e nos fazem reafirmar a inseparabilidade entre ocorrências concretas na interação imediata e contexto social amplo e imediato.

¹⁴ Em 2008, a autora inclui um novo componente e repensa as subdivisões dos três aspectos a serem analisados no estudo das relações, são eles: I) face, II) direitos sociais e obrigações e III) propósitos interacionais.

Nesse sentido, a face, isto é, os valores sociais positivos, está relacionada com o senso de identidade e de autoconceito. A face é sensível a atributos afetivos e por isso variável de indivíduo para indivíduo; ainda, desdobra-se em face de qualidade – a qual diz respeito ao indivíduo e às qualidades positivas que deseja vincular a si – e face de identidade – a qual trata do indivíduo como membro de um grupo, com o qual se identifica. “Os atributos a que as pessoas são sensíveis podem ser aplicados ao indivíduo e ao grupo ou à comunidade a que a pessoa pertence e/ou com o qual se identifica” (Spencer-Oatey, 2008, p. 15, tradução nossa¹⁵). Em uma situação em que o professor, enquanto indivíduo, tem sua conduta questionada por um aluno, por exemplo, considera-se uma lesão à face individual, pois sua credibilidade é posta em dúvida de modo pessoal.

Já os direitos sociais dizem respeito às expectativas comportamentais geradas pelos falantes de acordo com o que, dentro de um determinado contexto, é recorrente, dentre eles os direitos de ser tratado com igualdade e o de se associar ao outro de acordo com a relação que estes mantêm entre si. Por exemplo, é esperado que haja uma relação de respeito entre professor e aluno no momento da aula e, em geral, de deferência por parte do aluno, o qual reconhece o papel de maior experiência em determinado assunto que o professor assume em situação específica. É válido lembrar que, apesar das expectativas em torno das interações, estas não necessariamente se cumprem; nesse sentido, o que se espera é visto como um ponto de partida, como um comportamento típico, não como uma norma que deve incontestavelmente ser seguida.

Visto que a noção de face do modelo clássico, dividida em positiva e negativa e orientada prioritariamente para o falante, não abrange questões interpessoais e sociais de grupos diversos, o modelo de gestão de relacionamentos se mostra mais complexo e, portanto, mais próximo de como as interações se dão empiricamente, pois se propõe a uma análise que contemple questões individuais, interpessoais e sociais ao investigar as ameaças não só à face, mas também aos direitos sociais reivindicados.

Acerca da adoção, por Culpeper (2005), dessa noção mais contextual e cultural da gestão das interações, Bousfield (2008) tece algumas críticas, visto que não há uma integração completa e efetiva desta concepção no modelo de Culpeper. Segundo Bousfield, apenas ao discorrer acerca das estratégias de impolidez positiva e negativa é que essa relação é observável; a face de qualidade e alguns elementos do direito de associação podem ser

¹⁵ No original: “The attributes tha people are face-sensitive about can apply to the person as an individual and also to the grou por community the the person belongs to and/or identifies with”.

violados na estratégia de impolidez positiva, já a negativa se relaciona com os direitos sociais e de igualdade e, até certo ponto, com os direitos sociais de associação.

É preciso reconhecer que, em 2005, Culpeper revê seu modelo e modifica o seu entendimento em relação à estratégia de sarcasmo e passa a considerá-la não mais como uma outra superestratégia, mas como uma metaestratégia de impolidez *off-record*, a saber:

Impolidez *off record* – quando o ataque se dá através de uma implicatura, isto é, indiretamente, quando contribuições contextuais, do âmbito pragmático, são necessárias para que se compreenda a ofensa. Uma pessoa entrou numa sala com ar-condicionado e deixou a porta aberta e outra comenta “a sala ficou quente agora, não, foi?”. Esse é um caso de uma forma indireta de acusar a pessoa que não fechou a porta como responsável pelo desconforto térmico dos demais, o que só é possível inferir dado o conhecimento acerca das circunstâncias.

Culpeper (2011) destaca, sob influência do princípio de ironia de Leech (1983), o qual “funciona como um ‘princípio de segunda ordem’, que permite ao falante ser impolido quando parece ser polido” (p. 142), a metaestratégia de sarcasmo ou falsa polidez, em que as estratégias de polidez são claramente insinceras. Nesse caso, em uma conversa entre uma atendente de telemarketing e uma cliente, esta última, visivelmente irritada, fala: “minha querida, não tem negócio de boa tarde não!¹⁶”, em resposta a um desejo de boa tarde da atendente. O uso da expressão “minha querida” é claramente irônico e impolido, embora a expressão em destaque, vista de modo descontextualizado, seja reconhecida como convencionalmente polida e educada.

Bousfield (2008) ainda pontua uma problemática em relação à estratégia *bald, on record* e alega que esta pode ser utilizada em gestos polidos ou impolidos, a depender da circunstância. Essa estratégia está relacionada com o entendimento acerca dos enunciados diretos, problemática desenvolvida também por Culpeper (2016), em que, em situações de urgência, por exemplo, “é provável que um falante se concentre no conteúdo *proposicional* de uma mensagem e preste pouca atenção ao aspecto *interpessoal* do que é dito” (Bousfield, 2008, p. 60, grifos do autor)¹⁷, o que pode não configurar como impolidez; da mesma forma, o enunciado direto, a depender da cultura, pode ser percebido de modo polido, por ser associado à franqueza, um valor socialmente positivo, por exemplo, que preza pela economia do tempo do outro. Responder “não” de modo diretivo a um convite para jantar, por exemplo,

¹⁶ Esse trecho foi retirado do vídeo intitulado “Atendente de Telefone - Suricate Seboso” disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=37K4lR1Xy0leab_channel=SuricateSeboso

¹⁷ No original: “a speaker is likely to focus on the *propositional* content of a message and pay little attention to the *interpersonal* aspect of what is said”.

pode ser concebido como uma indelicadeza - dada a ausência de marcadores de atenuação da declinação do convite, ou como uma honestidade que demonstra valorizar a verdade sem fazer com que o interlocutor perca seu tempo; diferença realmente cultural.

Ainda conforme Bousfield (2008), o modelo de Culpeper (2005) apresenta uma problemática em relação ao que se entende por impolidez positiva e negativa, visto que essa divisão é considerada pelo autor pouco prática, pois, na maioria dos casos, ambos os aspectos da face podem ser lesados ao mesmo tempo, mesmo que secundariamente. Se um interlocutor é, por exemplo, ignorado ou ridicularizado, uma estratégia normalmente vinculada ao prejuízo à face positiva e, conseqüentemente, ao seu desejo de ser apreciado, ele pode, ao mesmo tempo, ter sua face negativa lesada ao ter o seu desejo de liberdade de ação prejudicado, inibindo, em alguma medida, sua fala. Uma mulher, por exemplo, ao ser ignorada ou descredibilizada quando denuncia abusos, pode acabar, além de ter o seu desejo de ser ouvida lesado, silenciando com receio das retaliações.

No exemplo a seguir, fizemos um recorte ilustrativo no qual dois usuários – Margareth e Jubs – da rede social X (antigo Twitter) comentam uma notícia sobre o caso de violência contra a mulher envolvendo Dj Ivis e Pamella Holanda.

Figura 1 – Comentários sobre caso DJ Ivis e Pamela Holanda.



Fonte: <https://twitter.com/AugJuli/status/1418522324521918467>. Acesso em 20 ago 2021.

Margareth explicita seu ponto de vista a favor da exposição, feita por Dj Ivis, dos áudios noticiada; já Jubs responde diretamente o comentário de Margareth, registrado por “Em resposta a” acrescido dos perfis envolvidos na notícia e no comentário respondido. De acordo com os apontamentos de Brown e Levinson (1987), Jubs lesa tanto a face positiva de Margareth, ao reprovar o seu posicionamento, isto é, emite uma avaliação negativa acerca dos interesses dela; quanto fere a face negativa ao levantar questões morais ou políticas delicadas,

pois Jubs avalia como “feio ver mulher passar pano para abuso”, questionando uma mulher defender um homem em uma situação filmada de agressão contra outra mulher.

A partir dessas críticas em relação à sobreposição de ameaças às faces, Bousfield (2008) propõe um modelo bastante vinculado ao de Culpeper (1996), mas de modo simplificado, o qual prevê apenas duas superestratégias, a de impolidez *on record* e a *off record*. A impolidez *on record* diz respeito às estratégias explícitas – como a) atacar a face do outro, b) construir a face do outro de forma conflituosa, c) negar os desejos e as necessidades do outro. A impolidez *off record* diz respeito às estratégias implícitas, perceptíveis por meio de implicaturas; esta última, por ser indireta, é passível de “cancelamento” ou “negação” pelo falante. Ainda acerca da estratégia *off record*, o autor a divide em sarcasmo, isto é, quando um enunciado linguisticamente polido é claramente utilizado com objetivos de atacar a face do outro, e em ausência de polidez em circunstâncias em que a preservação da face é importante.

As estratégias *output* propostas por Culpeper (1996) e ajustadas às superestratégias no modelo de Bousfield (2008) podem ser sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Estratégias de impolidez (com base em Bousfield, 2008)

Estratégias de impolidez <i>on record</i> / explícita
Desdenhe, despreze o outro (ataque ao desejo de ser aprovado)
Dissocie-se do outro; negue algo em comum com o outro, evite aproximar-se
Demonstre falta de interesse, de consideração, de empatia
Use marcadores de identidade não apropriados (em desacordo com a formalidade exigida)
Busque o desentendimento e evite o entendimento
Use linguagem tabu; xingue ou use linguagem/termos ofensivos
Ameace; amedronte; sugira que pode ocorrer algo prejudicial ao outro
Condescenda, despreze ou ridicularize; enfatize o seu poder relativo; não leve o outro a sério
Associe, explicitamente, o interlocutor a algum aspecto negativo
Estratégias de impolidez <i>off record</i> / implícita
Use polidez insincera
Retenha polidez; mantenha-se em silêncio ou deixe de agir quando o trabalho de face é esperado

Fonte: própria autora.

Assim, conforme Bousfield (2008) aponta, distinguimos impolidez em duas formas gerais, implícita e explícita, pois concordamos que a divisão em impolidez negativa e positiva (Culpeper, 1996; 2005), visando contemplar as quatro faces (duas do locutor e duas interlocutor) em jogo no momento da interação (Brown e Levinson, 1987), é problemática, visto que o fenômeno em questão envolve outros fatores que extrapolam o jogo de faces dos indivíduos e, portanto, adotamos a noção de gestão de relacionamentos proposta por Spencer-Oatey (2008), a qual considera não apenas as faces, mas também fatores sociais e contextuais. Além disso, apesar de concordar com esses aspectos da mudança feita por Bousfield (2008), ainda acreditamos que seria possível aperfeiçoar o modelo dando ênfase a funções, proposta que desenvolvemos na seção a seguir.

Em 2011, Culpeper se dedica a esclarecer que a ideia de impolidez não diz respeito somente à ausência de polidez ou a um comportamento inesperado (marcado), mas também a uma estratégia de ataque intencional. Outro aspecto preponderante nessa sua obra é a crítica direcionada às interpretações pragmáticas muito subjetivas, o que mais tarde Haugh e Culpeper (2018) vão intitular de “segunda onda”. As perspectivas da “segunda onda”, na tentativa de dar conta de problemas advindos dos modelos clássicos – pautados nos atos de fala e na pragmática tradicional –, focam nas questões discursivas e, por vezes, acabam deixando em segundo plano aspectos cruciais do texto, como as evidências linguísticas de como essas relações sociais se dão. Dito de outra forma, enquanto a primeira onda buscou tratar de uma impolidez mais vinculada ao linguístico, no sentido de se deter mais ao cotexto dadas as influências da época, a segunda tentou discutir o mesmo fenômeno, porém com foco em questões sociais que influenciam a compreensão da impolidez. Diante da valiosa contribuição trazida por ambas as perspectivas, Haugh e Culpeper (2018), então, destacam a importância da pragmática integrativa, em que o objeto de estudo visa à congregação do social e do linguístico, o que dá relevo à interação. É justamente dentro do que os autores intitulam terceira onda que esta pesquisa se encaixa, visto que entende o contexto imbricado com o cotexto, dando visibilidade tanto à materialidade textual quanto à influência social na construção do sentido agressivo dos enunciados dentro do que é posto em cena na enunciação, visto que nos filiamos à linguística textual que entende que o texto não se restringe à materialidade, mas incorpora o contexto.

Culpeper (2011) ainda destaca que, na análise dos dados, quatro aspectos norteiam sua interpretação, a saber: i) cotexto, ii) comentários retrospectivos – posteriores ao evento em questão –, iii) reações não verbais e iv) uso de fórmulas convencionais de impolidez. O segundo e o terceiro são entendidos pelo autor como reações dos participantes a enunciados

específicos em contextos particulares, o que dá indícios de como os integrantes de uma dada comunidade avaliam os gestos languageiros – como impolidos (ou não) –, como por meio de comentários metapragmáticos, os quais são alvo de nossas análises nesta investigação. Já as fórmulas convencionais, apesar de, em situações específicas, não se configurarem como impolidas, são, segundo ele, sempre um ponto de partida para a interpretação do fenômeno, ponto de vista com o qual concordamos. Porém, o quadro proposto pelo autor, a nosso ver, necessita de algumas considerações, já que parece considerar que forma e função possuem estatutos semelhantes.

A partir desses critérios, é possível perceber uma tentativa por parte de Culpeper (2011) de associar questões sociais às cotextuais, ambas colaborando para a construção dos sentidos. Sendo assim, nesta investigação, as categorias são entendidas como potenciais, as quais serão confirmadas ou não, ou ainda repensadas a partir da interação real, em contexto.

2.3 Noções de violência

É possível perceber, em relação aos estudos desenvolvidos em torno de gestos languageiros agressivos, que a terminologia utilizada difere de acordo com a área com a qual os teóricos se identificam. Enquanto, como vimos, os pragmáticos parecem preferir utilizar impolidez, os analistas do discurso se referem ao fenômeno como “violência”, porém, como veremos no decorrer desta seção, não há diferenças muito sensíveis em relação ao cerne que orienta a definição das duas noções. Porém, optamos por utilizar impolidez de modo geral e estabelecer uma distinção em relação à violência, entendendo esta última como uma manifestação mais agressiva, dentro de um contínuo, da impolidez.

Ruth Amossy, analista do discurso, aparenta associar o uso da violência somente à modalidade argumentativa polêmica. Sobre o assunto, situamos brevemente em que “lugar” a autora coloca a violência em seus estudos.

Ao discorrer, em *Apologia da polêmica* (Amossy, 2017), sobre a modalidade argumentativa a que dedica toda uma obra, a autora afirma que a polêmica pressupõe uma profunda oposição definida por três traços: a dicotomização de teses, a polarização social e a desqualificação do outro (Amossy, 2014).

A dicotomização diz respeito ao choque entre duas teses contraditórias, as quais somente são compreendidas como excludentes de dentro de um contexto, o que torna, nas palavras de Amossy (2014, p. 58), “problemática a busca de um acordo”. A polarização faz que sujeitos, apesar de suas diferenças em relação à coletividade à qual estão aliados, se

agrupem em “lado A” e “lado B”, de acordo com as teses defendidas, e se comportem como oponentes em dada interação polêmica. É válido ressaltar que o primeiro traço da polêmica, a dicotomização de teses, se dá em âmbito discursivo, já que as teses são defendidas via discurso, enquanto a polarização é um fenômeno social, de comportamento em relação ao outro, por isso é interacional e dá-se em situações concretas.

A desqualificação do outro também é um traço do âmbito discursivo interacional, em que, para reafirmar seu ponto de vista, o Proponente ataca a tese antagônica ou, até mesmo, o próprio Oponente. Esse ataque ao Oponente ou à sua tese é, em geral, motivado por premissas relacionadas à noção de justiça (baseada na cultura de uma comunidade) e, portanto, pela razão.

Dito isso, desqualificar o outro, por vezes, envolve a violência verbal, a qual é compreendida por Amossy (2017) não como um traço constitutivo, mas secundário da polêmica, que colabora para o acirramento dos debates. Conforme a autora, quando a violência “acompanha o discurso polêmico, e o faz frequentemente, a violência aparece mais como auxiliar do que como um traço definatório. [...] como registro discursivo, a violência verbal acompanha a polêmica, mas não a estrutura” (p. 168-169). Ela ainda pontua que o possível uso da violência dentro da polêmica é controlado e possui um propósito dentro do embate discursivo, não se dá de modo gratuito e desregulado, isto é, um xingamento desvinculado de um argumento não faz parte do empreendimento argumentativo e não é, portanto, alvo do estudo da autora.

Essa distinção feita por Amossy (2017) vai de encontro ao que defendemos, pois não seria coerente compreendermos, na linguística textual que defendemos, todo texto como argumentativo, isto é, como portador de, minimamente, uma dimensão argumentativa e não nos dedicarmos aos estudos, inclusive, das manifestações discursivas violentas “desreguladas”. Dito de outra forma, não há como conceber a violência somente atrelada a um projeto argumentativo bem definido quando, na verdade, um comentário em uma rede social o qual é composto somente por um xingamento, por exemplo, é minimamente uma assunção de um ponto de vista e, portanto, assevera uma dimensão argumentativa ao influenciar o outro. Dessa forma, tomamos como objeto de estudo todas as manifestações de impolidez/violência.

Nesse sentido, para ilustrarmos a utilização da violência enquanto registro discursivo sem atualização da polêmica, selecionamos uma captura de tela com uma publicação e uma resposta a ela sobre uma participante de um reality show.

Karol Conká, uma rapper participante do Big Brother Brasil 21, protagonizou momentos que proporcionaram ampla discussão entre os que acompanharam o programa. Dentre as atitudes questionáveis da cantora, está a maneira como ela tratou outro participante, Lucas Penteado, como forma de repreender uma atitude também desagradável praticada por ele. Na primeira festa, Lucas estava agindo como um cupido, tentando formar casais, e Kerline fez uma brincadeira no intuito de colocá-lo em situação semelhante à que ele colocou as meninas da casa ao perguntar de modo insistente com quem elas ficariam. A influencer, então, fingiu se interessar pelo cantor, ao que Lucas reagiu falando que esse tipo de brincadeira não era legal, pois ela é uma mulher branca e ele um homem negro e nunca uma mulher branca havia se interessado por ele, o que acabou gerando uma confusão. Diante dessa situação, Karol chegou a mencionar, no dia seguinte, que não queria almoçar na mesma mesa que ele, fazendo-o sair da cozinha, e o humilhou em diversas outras situações ao ponto de o participante pedir para sair da casa e desistir do prêmio do programa.

Figura 2 – Violência sem atualização da polêmica



Fonte: https://twitter.com/graciley_chaves/status/1363201274733281280?s=20. Acesso em: 25 fev. 2022.

Nesse contexto, enquanto a cantora está confinada na casa, uma assessoria gerencia suas redes sociais e posta as novidades de sua participação no programa. Em uma

dessas atualizações (a que consta na figura 2), a cantora foi alvo de ofensas por meio de comentários como este publicado pelo usuário @graciley_chaves, em que consideramos como violentas as recategorizações do objeto de discurso “Karol” como “narcisista” e “sociopata” e, ainda, a atribuição de características tidas socialmente como negativas à rapper, isto é, nas palavras de Culpeper (2011), referências negativas personalizadas de terceira pessoa, quando menciona que “ela consegue sugar toda a energia boa e transforma em depressão, angústia, caos e desespero”. Como a cantora, no momento dos comentários, estava ainda confinada, acreditamos que, apesar de a impolidez ser direcionada a ela, o efeito impolido acaba atingindo os apoiadores da cantora de modo indireto. Isso se dá, pois há uma relação lógica estabelecida de que, se Karol se enquadra nos atributos negativos mencionados, os apoiadores da cantora estariam alinhados a esse tipo de conduta, o que acaba por questionar indiretamente os valores sustentados por eles.

De acordo com os atributos da modalidade argumentativa polêmica apontados por Amossy (2017), a publicação juntamente com o comentário não atualizam uma polêmica, uma vez que o assunto da publicação trata de uma atividade corriqueira e descontraída dentro da casa, em que os participantes se divertem na gravação de um *podcast* (é possível acessar o vídeo no link abaixo da figura, no ambiente nativo da publicação), o que não se configura como uma temática de interesse público. Dessa forma, especificamente nesse recorte interacional, não há uma atualização da polêmica, mesmo que o comentário violento não se refira especificamente à temática da publicação do perfil da Karol Conká, mas à participação dela no programa de modo geral.

Além disso, a eliminação da cantora chancelou a desaprovação por parte do público, já que a cantora obteve 99,17% dos votos em um paredão triplo. Esse alto percentual em sua eliminação nos faz acreditar que nesse caso não houve uma polarização, isto é, uma divisão de opiniões entre os telespectadores, outro traço definatório da polêmica.

Dessa forma, apesar de Amossy (2017) aparentar associar a violência somente ao contexto de desqualificação do outro na polêmica, assinalamos que, embora bastante presente em interações polêmicas, a violência não ocorre somente nesse contexto, como demonstrado. Dito isso, acreditamos que, a violência pode ocorrer em qualquer modalidade argumentativa, como acena Duarte (2023) quando assume que a desqualificação do outro não se restringe à modalidade argumentativa polêmica.

Compreendendo a violência como a manifestação intensificada de uma emoção, por exemplo da indignação, Amossy (2017) destaca, citando Maingueneau (2008), a dificuldade de definir a violência em termos linguísticos, mas aponta alguns parâmetros para

refletir sobre seu uso com vistas a acalorar o confronto de teses característico da polêmica. Esses parâmetros partem da premissa que os usos violentos têm propósitos argumentativos e, portanto, são funcionais e sensíveis a regulações contextuais e interacionais, por exemplo, em relação a um gênero. No intuito de nortear a identificação da violência discursiva, entendendo-a de modo amplo, a autora lista alguns parâmetros sem se ater às formas que essa agressividade pode assumir no discurso, o que nos parece se assemelhar a técnicas e, ainda, às estratégias elencadas em Culpeper (2011). A seguir enumeramos os parâmetros apontados por Amossy (2017) em negrito e intercalamos comentários acerca de cada um deles, nos quais apontamos algumas, a nosso ver, possíveis relações com outros autores.

1. Uma forte pressão ou uma coerção é exercida para impedir o outro de se exprimir e de expor livremente seu ponto de vista (p. 169-170).

Essa pressão pode se dar de modos distintos a depender da interação e podemos associá-la à quebra das máximas do tato e da generosidade (Leech, 2014), em que o respeito aos desejos do outro não é prioridade. Em alguns casos, esse parâmetro acontece, por exemplo, quando há o constrangimento do outro por meio da imposição de poder, o que pode restringir ou fazer que o Oponente não tenha espaço para resposta; ou, ainda, a interrupção do outro em uma conversa face a face sem lhe dar o turno da fala.

2. O ponto de vista apresentado é totalmente desconsiderado, ou ridicularizado, ou seja, é objeto de um ataque destinado a desconsiderar o outro e colocá-lo fora do jogo (p. 170).

Esse tipo de ataque foca em retratar ou se referir ao discurso do outro apontando-lhe as falhas que originam uma incoerência, acarretando, dessa forma, a ridicularização do argumento do Oponente, deslegitimando-o. Esse parâmetro aponta para o fato de o ataque acaba afetando, indiretamente, a credibilidade não somente do argumento, alvo direto da depreciação, mas também da figura do Oponente por meio de, por exemplo, uma ironia para atualizar a polêmica. Estratégias semelhantes podem ser percebidas nos modelos de Bousfield (2008) e Culpeper (2011).

3. O polemista ataca a própria pessoa do Oponente (p. 170-171).

A autora aponta algumas formas de ataque ao Oponente. Inicialmente, destaca o ataque direto aos traços morais e da personalidade do Oponente em vez de questionar a sua tese. As outras formas de ataque pessoal nos parecem, em certa medida, se aproximar do que é apontado no parâmetro anterior em relação à inconsistência do argumento e à distorção do argumento, porém, nesse caso, essa inconsistência e distorção estão relacionadas com a figura do polemista, ao seu comportamento, por exemplo, quando o discurso difere da atitude. Há,

ainda, o *tu quoque*, que ocorre quando uma acusação é rebatida com outra acusação, “você também”.

Os parâmetros 2 e 3, a nosso ver, têm bastante relação entre si e nos parecem influenciar outros autores como Cabral e Lima (2018), que propõem possíveis funções da violência na argumentação e ressaltam ataques diretos e indiretos a focos distintos, porém reconhecendo que a lista não é exaustiva e que novas funções podem surgir.

4. A entidade ou a pessoa que incorpora o ponto de vista é assimilada ao Mal absoluto, livrando-a da execração pública (p.171).

Esse parâmetro diz respeito a uma espécie de maniqueísmo, em que um participante é afastado do círculo; ocorre uma espécie de despersonalização do Oponente que incorpora um ponto de vista associado a um mal tão grande que chega a ser desconsiderado. Essa situação só acontece, então, quando o foco da argumentação é a figura do Terceiro.

Nesse sentido, o sujeito é demonizado e, conseqüentemente, desconsiderado, o que nos faz pensar que há uma relação estreita com crenças, como no caso do aborto, em que a questão, de fato, religiosa é bastante levantada quando os participantes argumentam em defesa de seus pontos de vista.

Podemos associar também ao que conhecemos atualmente como “cancelamento”, o qual consiste em ataques em massa direcionados a apenas uma pessoa, já que o mal do Oponente é exposto a um Terceiro, podendo vir acompanhado do parâmetro 1, “uma coerção no intuito de proibir a expressão do outro”.

5. A violência está frequentemente ligada ao *pathos*: o polemista exprime sentimentos violentos que se inscrevem por marcas lexicais, sintáticas e prosódicas (p.171).

A autora, a nosso ver, parece reconhecer que, somente em usos específicos da violência, há o apelo ao *pathos*, porém, como bem chamam a atenção Brito e Oliveira (2018), acreditamos que o uso do ato verbal violento implica, necessariamente, a presença da figura do *pathos*, mas a recíproca não é verdadeira. Portanto, tomando como ponto de partida o entendimento de que, no empreendimento argumentativo, há sempre as presenças das três figuras – *ethos*, *pathos* e *logos* –, defendemos que não há motivo para que essa condição seja compreendida como um parâmetro para a identificação da violência verbal.

Nosso ponto de vista é que existem formas mais agressivas de, por exemplo, ridicularizar o ponto de vista do adversário (parâmetro 2), o que pode acontecer com os demais parâmetros, isto é, as formas de violência podem ser mais ou menos virulentas, com um maior ou um menor apelo ao *pathos*.

6. O polemista faz uso de insultos contra seu adversário (p.171-172).

Uma das formas mais amplamente associadas à violência, o insulto ou xingamento acontecem, segundo a autora, quando há um desacordo acentuado; ela ainda destaca que, “para Goffman (1967), o insulto é um ato agressivo que ameaça a face do receptor – mas que pode se voltar contra aquele que produz o ato” (p. 172), com o que concordamos acontecer não somente nessa ocorrência de violência.

Trançando um paralelo com a crítica direcionada ao parâmetro 5 apontado por Amossy, concordamos que o uso de insultos, por exemplo, pode ser considerado apelo ao *pathos*, uma vez que é um artifício que exacerba ainda mais a violência na interação. Um enunciado como “cala a boca, porra” é a combinação de duas estratégias (parâmetros 1 e 6), em que é possível entender o uso do insulto “porra” como um intensificador da coerção direcionada ao outro para que sua fala seja impedida. Porém, este é um critério que faz menção a um aspecto da forma utilizada com propósitos violentos, discussão que se aproxima da crítica que direcionamos a autores da pragmática e a qual nos deteremos mais adiante.

7. O polemista incita violência contra os outros (p.172).

Trata-se da instigação à violência, seja simbólica, seja física; há, portanto, uma ameaça, por parte do Proponente, contra os que defendem a tese contrária, não especificamente contra o Oponente. Esse tipo de comportamento se assemelha ao que mencionamos anteriormente, quando discorremos acerca das Regras do Twitter, dentre as quais há uma menção à não tolerância a “ameaças violentas”, as quais consistem em manifestar a intenção de matar ou ferir gravemente uma pessoa ou um grupo. Esse tipo de violência também é mencionado por Culpeper (2011, p. 136), quando o autor elenca fórmulas convencionais de impolidez.

Nesse contexto, os usos de violência, muito frequentes nas redes sociais, intensificam as discussões e “violam as regras de civilidade e parecem ameaçar o bom andamento da interação, embora realmente façam parte de uma rotina aceita na comunidade virtual” (p. 175, Amossy, 2017). Embora a autora reconheça a violência como a transgressão das regras de polidez, teoria que nos fornece importantes contribuições para que compreendamos de que maneira os interlocutores fazem uso daquela estratégia argumentativa em redes sociais, não se propõe a analisar as formas que a violência verbal pode assumir, o que consiste em um dos nossos objetivos nessa proposta de investigação.

Outra autora que discute a temática utilizando o termo “violência” é Marie-Anne Paveau, porém ela destaca as práticas languageiras no ambiente nativo digital considerando suas peculiaridades e, por esse motivo, acrescenta o prefixo correspondente e discute a ciberviolência.

Dito isso, a autora propõe critérios para que possamos descrever o fenômeno em questão sem que peculiaridades do ambiente digital fiquem à margem das análises, ou seja, particularidades que o ambiente traz para o entendimento e a construção de sentidos da conduta de transgressão da decência que se dá on-line, sem que as análises se restrinjam ao verbal – o que ocorre de modo frequente. Às formas técnicas associadas a enunciados violentos produzidos *on-line*, a autora intitula ciberviolência.

Em forma de verbete, Paveau (2017) propõe categorias sob o critério enunciativo com vista aos interesses linguísticos, mas reconhece suas limitações dada a dinamicidade das interações online. Esses critérios se dividem, inicialmente, em segunda e terceira pessoas. No primeiro caso, a analista do discurso se refere aos modos diretos de ofender, isto é, com o uso da segunda pessoa, em que o alvo é diretamente mencionado, o que pode ser realizado com a utilização de recursos técnicos característicos do ambiente em estudo. Já no outro caso, a autora se refere às violências indiretas, em geral sem que o alvo presencie o ato, por esse motivo ela fala em terceira pessoa. Essa divisão nos parece se relacionar com o que Bousfield (2008) já defendia ao dividir as estratégias de impolidez em direta e indireta, porém não são subcategorias que possamos fazer equivaler em todos os casos, já que nem todo enunciado impolido indireto, por exemplo, é direcionado a uma terceira pessoa.

As duas formas de quebrar as normas de conduta, segundo Paveau (2017), ainda se subdividem:

I. Em segunda pessoa, em contexto interacional

- a. Ciberassédio verbal ou *flaming*: mensagens de ódio e insultos diretos ao interlocutor, com, por exemplo, o uso de @usuário, uma forma tecnodiscursiva de mencionar o outro e ofendê-lo de modo “frontal”.
- b. A farça: quando um usuário oculta ou mascara sua identidade real para atacar ou enganar o outro; uso de pseudonimato ou anonimato para criar o efeito de ausência.
- c. Assédio social: ocorre por meio do silenciamento, do banimento, da intimidação ou da desconsideração do usuário dentro de um ambiente (um site ou uma rede social). Nesses casos, o papel do moderador ou da autoridade é de bastante relevância, pois tem maior poder em relação aos demais usuários.

II. Em terceira pessoa, em contexto descritivo, narrativo ou argumentativo

- a. A difamação: fofoca, distorção de fatos, rumores maldosos com o intuito de prejudicar o outro e, por vezes, obter vantagens. Uma fake news, por exemplo, pode se enquadrar em difamação.
- b. Revelação (sem o conhecimento ou autorização do alvo): publicização de fotos, vídeos ou conteúdos pessoais e não autorizados e/ou sensíveis e comprometedores de terceiros.
- c. Usurpação de identidade: ocorre quando um usuário interfere na conta de um outro usuário a ponto ou de se passar por outra pessoa (dona do perfil, por exemplo), ou de hackear/roubar a conta de outra pessoa.
- d. Sites ou páginas dedicadas a caluniar: espaços feitos para que um alvo, o qual não está presente no ambiente, seja atacado pelos outros usuários; esse tipo de ataque tem como foco figuras públicas.

Todas essas possíveis condutas virtuais dão margem para que as respostas tecnodiscursivas aconteçam de modo mais ou menos violento. É possível traçar um paralelo com as possibilidades de respostas elencadas por Culpeper *et al.* (2003), quando os autores, sem se dedicarem especificamente às produções nativas digitais, apontam para as seguintes reações ao ato violento, a saber: a) não responder e b) responder, em que esta última se divide em I. Aceitar (pedir desculpas ou reconhecer o erro, por exemplo), II. Contra-atacar (de forma ofensiva ou defensiva). Essas possibilidades de respostas apontadas pelos autores ganham, nas categorias descritas por Paveau (2017), as peculiaridades do tecnodiscurso, como vemos:

1. **Flame wars, shitstorms e tuíte/publicação clashes:** são respostas explícitas que incitam trocas ofensivas. Esse tipo de resposta chancela o que Cabral (2019) defende em relação à violência autorizar, de certa forma, uma crescente ofensiva constituindo um debate acalorado. Nas palavras da autora, “o dizer de um usuário exerce influência sobre a continuidade da interação, estabelecendo um procedimento linguístico discursivo orientado pelo dizer do outro (sic)” (p. 430).
2. **A moderação, uma metadiscursividade:** trata-se da seleção, por exemplo, de comentários por usuários que detêm o poder em relação ao ambiente em que esses metatextos são publicados. Há a possibilidade, então, de que o comentário seja “barrado” (não sendo publicado), isto é, uma moderação *a*

priori, ou excluído pelo dono de uma conta no Instagram, por exemplo, uma moderação *a posteriori*, o que pode ocorrer de modo manual ou automático.

3. **Silêncio, bloqueio, ocultação, banimento:** o internauta pode responder com o silêncio ou, a depender da situação e do ambiente, silenciar o usuário produtor do ato violento. Algumas redes sociais, por exemplo, tomam atitudes de controle parecidas com essas, como acontece no Twitter/X (em que tuítes que infringem as normas são ocultados até que o usuário o exclua; semelhante medida pode ser tomada em relação, não apenas a um tuíte, mas a uma conta inteira), ou um usuário detentor do poder dentro de um ambiente digital pode, por exemplo, banir um jogador de uma plataforma *on-line*. Essa forma de resposta não verbal é um gesto técnico que passa mensagem de interdição e que é, para o analista, de difícil detecção. Outro aspecto interessante de pontuar é que cada plataforma tem sua peculiaridade que faz que esse tipo de resposta, conforme acreditamos, seja mais ou menos violenta se considerarmos a exposição aos demais participantes da interação ou do ambiente. Em algumas situações, o bloqueio, por exemplo, é visível para todos (mais violento) ou somente para o bloqueado (menos violento).
4. **Denúncia, outing e publicação:** outra forma de resposta e, inclusive, de defesa é o contra-ataque (Culpeper *et al.*, 2003) por meio da exposição da ciberviolência no intuito de que o autor da ofensa sofra sanções sociais e até jurídicas, como perder perfil na rede social, patrocinadores e, ainda, fazer que o autor seja intimado a prestar esclarecimentos às autoridades. É válido ressaltar que as formas tecnodiscursivas de denúncia, por exemplo, sofrem algumas modificações a depender do suporte; a forma de denunciar uma publicação no Twitter/X pelo smartphone é levemente diferente de fazê-lo pelo computador. Já o *outing* tem a peculiaridade de se tratar de uma exposição, sem o consentimento, em relação à orientação sexual do outro, o interlocutor que o ofendeu com o objetivo de maculá-lo de alguma forma.
5. **Ressignificação e desarmamento:** essa forma de resposta se dá, também por meios tecnodiscursivos como o comentário, quando o alvo do insulto inverte o efeito ofensivo buscado pelo autor e transforma-o em algo positivo, acontecendo, em alguns casos, a ofensa, que passa a ser revertida em ganho de popularidade ou financeiro. Um exemplo dessa resposta é do ator Alexandre, o qual era, desde a infância, chamado de babuíno – um apelido

claramente racista – e passou a adotar uma abreviação do apelido e é amplamente conhecido como Babu, ator e ex-BBB. De acordo com esse tipo de resposta, essa apropriação ressignificada ocorre na própria interação digital.

6. **Etiquetas e logotipos:** o uso de elementos tecnodiscursivos como filtros, como os usados em resposta a cortes de verbas da educação ou a favor da vacina de professores antes da abertura de escolas durante a pandemia de coronavírus, pode ser considerado uma forma de resposta à ciberviolência.
7. **Reversão axiológica automática:** pouco comum no Brasil, essa forma de resposta automatizada identifica insultos e enunciados agressivos e os substitui por emojis que ridicularizam o ato violento como substituir *imbecil* por um emoji de unicórnio.

Diante das formas de violência descritas tanto por Amossy (2017) quanto por Paveau (2017) com suas peculiaridades no ambiente virtual, é possível perceber que algumas delas coincidem e que tanto as condutas tidas como violentas quanto as respostas a elas têm como base valores sustentados pela *doxa* de uma sociedade, associando-se, necessariamente, a princípios morais e éticos, como bem pontua Marie-Anne Paveau (2015).

Apesar de alguns recursos específicos do ambiente nativo digital possibilitarem a interpretação de sentidos impolidos, como é o caso dos emojis que estão mais associados à forma como a ciberviolência pode se manifestar, acreditamos que a diferença mais sensível em relação ao que Marie-Anne Paveau destaca são os parâmetros tecnodiscursivos, que trazem características mais gerais e que impactam as acepções de impolidez e violência.

Na seção a seguir desenvolvemos uma proposta de interpretação da impolidez a partir de acréscimos em relação ao contexto e, ainda, de reformulações de aspectos que já discutimos voltadas para suas funções e seus propósitos.

3 O QUE TORNA UM ENUNCIADO IMPOLIDO OU VIOLENTO?

Esta seção tem como objetivo desenvolver o posicionamento que adotamos acerca do entendimento da impolidez e da violência à luz dos pressupostos teóricos da linguística textual que praticamos. Inicialmente a opção pelo termo “enunciado” do título desta seção se justifica pelo fato de nem sempre a impolidez se estender ao texto inteiro. Às vezes, a impolidez incide sobre algum ponto específico do texto. Obviamente, em todos os casos, o texto é analisado por completo.

Como vimos, diversos foram os autores que apontaram aspectos a serem considerados no processo interpretativo tanto da polidez quanto da impolidez, como, por exemplo, as normas preestabelecidas para interações específicas, como ocorre em manuais de etiqueta, por exemplo; relações de poder (verticais ou horizontais); nível de diretividade do enunciado; e tantos outros critérios pertinentes. Porém, somente mais recentemente é que alguns autores passaram a se dedicar, também, à forma como esses aspectos são atualizados no evento textual, isto é, acrescentando, de fato, o componente discursivo às análises. A título de ilustração, Culpeper e Hardaker (2017) destacam a característica contextual a que o fenômeno é bastante sensível ao pontuar que “não podemos assumir que uma estratégia de impolidez está sempre performando impolidez”. Nesse sentido, é pertinente se perguntar, inclusive, se um enunciado é impolido na percepção de um participante específico, visto que o fenômeno pode ser interpretado de modos distintos por interactantes que ocupam papéis diferentes, principalmente em interações poligeridas. Impolido para quem?

É concordando com os autores, portanto, que pensamos que noções que versam, de algum modo, sobre aspectos contextuais, como a de contrato comunicativo de Charaudeau (2019), de pré-discurso de Paveau (2013) e, ainda, dos parâmetros tecnodiscursivos também desta última autora (2017), são cruciais para as possíveis interpretações do fenômeno da impolidez e da violência, uma vez que permitem que pensemos os entornos que ajudam a caracterizar esse aspecto da interação.

Os tópicos que seguem discutem questões preponderantes para a construção da contribuição desta tese. No primeiro, desenvolvemos os conceitos de circuito e de contrato comunicativo para, então, relacioná-los às interpretações possíveis da impolidez. No segundo tópico, propomos algumas funções argumentativas da impolidez para, a partir delas, discutirmos de que modo as redes referenciais são mobilizadas pelos interactantes para alcançar objetivos discursivos. Por fim, no terceiro e último tópico da seção, destacamos

alguns parâmetros tecnodiscursivos que consideramos, dentre outros fatores, relevantes para o entendimento dos graus que a impolidez pode alcançar.

3.1 A relação entre o esperado e o realizado

Para entendermos melhor como concebemos o contínuo da impolidez/violência, é preciso que tenhamos em mente que as interações decorrem de acordo com um contrato presumido dentro de um circuito comunicativo, a partir do qual os interlocutores negociam a produção dos sentidos. Essa ideia, que foi desenvolvida a partir do que Charaudeau (2011) postula acerca da ideia de contrato de comunicação, o qual regula as trocas cotidianas por meio de princípios basilares, a saber: a) o de interação, que versa sobre a cooperação e o reconhecimento recíproco do outro como seu interlocutor, possibilitando, assim, a coconstrução dos sentidos, b) o de pertinência, segundo o qual a comunicação se efetiva a partir de saberes compartilhados que são tratados como pressupostos, c) o de influência, em que os interlocutores utilizam estratégias de acordo com postulações feitas em relação a seu parceiro para atingir seu objetivo de influenciar, e d) o de regulação, conforme o qual a aceitação ou não, a valorização ou não do parceiro, por exemplo, asseguram a continuidade ou a ruptura da harmonia da comunicação.

O reconhecimento pelas partes dos aspectos que regem a interação orienta as escolhas textuais e, ainda, colabora para o engajamento na interpretação dos ditos e dos não ditos, ou seja, dos explícitos e dos implícitos. Esse contrato presumido pode, naturalmente, sofrer modificações, já que este é sensível a mudanças das práticas e das representações sociais, como prevê o autor quando menciona a possibilidade de ruptura da harmonia da interação e, assim, permite uma interface com os estudos da (im)polidez. O contrato, então, orienta a forma como os interlocutores se reconhecem e, conseqüentemente, se engajam na troca interacional, ao passo que estes podem modificar a forma como ele é posto em vigência.

Não é exagero reiterar que não só os fatores que colaboram para a compreensão do ato como possivelmente impolido, mas os que colaboram para o ato atingir um nível violento também só podem ser interpretados a partir do contrato comunicativo, o qual, por sua vez, é pressuposto em toda e qualquer interação, de modo mais ou menos estabilizado. Logo, é a partir do que o EU supõe do TU e da cena enunciativa como um todo que se dá o fenômeno linguageiro e, portanto, que o EU organiza o seu dizer de acordo com os seus propósitos. Por outro lado, o TU também constrói suas suposições e, a partir delas, de seus conhecimentos de

mundo e de experiências prévias, interpreta o dizer de seu interlocutor para, então, reagir ou não verbalmente de acordo com seu ponto de vista e de seus propósitos.

Nos termos de Charaudeau (2019), o contrato pressupõe que o EU é constituído por EUE (eu enunciador) e por EUC (eu comunicante), em que o primeiro é a parcela idealizada e visada enquanto a segunda é a parte realizada, atualizada no texto. De modo semelhante, o autor caracteriza o TU também de modo duplo e o separa em TUD (destinatário), o qual é fabricado pelo EU, que o supõe como destinatário ideal, e em TUI (interpretante), que diz respeito ao TU efetivo, no sentido de que é ele que opera o processo interpretativo de fato. O ato de linguagem, em síntese, é realizado pelo EUC e pelo TUI, os quais se separam de EUE e TUD, respectivamente, somente para fins didáticos.

Essas projeções que os interactantes fazem um do outro norteiam suas escolhas, as quais são realizadas a partir de um pressuposto de que o EU tem controle de si, ilusão esta necessária para que o sujeito oriente estrategicamente seu dizer ao que ele supõe de seu interlocutor; dessa forma, o TUD é fabricado pelo EU e pode ou não se confirmar. “O TUI deve aceitar (identificação) ou recusar (não identificação) o estatuto de TUD fabricado pelo EU” (Charaudeau, 2019, p. 46).

Em suma, nas palavras do autor,

[...] um ato de linguagem participa sempre de um projeto global de comunicação concebido pelo sujeito comunicante (EUC). Assim, o EUC deve organizar o que está disponível no conjunto de suas competências, *levando em conta a margem de liberdade e de restrições de ordem relacional de que dispõe*. [...] a garantia de tal sucesso estará na coincidência de interpretações que poderá ocorrer entre o sujeito interpretante (TUI) e o destinatário (TUD) (Charaudeau, 2019, p. 56, *grifos nossos*).

Cavalcante *et al.* (2022) optam, a respeito desta divisão, por considerar um EU e um TU que comportem as duas dimensões, a idealizada e a atualizada no texto; posicionamento que também adotamos. É válido pontuar, ainda, que o EU e o TU sempre irão existir em qualquer ato comunicativo e que podem ser constituídos não só de um sujeito único, mas de uma coletividade.

Para ilustrar, podemos pensar em uma interação corriqueira, em que um cliente faz um pedido no balcão de uma lanchonete a um atendente, instituindo-o como o responsável por vender e entregar seu lanche, e, ao, de fato, concretizar as expectativas do cliente, o atendente se identifica com o estatuto lançado pelo EU e aceita atuar nesse papel que lhe foi atribuído, conforme acontece no exemplo a seguir:

<p>Cliente: Olá, gostaria de um sanduíche e um refrigerante, por favor. Atendente: Claro, um sanduíche e um refrigerante. Isso vai custar 58 reais. Cliente: 58 reais? Isso está muito caro! Atendente: Bem, e esse nem é o preço mais caro que se paga por comer <i>fastfood</i>.</p>

Lidar com a interação em que o texto se realiza é, portanto, tratar de um contrato de comunicação, que se desenvolve em um circuito comunicativo em que os participantes agem como falantes e destinatários, mas que também se posicionam socialmente. O contrato comunicativo, conforme Charaudeau, é um conjunto de normas, acordos, que resultam em um fenômeno de coordenadas das trocas comunicacionais do cotidiano. Apesar de estabelecer regras, os contratos são dinâmicos, uma vez que é possível, na interação, estabelecer ajustes no objetivo da comunicação (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 33).

Dessa forma, no que diz respeito à interpretação da impolidez, as expectativas da interação são, sim, levadas em consideração, mas não de modo estanque e absoluto; é preciso ponderar a validade delas diante da situação concreta de comunicação e não só a priori. Ainda utilizando o exemplo da interação cliente x atendente, ao passo que o atendente pode atender ou não às expectativas geradas pelo cliente, o gesto linguageiro de corresponder à demanda seria polido e o de declinar a solicitação seria impolido; em ambos os casos, apenas da dimensão de potencialidade. Para entendermos, de fato, os efeitos possíveis, é preciso que nos detenhamos, também, no contrato comunicativo tal qual ele é posto em vigor. Dito de outra forma, apesar da importância de se levar em conta aspectos que antecedem esse evento e o contrato esperado (as expectativas) para interações específicas, é preciso que se compreenda o evento textual, irrepitível (a realidade).

Nesse sentido, entendemos que a noção de pré-discursos desenvolvida por Paveau (2013) e a interface, proposta por Soares (no prelo) em sua tese em andamento, desta com a linguística textual podem colaborar para o entendimento dos processos de produção e interpretação no que tange à impolidez atualizada no evento textual.

Os pré-discursos são constituídos por quadros coletivos de sentido que são partilhados entre os interagentes e que norteiam a construção de sentidos, seja na produção, seja na interpretação de textos. Esses dados prévios estão presentes no dizer, mas nem sempre sob controle e de modo consciente. Diferente do que pode aparentar, os pré-discursos não dizem respeito a discursos realizados anteriormente, mas englobam saberes e crenças de grupos.

Esses quadros não se encontram somente na cabeça dos indivíduos e na cultura dos grupos, mas são distribuídos nos contextos materiais da produção discursiva, o que explica por que integro as práticas ao lado dos saberes e das crenças que são de ordem representacional (Paveau, 2013, p. 12).

Como é possível perceber a partir das palavras da autora, essas anterioridades não são da ordem do discurso e “provêm de uma cognição distribuída no espaço discursivo, em

especial, via memória” (p. 21), mas condicionam o languageiro. Esse ponto de vista da autora pode apoiar algumas afirmações de Culpeper (2008) sobre conjuntos de saberes sociais e experienciais – coletivos e individuais, respectivamente – que direcionam a visão que se tem em torno do que é impolido e/ou violento no sentido de que balizam os efeitos possíveis de acordo com premissas assimiladas pelos interlocutores. Enquanto Paveau (2013) discute quadros pré-discursivos coletivos partilhados que permitem a intercompreensão, Culpeper (2008) parece-nos tratar tanto dos coletivos como dos saberes que atravessam o indivíduo em sua individualidade, isto é, considera o modo como os saberes e as crenças de vários grupos o perpassam de modo singular.

Diante da importância que o contrato comunicativo assume em nossa proposta, é válido destacar a relativa estabilidade dele em relação ao gênero e à interação como um todo, por exemplo; fatores que colaboram para uma maior ou menor regularidade das expectativas geradas. Apesar de, no ambiente digital, naturalmente, existirem situações em que o contrato é mais previsível, as associações de poder são mais diluídas e os internautas se aproximam mais da ideia de igualdade. Em uma solicitação de declaração de matrícula via troca de e-mails, por exemplo, entre um estudante e a secretária da coordenação do programa de pós-graduação, mediada pela máquina, mas com um tom mais formal e regulado, a imprevisibilidade é em geral baixa, diferente do que ocorre principalmente nas redes sociais, em que as relações sociais tendem a se horizontalizar. Queremos, com isso, afirmar que nem toda interação mediada pela máquina é sinônimo de informalidade ou de desordem. Dentro do ambiente virtual, há contratos diversos sendo atualizados, uns mais e outros menos protocolares.

Nessas condições de produção, ou seja, nas redes sociais, mais especificamente em perfis públicos/abertos, o contrato comunicativo apresenta uma dificuldade maior em ser presumido. Além da sensação de ausência característica do ambiente nativo digital, acreditamos que há a tendência de que, mesmo em uma troca de comentários mediada pela máquina, os interlocutores que mantêm relação interpessoal entre si também fora da rede social busquem manter a harmonia, isso se compararmos a completos desconhecidos.

O fato de uma publicação ser feita por um perfil aberto abre uma infinidade de possibilidades, visto que é imprevisível (Paveau, 2017) o alcance que ela pode ter. Uma publicação feita por uma pessoa pública como William Bonner pode ser vista pelos seus seguidores, naturalmente, mas também pode ser republicada por qualquer perfil e, assim, alcançar mais outros tantos internautas que não necessariamente seguem o jornalista. Essas possibilidades vão atualizando os textos e permitem que novos cenários se construam. Ainda

citando Paveau (2017), a característica de aumento, por meio do acréscimo de comentários, também adiciona um leque de outras possibilidades, uma vez que novos internautas, em uma interação poligerida, em que muitos interlocutores tomam a palavra, podem interagir e colaborar na criação de novas expectativas e novos acordos em relação ao contrato.

Dito isso, é a partir desse olhar para o contrato e, conseqüentemente, para o que está imbricado nele – o que inclui tanto as peculiaridades do ambiente nativo digital quanto as anterioridades discursivas – que os estudos sobre impolidez e, também, violência devem ser vistos na intenção de que o componente contextual seja, de fato, considerado e implementado na compreensão do fenômeno em estudo. Diante disso, preferimos dar ênfase não às formas que a impolidez pode assumir (que são muito diversas) – apesar de nos atermos a marcas textuais que a atualizam –, mas às funções que essas pistas realizam nos textos, ou seja, aos efeitos possíveis que os atos impolidos podem provocar. Essa escolha se justifica por compreendermos que, em algumas situações, será possível identificar a marca que torna o enunciado possivelmente impolido, mas, em outras, a marca em si não denuncia, *a priori*, algum nível de agressividade, mas permite que acessemos um campo referencial que possibilita a compreensão da ofensa cometida. Sendo assim, focar nos efeitos possíveis que os interlocutores buscam alcançar, a nosso ver, fornece um conjunto mais produtivo de categorias, visto que estas são mais relativamente estáveis que as formas que elas podem assumir.

Para tal, partimos das estratégias *output* elencadas por Bousfield (2008) com base nas que foram outrora propostas por Culpeper (1996) para, então, destacarmos as categorias que acreditamos ser pertinentes para esta pesquisa.

3.2 A textualização da impolidez/violência

Assim como Culpeper (1996) herdou alguns problemas do modelo clássico de Brown e Levinson (1987) no qual se baseou, Bousfield conservou alguns critérios do modelo de Culpeper, autor base, para elencar as suas categorias *output*, o que, em alguns aspectos, também manteve inconsistências, como veremos adiante.

Quadro 2 – Estratégias *output* de impolidez (com base em Bousfield, 2008)

Estratégias de impolidez <i>on record</i>/ explícita
Desdenhe, despreze o outro (ataque ao desejo de ser aprovado)
Dissocie-se do outro; negue algo em comum com o outro, evite aproximar-se
Demonstre falta de interesse, de consideração, de empatia
Use marcadores de identidade não apropriados (em desacordo com a formalidade exigida)
Busque o desentendimento e evite o entendimento
Use linguagem tabu; xingue ou use linguagem/termos ofensivos
Ameace; amedronte; sugira que pode ocorrer algo prejudicial ao outro
Condescenda, despreze ou ridicularize; enfatize o seu poder relativo; não leve o outro a sério
Associe, explicitamente, o interlocutor a algum aspecto negativo

Estratégias de impolidez <i>off record</i>/ implícita
Use polidez insincera
Retenha polidez; mantenha-se em silêncio ou deixe de agir quando o trabalho de face é esperado

Fonte: elaboração própria, com base em Bousfield (2008).

É possível perceber que duas das categorias de estratégias de impolidez *on record*/explícita fazem menção à forma como outras estratégias podem se manifestar, a saber: a) Use marcadores de identidade não apropriados (em desacordo com a formalidade exigida) e b) Use linguagem tabu; xingue ou use linguagem/termos ofensivos. Dito de outra forma, é possível utilizar linguagem tabu para *ridicularizar o outro*, isto é, utilizar uma estratégia para causar o efeito de outra, o que indica que nem todas as estratégias elencadas possuem o mesmo estatuto.

Essas estratégias *output* assumem formas diversas e Culpeper (2011)¹⁸, ao pontuar questões sociais e culturais de grande importância para o estudo da impolidez e salientar a necessidade de evidenciar esse fenômeno, apontou, com base nas análises de dados empíricos oriundos de situações enunciativas diversas, o que ele nomeou de *fórmulas convencionais de impolidez*, as quais, segundo o próprio autor, devem ser entendidas como um ponto de partida, pois as manifestações impolidas são baseadas em alguns pressupostos sociais e individuais, atualizam-se de modo particular e, ainda, causam efeitos diversos, os quais só podem ser compreendidos de dentro da interação. Essas importantes pontuações do autor acerca das

¹⁸ O autor, ao discorrer acerca das fórmulas convencionais de impolidez, não se baseia na divisão de Bousfield (2008) das estratégias *output* em explícitas e implícitas e conserva a distinção entre impolidez positiva e negativa.

fórmulas convencionais de impolidez dialogam bastante com a visão defendida pela linguística textual praticada no grupo Prottexto, uma vez que ressaltamos a importância de se investigar o fenômeno tendo como ponto de partida o texto como evento único e irrepitível, o que implica uma análise particularizada das fórmulas convencionais de impolidez, de dentro da interação.

Dito isso, essas fórmulas estão sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 3 - Fórmulas convencionais de impolidez (Culpeper, 2011, p. 135-136)

Fórmulas convencionais de impolidez (Culpeper, 2011, p. 135-136)
Insultos - <u>Vocativos negativos personalizados</u> Ex.: Seu merda / Seu grande mentiroso - <u>Adjetivações negativas personalizadas</u> Ex.: Você é muito estúpido / Você me deixa doente - <u>Referências negativas personalizadas</u> Ex.: Seu tonzinho... / Esse seu cabelo ruim - <u>Referências negativas de terceira pessoa (na presença do alvo) personalizada</u> Ex.: Esse idiota / Aquela gasguita
Críticas/reclamações apontadas Ex.: Isso não tem fundamento / Que porcaria de slides
Perguntas e/ou pressuposições desagradáveis Ex.: Você já está mentindo? Quem é você?
Repreensões ou reprovações (baixo status do alvo está implícito) Ex.: Está sendo infantil
Mensagens enfáticas Ex.: Ouça aqui! / Veja bem!
Demissões Ex.: Vá embora! / Suma da minha frente!
Silenciadores Ex.: Pare de falar besteira! / Cale a boca!
Ameaças Ex.: Eu vou processar você / Vamos eliminar vocês
Expressões negativas (maldições, desejos negativos) Ex.: Vá para o inferno / Foda-se

Fonte: Elaboração própria, com base em Culpeper (2011).

É preciso deixar bem claro que o autor frisa que as fórmulas convencionais de impolidez **nunca** podem ser usadas como única fonte para a interpretação de um ato impolido. Essa perspectiva adotada por Culpeper (2011) já sinaliza uma espécie de retomada à preocupação com as pistas sem se restringir a elas, conforme defende a perspectiva intitulada como terceira onda (Haugh; Culpeper, 2018), a qual já discutimos e com a qual nos identificamos nesta investigação.

Essas fórmulas interessam-nos porque podem constituir um primeiro caminho para a identificação de situações de impolidez nos textos em análise, porém, assim como as

estratégias *output*, carregam, a nosso ver, algumas problemáticas em torno do que diz respeito à forma e à função. Em alguns momentos, o autor se utiliza de classificações que versam acerca da forma que é utilizada para a manifestação da impolidez, como é o caso da categoria “insultos” e suas subcategorias. Já, em outros casos, há menções ao objetivo do ato agressivo como acontece em “críticas/ reclamações apontadas”, as quais, por sua vez, podem ser manifestadas pelo uso de “mensagens enfáticas” ou de “perguntas e pressuposições desagradáveis”, por exemplo.

Nesse sentido, apesar de essa tabela ser apresentada por Culpeper com algumas “ressalvas” em relação a sua relatividade, optamos por dar ênfase à função e não à forma por uma questão, inclusive, de coerência com o que entendemos em relação aos pressupostos teóricos defendidos até então. É reconhecendo as várias possibilidades de textualização, algumas não tão explícitas e unânimes, de impolidez que dizemos que nos parece mais promissor partir do quadro de estratégias *output* de Bousfield (2008) reformulando o de Culpeper (1996, 2005), o qual, embora ainda apresente incongruências no que tange ao critério das divisões, se aproxima mais do foco na função.

Na tentativa de solucionar as problemáticas apontadas, montamos uma nova tabela onde constam algumas das estratégias já elencadas por Culpeper e Bousfield mescladas com alguns parâmetros de violência indicados por Amossy e, ainda, aspectos que emergiram do *corpus* analisado neste trabalho.

Como vimos na seção anterior, algumas das categorias elencadas por autores diferentes, naturalmente, se repetem. Por esse motivo, sintetizamos em uma tabela única e centrada nas funções para, somente a partir daí, pensarmos nas formas possíveis de realizá-las nos textos.

Tabela 2 - Funções da impolidez

Explícita
a) Desdenhar/reprender/ridicularizar o outro
b) Dissociar-se/ evitar aproximação com os outros
c) Demonstrar falta de interesse
d) Buscar desentendimento / evitar entendimento / criticar
e) Ameaçar / coagir para silenciar
f) Apontar incoerência ou contradição

g) Incitar violência contra outros
Implícita
a) Produzir polidez insincera
b) Reter polidez quando esta é requerida

Fonte: elaboração própria

Evidentemente, essas funções são aqui examinadas dentro dos contextos em que os sentidos são negociados em interações reais e empíricas, já que lidamos com uma noção de texto como evento, isto é, irrepetível.

Embora os autores nos quais nos baseamos para a elaboração da tabela de funções da impolidez/violência, a saber Bousfield (2008), Culpeper (2011) e Amossy (2017), não desenvolvam a relação entre suas categorias e o processo de referenciação, acreditamos ser possível esse diálogo, visto que este consiste em uma interpretação da realidade negociada entre interlocutores, no caso desta investigação, de modo ofensivo. Além disso, visto que “os processos referenciais cumprem uma função eminentemente argumentativa, ou avaliativa” (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014, p. 111), é possível perceber, especificamente a partir dessa função avaliativa, como o locutor trata o seu interlocutor e seu objeto de discurso.

É nessa interface entre funções de impolidez e construção de referentes ofensivos que entendemos contemplar o que nos propomos e nos inserir no que Culpeper e Haugh (2018) intitulam terceira onda dos estudos de impolidez, a qual mescla os níveis micro e macro de análise, quer dizer, parte das marcas e pistas cotextuais para compreender e interpretar os efeitos impolidos e/ou violentos.

A referenciação é um processo complexo e bastante elucidativo em se tratando dos estudos acerca da construção de sentidos. Como tantos outros fenômenos, esse processo voltado para o estudo das relações entre realidade, linguagem e percepção é visto sob diferentes óticas, como a clássica visão ontológica do objeto no mundo, porém nos baseamos, inicialmente, na definição proposta por Cavalcante (2012), posteriormente, complementada por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014):

[...] pode ser entendido como o conjunto de operações dinâmicas, **sociocognitivamente motivadas**, efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve, com o intuito de **elaborar as experiências vividas e percebidas**, a partir **da construção compartilhada** dos objetos de discurso que garantirão a construção de sentido(s) (Cavalcante, 2012, p. 113, grifos dos autores).

[...] uma construção sociocognitivo-**discursiva** de objetos de discurso reveladores de versões da realidade e estabelecidos mediante processos de negociação (Cavalcante, Custódio Filho e Brito, 2014, p.41-42, grifo nosso).

A partir de aspectos elencados por Cavalcante (2012), é possível entender esse processo como *um conjunto de operações dinâmicas* por manter relações estreitas com o contexto da interação. Nesse sentido, Mondada e Dubois (2016 [2003]) discutem acerca da flexibilidade das categorias e destacam, ainda, que os sujeitos constroem os objetos de discurso através de escolhas orientadas mais por seus pontos de vista que pelo objeto em si, no mundo “real”. Dito isso, assumimos a flexibilidade e a instabilidade das categorias, apesar de reconhecermos uma certa estabilidade compartilhada entre falantes de um mesmo grupo. Esse dinamismo de operações é melhor justificado quando pensamos nos demais aspectos a que estão vinculados os processos de referenciação.

O fato de essas operações serem *sociocognitivamente* e, ainda, *discursivamente motivadas* se justifica pela necessidade dos interactantes de, no processo de referenciação e, portanto, de interação, evocar conhecimentos de diversas ordens, como os social e discursivamente compartilhados, o que significa dizer que, para a construção de sentidos, é preciso lançar mão de conhecimentos que permitam que relações textuais explícitas – presentes no cotexto – e implícitas – perceptíveis pelos contextos estrito e amplo – sejam realizadas.

Essas escolhas que a língua permite, como já destacavam Mondada e Dubois (2016[2003]), deixam transparecer pontos de vista e constroem *objetos de discurso reveladores de versões da realidade*. Locutor e interlocutor, então, negociam sentidos, isto é, promovem uma *construção compartilhada*, o que evidencia o caráter intersubjetivo do processo de referenciação. Essa intersubjetividade se refere, justamente, a essa negociação que é orientada por uma antecipação por parte do locutor, que, ao produzir um texto, projeta um público e, com base nessa projeção, elabora e reelabora a realidade ao recategorizar os objetos de discurso.

Na referenciação, os interlocutores categorizam e recategorizam objetos de discurso. Ao fazer isso, um mesmo objeto “do mundo” pode ser categorizado de maneiras distintas, pois os sujeitos possuem, por exemplo, objetivos e pontos de vista diversos. Essas mudanças, além de necessitarem de aprovação – não no sentido de acordo, mas de coconstrução de sentidos – dos participantes da interação, têm caráter argumentativo e evidenciam orientações às quais os participantes se filiam ou das quais se distanciam. Nesse sentido,

[...] percebemos os objetos tal como previamente definidos por nossas práticas culturais: a “realidade” é fabricada por toda uma rede de estereótipos culturais, que

condicionam a própria percepção e que, por sua vez, são garantidos e reforçados pela linguagem, de modo que o processo de conhecimento é regulado por uma interação contínua entre práxis, percepção e linguagem (Koch, 2015, p. 59).

Com base nos aspectos vários que são evocados para que compreendamos o mundo por meio da linguagem, apoiamo-nos na concepção de referenciação como um processo complexo que se dá em uma dimensão bastante ampla nas perspectivas não só da interação em si, mas do entorno discursivo que o influencia; do próprio contrato comunicativo firmado e atualizado entre as partes e das anterioridades discursivas evocadas e partilhadas por elas.

Essa complexidade se dá, também, devido às possibilidades permitidas pela noção de redes referenciais (Matos, 2018), segundo a qual se parte das pistas textuais para, então, acessar, por inferência, os sentidos possíveis, configurando-se como um processo não necessariamente linear. Essa perspectiva permite um novo entendimento do que aponta Culpeper (2005):

O ataque à face pode ser intencionalmente comunicado, mas não consegue encontrar sua marca de forma alguma, ou, inversamente, o ouvinte pode perceber ou construir um ataque à face intencional por parte do falante quando nenhum ataque foi pretendido (p. 39).

O que o pragmático afirma no trecho “não consegue encontrar sua marca de forma alguma”, a nosso ver, pode ser substituído pelo que Matos (2018) discute em relação às redes referenciais, já que estas não se concentram exclusivamente na manifestação de formas. Em outras palavras e contextualizando para o estudo aqui empreendido, critérios micro textuais, não necessariamente ofensivos, fornecem pistas para dimensões maiores do processo de compreensão dos sentidos. De referente em referente, de recategorização em recategorização se formam as redes referenciais; são sucessivas inferências que se relacionam na construção de sentidos. Há, na construção de objetos de discurso, especificamente de modo impolido, diversas outras relações envolvidas as quais nem sempre se dão de modo direto e imediato.

Matos (2018) destaca o caráter fluido das significações que se deslocam através de acumulação de propriedades e traços de outros objetos de discurso, formando as redes. É nessa espécie de colaboração entre objetos de discurso, desses indícios contextuais, os quais nem sempre estão materializados no cotexto, que se constroem os sentidos. Nas palavras da autora, as redes referenciais “podem ser erigidas não somente por aquilo que emerge na superfície linguística, mas especialmente, pelo que o leitor pode captar inferencialmente, através dos variados indícios do cotexto” (p. 247). É por meio dos processos de referenciação

que se dá esse “entrelaçamento de sentidos na construção dos referentes”, isto é, o modo como eles “se comportam e se vinculam entre si” (Cavalcante, et al., 2020).

O fenômeno da referenciação, por sua vez, se realiza por meio de três processos referenciais, bastante conhecidos na literatura, a saber: a) introdução referencial, quando o objeto de discurso é salientado pela primeira vez no texto; b) anáforas, usadas para retomar e fazer progredir um objeto de discurso no texto, e que se subdividem em diretas, indiretas e encapsuladoras; e c) a dêixis, a qual tem a particularidade de ter sua compreensão intimamente relacionada com a situação comunicativa em si, pois é baseada na *origo*, instaurada pelo locutor no ato enunciativo. É válido lembrar que esses processos nem sempre são excludentes (somente as introduções se opõem às anáforas).

O caráter recategorizador das anáforas nos interessa particularmente. O “referente pode sofrer transformações, chamadas de recategorizações, ancoradas em diferentes pistas formais que revelam como o texto o apresenta e como ele poderá ser reconstruído pelo interlocutor” (Cavalcante; Brito, 2016, p. 132). As retomadas em relação a um referente já introduzido são realizadas de formas distintas e configuram redes referenciais que relacionam diferentes objetos de discurso. As confirmações e os acréscimos que os objetos de discurso têm ao longo do texto podem evidenciar algumas estratégias de impolidez e revelar a intensidade das tentativas de desqualificação do outro nas polêmicas. Durante a evolução do referente no texto, as retomadas revelam o caráter naturalmente recategorizador das anáforas, o que podemos observar no tuíte/publicação a seguir:

Figura 3 – Tuíte/publicação de Ciro Gomes parabenizando Alison dos Santos



Fonte: <https://twitter.com/cirogomes/status/1422401563616759808>. Acesso em: 26 dez. 2020.

O referente é introduzido por “Alison dos Santos” e, no decorrer do tuíte/ da publicação, é retomado por expressões como “um garoto de 21 anos com uma história de vida marcada pela superação” e, em seguida, por “mais um exemplo de que nunca podemos perder a esperança”. A partir das anáforas utilizadas pelo locutor para construir o referente “Alison dos Santos”, podemos perceber que este é recategorizado, garantindo a progressão das ideias e acrescentando informações acerca do atleta. As formas como Ciro se refere ao medalhista deixam transparecer uma ideia de superação e de perseverança, uma avaliação positiva na qual devemos nos inspirar.

Essa forma como o referente é apresentado pelo locutor revela o ponto de vista defendido por ele e estabelece relação com o caráter avaliativo dos processos de referenciação. As anáforas, então, podem ocorrer, como já mencionado, de várias formas, são elas: a) as

diretas, b) as indiretas e c) as encapsuladoras. Para compreendermos melhor as diferentes anáforas, nos basearemos no texto a seguir:

Figura 4 – Reportagem sobre os direitos para se vacinar

Precisa se ausentar do trabalho para se vacinar? Especialistas explicam o que diz a lei

Como forma de comprovar que se vacinou na data para a qual pediu abono, o funcionário pode apresentar algum comprovante da imunização.

Com o avanço das fases de vacinação, a campanha de imunização contra a Covid-19 chega a pessoas que estão ativas no mercado de trabalho. Uma lei de fevereiro de 2020 prevê que o funcionário que se ausentar do trabalho para se vacinar contra o novo coronavírus no horário do expediente tenha direito a abono.

De acordo com o Ministério Público do Trabalho no Ceará (MPT-CE) e também com o advogado Daniel Moreira, membro da comissão de direito do trabalho da OAB Ceará, é a lei 13.979 que garante o abono para o trabalhador que precisar se ausentar para ser imunizado contra a Covid-19.

"Em fevereiro de 2020, passou a existir a lei 13.979, mais especificamente no artigo segundo, ela detalha que a empresa é obrigada a abonar sobre o dia em que o trabalhador ficou disponível para se vacinar. Não sobre o dia, mas sobre aquele período. Por exemplo, se o trabalhador pelo período da manhã ficou na fila, se vacinou, com aquela falta justificada, a empresa terá que abonar aquele período que ele ficou disponível para vacinação", explica o advogado.

Comprovação

Como forma de comprovar que se vacinou no dia para o qual pediu abono, o funcionário pode apresentar algum comprovante da vacinação, como o cartão que é entregue no ato da imunização ou um atestado de comparecimento. "Nós sabemos que não existe atestado médico no momento da vacinação, contudo, existe a certidão de comparecimento, existe o cartão de vacinação e isso tudo pode ser cobrado pelo empregador como também deve ser entregue pelo empregado ao seu patrão", afirmou o advogado.

Decisão do STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19 em dezembro de 2020 do ano passado. No entendimento dos ministros do STF, vacinação obrigatória não significa vacinação forçada, no entanto, sanções podem ser estabelecidas contra quem não se imunizar, de acordo com a procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho no Ceará Mariana Férrer. As penalidades tanto podem ser impostas pelos entes públicos (estados, municípios, União), como pelas empresas, que podem impor medidas restritivas.

Fonte: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/05/19/precisa-se-ausentar-do-trabalho-para-se-vacinar-especialistas-do-ceara-explicam-o-que-diz-a-lei.ghtml>. Acesso em: 26 dez. 2020.

As anáforas diretas ou correferenciais consistem nas expressões que retomam um referente já previamente introduzido e aparecem em forma de estruturas linguísticas presentes no cotexto, isto é, na materialidade textual. Se observarmos no texto, a expressão “a lei 13.979” é retomada, de modo direto, pelo pronome “ela” (sublinhados nas linhas 13 e 14). Esse tipo de retomada é o mais facilmente recuperável, pois os termos estão explícitos na superfície textual.

As indiretas retomam um referente aparentemente novo, mas detectável por meio de outras pistas dos sistemas semióticos que se associam, por inferências, a saberes de conhecimento e saberes de crença. A expressão “a Covid-19” (sublinhado na linha 4) parece ser um novo referente, porém é possível associá-la ao contexto em que “a vacinação” (referente ativado pelo verbo “vacinar” na linha 1) se dá e que, dada a situação na qual nos encontramos no mundo – visto que o texto é situado –, é inferível que a imunização de que trata a reportagem é contra o vírus responsável pela pandemia. Algumas associações são mais outras menos evidentes, pois vão exigir níveis diferentes de conhecimentos compartilhados entre os interlocutores.

Outra forma de retomar um referente são as anáforas que recuperam porções maiores do texto, as encapsuladoras. Esse tipo de anáfora pode ocorrer de modo mais amplo e não específico e pode rotular, em certa medida, a porção retomada. No exemplo, encontramos a expressão “tudo isso” (sublinhada na linha 25), uma retomada mais ampla que resume todos os documentos que comprovam ou atestam comparecimento para a vacinação.

No que diz respeito à dêixis, nos apoiaremos no quadro proposto por Martins (2019), o qual comporta oito tipos dêiticos, a social e a pessoal – as quais são mais diretamente ligadas aos participantes da interação por fazer referência a pessoas e a aproximação/distanciamento entre interlocutores, respectivamente, portanto, nos parecendo ter uma relação mais lógica com os estudos sobre impolidez –, mas também as dêixis espacial, temporal, textual, memorial, fictiva e modal.

A dêixis é um processo referencial com características particulares, uma vez que é baseada na enunciação e, portanto, atualizada a cada momento. As coordenadas eu-aqui- agora são, como o próprio nome já aponta, o norte para que o interlocutor perceba e identifique o referente de que se fala, visto que elas se atualizam no ato enunciativo a cada vez que o locutor se instaura como sujeito ao tomar a palavra. Em outras palavras, “os dêiticos constituiriam elementos que apontariam não para outros termos do cotexto, mas para o ponto de origem do locutor dentro da situação de comunicação” (Martins, 2019, p. 29). Dessa forma, esse processo referencial é considerado mais subjetivo por partir da perspectiva do sujeito que diz “eu”, isto é, está intimamente relacionado com o contexto em que o evento enunciativo se realiza. Essa forma particular de apontar para os objetos de discurso pode se realizar a partir de oito tipos dêiticos.

Para apresentar e exemplificar as dêixis pessoal, social, temporal e espacial, utilizaremos tuítes/publicações que comentam a vinda de Jair Bolsonaro ao Ceará, no dia 13

de agosto de 2021, e a sua crítica ao governador do estado, Camilo Santana, em relação à sua gestão “criminosa”, segundo o presidente, da pandemia.

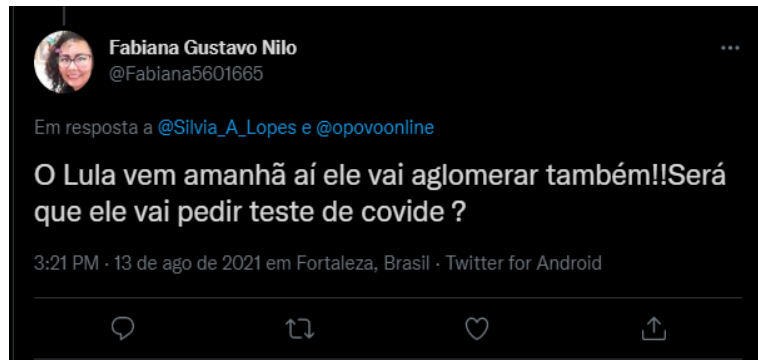
Figura 5 – Tuíte/publicação Paloma Braga



Fonte: <https://twitter.com/Palomabm/status/1426223136073265153>. Acesso em: 26 dez. 2020.

Na publicação acima, identificamos a expressão “nosso estado” como um exemplo de dêixis de pessoa pelo uso do pronome pessoal “nosso”, o qual depende da sua origem, isto é, do locutor que diz “eu”; a identificação do estado, nesse exemplo, só é possível se nos remetermos ao contexto em que o enunciado é realizado. Além disso, o termo “aqui”, o qual tem o caráter ostensivo de apontar para um espaço específico, só permite recuperar o referente se relacionado ao locutor e ao contexto. Somente ciente de que o autor comenta uma situação que ocorre no estado do Ceará e que o locutor é cearense e publica a partir desse estado é que tanto o “nosso estado” quanto o “aqui” são percebidos pelo interlocutor/leitor como processos referenciais que apontam para o Ceará. Ainda que o interlocutor não tenha certeza dessa ideia de pertença do locutor ao estado do Ceará, o emprego dessas formas dêiticas estabelece essa relação dentro do texto. O referente de pertencimento ao estado e de vínculo afetivo aumenta o sentimento de ofensa de quem se sentiu agredido e ainda engaja o leitor no compartilhamento dessa emoção.

Figura 6 – Tuíte/publicação de Fabiana Gustavo Nilo



Fonte: <https://twitter.com/Fabiana5601665/status/1426247616904450051>. Acesso em: 26 dez. 2020.

Na figura 6, encontramos um exemplo de um dêitico temporal, uma vez que o termo “amanhã” está relacionado com o tempo do locutor, isto é, ele é impregnado de sentido a partir da coordenada do momento em que o sujeito realizou o ato enunciativo. A expressão dêitica indicativa de tempo pode ser atualizada quantas vezes for enunciada. Esse artifício é bastante utilizado em músicas, pois transporta quem está ouvindo ou cantando para um outro tempo, fazendo que a música não fique obsoleta, visto que é sempre atualizada de acordo com o evento enunciativo, do contexto.

Figura 7 – Tuíte/publicação de Camilo Santana



Fonte: <https://twitter.com/Roberiomaia/status/1426226824896557065>. Acesso em: 26 dez. 2020.

Na figura 7, percebemos o vocativo por meio do qual Camilo Santana se refere a Jair Bolsonaro para responder à acusação proferida publicamente por este. O uso do dêitico social “sr presidente” evidencia a relação de respeito (mesmo ao responder com críticas ao Governo Federal) por parte de Camilo e o seu reconhecimento acerca dos papéis sociais que ambos exercem socialmente na situação de enunciação. Ao mesmo tempo, esse dêitico social endurece o tom da resposta à agressão recebida, abrindo ainda mais o distanciamento social entre os participantes da interação.

No que diz respeito à dêixis memorial, vejamos um caso no texto a seguir:

Exemplo 1

Faz tempo que a gente não é
Aquele mesmo par
 Faz tempo que o tempo não passa
 E é só você estar aqui
 Até parece que adormeceu
 O que era noite já amanheceu
 Cadê aquele nosso amor?
Naquela noite de verão
 Agora a chuva é temporal
 E todo céu vai desabar
 (LEHART, Leandro. 1996)

No trecho da música Temporal – Art Popular, percebemos que o locutor instaura um tu (“a gente”, você”) e recorre ao artifício de apelar para a memória de seu interlocutor ao usar demonstrativos (“aquele mesmo par”, “aquele nosso amor”, “naquela noite de verão”) que remetem a um tempo passado compartilhado entre eles. Esse tipo de negociação do referente que apela para um tempo já decorrido se dá por meio da dêixis memorial.

Já a dêixis fictiva instaura um novo ponto de origem no que diz respeito a um espaço, o qual não coincide com a *origo* do locutor. O sujeito transporta a situação para um espaço criado, fictício, que não o da situação de enunciação para, então, a partir deste, enunciar. Esse tipo de ocorrência é comum quando uma pessoa dá coordenadas para seu interlocutor tomando como referência a posição do outro. “Quando você estiver na Avenida Santos Dumont, depois do túnel da Via Expressa, dobra à direita na segunda rua”. Nesse exemplo, o ponto de origem é “imaginado” pelos interlocutores para que a orientação seja dada, ambos se transportam temporal e espacialmente para fora do momento da enunciação.

Outro exemplo pode ser visto na música a seguir:

Exemplo 2

Alô porteiro, tô ligando pra te avisar
 A partir de agora eu tô solteira
 Já me cansei da brincadeira
 Chame o táxi que ele vai pagar
 Alô porteiro, tô ligando pra te avisar
 Esse homem que está ai
 Ele não pode mais subir
 Tá proibido de entrar
 (BERNARDES, Adriano; SOUSA, Di; PITY, Carlos. 2016)

No trecho da música Alô, porteiro, o locutor da canção, ao dar instruções ao porteiro, usa sua própria localização para falar “aí”, o local em que se encontra o interlocutor. O locutor imagina a localização do porteiro para tomar como ponto de origem o espaço do “tu”, não do “eu” que enuncia.

Acerca da dêixis modal, o trecho seguinte ilustra:

Exemplo 3

Vem aqui, te quero do meu lado
 Solta esse cabelo pra dançar
 Vem aqui, te quero do meu lado
 Nosso amor já vai se transformar
 Vem aqui, te quero do meu lado
 Solta esse cabelo pra dançar

Eu te gosto assim
 Eu te adoro assim
 Desse jeito assim
 (Eu te amo demais)
 Eu te gosto assim
 Eu te adoro assim
 Desse jeito assim
 (SOARES, Paulo Leandro Fernandez. 1997)

No trecho da música Fricote acima, identificamos a função modal nas ocorrências de “assim”, pois há uma relação de dependência com a situação de enunciação, só pelo contexto em que se pode imaginar o jeito dos dois é possível recuperar o sentido acerca do modo ao qual o locutor se refere.

Por fim, o tipo dêitico textual é aquele que faz menção a porções do próprio texto, isto é, esse tipo de dêixis tem um caráter metatextual, o qual é frequentemente visto, por exemplo, no final de introduções de textos acadêmicos, onde alguns autores apontam para as demais seções do texto indicando a divisão do trabalho com o intuito de nortear o leitor no texto. Os clássicos “a seguir”, “o parágrafo anterior”, “a figura abaixo” são casos em que o próprio texto é o ponto de referência e não a situação real de comunicação. É válido lembrar que a dêixis textual comporta também uma função anafórica, visto que, se pensarmos nos casos em que as anáforas retomam expressões do próprio contexto, ambos os processos referenciais coocorrem. Em suma, podemos afirmar que todo caso de dêixis textual é, também, uma anáfora, porém não podemos dizer que o contrário sempre seja verdadeiro.

Um exemplo de anáforas que podem ser consideradas, simultaneamente, dêixis textuais encontram-se no trecho da música Infiel de Marília Mendonça:

Exemplo 4

O seu prêmio que não vale nada, estou te entregando
 Pus as malas lá fora e ele ainda saiu chorando
 Essa competição por amor só serviu pra me machucar
 Tá na sua mão, você agora vai cuidar de um traidor
 Me faça esse favor
 (MENDONÇA, Marília. 2016)

As expressões “ele” e “um traidor” retomam uma parcela do contexto, “o seu prêmio”. Por fim, há a presença de um dêitico anafórico (encapsulador), a expressão “esse favor”, que engloba todo o ato de “ficar com o traidor”. A separação – costumeiramente associada a um evento negativo – é recategorizada e, então, encarada como algo positivo pela traída

Os processos referenciais, como veremos no exemplo a seguir, por vezes evidenciam o intuito violento na construção de objetos de discurso. Na Figura 8, por exemplo, Ciro Gomes se posiciona contra a conduta do Governo Federal em relação à gestão da pandemia de Covid-19 ao publicar o seguinte tuíte/publicação em seu perfil (público e aberto), mas não o faz de qualquer forma. Veremos como é possível traçar um paralelo entre os processos referenciais e o que Culpeper (2011) chama de fórmulas convencionais de impolidez.

Figura 8 – Tuíte/publicação do Ciro Gomes com resposta



Fonte: <https://twitter.com/EdileudaRego/status/1381603109177339907>. Acesso em: 26 dez. 2021.

Ciro introduz o referente “Bolsonaro” e o recategoriza ao retomá-lo por meio das anáforas “símbolo permanente de violência, insegurança e caos”, “sua irresponsabilidade

criminosa” e “este genocida”. Elas se enquadrariam em Referência negativa de terceira pessoa personalizada, fórmula enquadrada na categoria de Insultos proposta por Culpeper (2011).

Vale ressaltar que a possibilidade de o atual presidente não ler a publicação por ela estar no perfil do Twitter/X de Ciro Gomes (sem que haja menção tecnodiscursiva por meio do uso do @, o qual apresenta um caráter dêitico) não anula o fato de Ciro estar mencionando diretamente Bolsonaro em seu perfil, isto é, está se dirigindo a ele. Porém, dadas as circunstâncias em relação à disputa que há entre eles, visto que Ciro compõe a dita “oposição” ao governo e é, diretamente, concorrente nas eleições presidenciais de 2022, acreditamos que o tuíte/publicação busque, no final das contas, atingir não só os seguidores do perfil no qual foi publicado o tuíte, mas qualquer usuário que acessar @cirogomes no Twitter, visto que é aberto ao público.

Em relação ao referente “A pandemia no Brasil”, este é retomado como “uma das grandes ameaças no mundo”, o que podemos associar a uma Asserção negativa, mas não personalizada, pois ofende indiretamente, se considerarmos a responsabilidade do chefe do Poder Executivo em relação à garantia de saúde prevista na Constituição Federal. Esse apontamento sinaliza que, como previsto pelo próprio autor das formas convencionais de impolidez, alguns ajustes precisam ser feitos de acordo com o *corpus* analisado.

Em resposta ao posicionamento publicado por Ciro Gomes, a usuária Edileuda Rego rebate com uma crítica não só o referente “Bolsonaro” introduzido por ele, mas a conduta do próprio Ciro ao mencioná-lo indiretamente por meio da expressão “sua omissão”, a qual contém um traço dêitico dado o uso do pronome pessoal “sua” ao mesmo tempo que faz uma Referência negativa personalizada ao interlocutor. Essa referência negativa é compreendida através do conhecimento compartilhado entre os participantes diretos e indiretos (considerando os leitores da interação pública que não tomam a palavra) acerca da viagem feita por Ciro Gomes a Paris durante o segundo turno das eleições presidenciais que levaram Bolsonaro ao poder.

Além disso, a expressão “esse caos” utilizada pela usuária para atribuir culpa ao político associa-o a um aspecto negativo, uma estratégia de impolidez sugerida por Culpeper (2011). “Esse caos” pode tanto ser compreendido como uma referência a alguns termos mencionados diretamente no tuíte/publicação inicial – “caos”, “uma das grandes ameaças no mundo” e “A pandemia no Brasil” – como a um contexto mais amplo, o qual faz menção à gestão nacional como um todo, os vários aspectos no país que não vão bem e que são atribuídos ao Governo Federal.

Em suma, acreditamos que os processos referenciais, principalmente as dêixis pessoal e social, dialogam com as estratégias apontadas por Culpeper (2011) e contribuem para que identifiquemos outras estratégias, inclusive as tipicamente nativas digitais como a menção direta ao interlocutor por meio do uso do @ ou de menção a perfis que desempenham uma função de impolidez nos textos nativos digitais, os quais são palco de polêmicas públicas e, conseqüentemente, da desqualificação do outro.

Na seção que segue, desenvolvemos o que nos faz propor a ideia de um contínuo entre impolidez e violência, uma vez que entendemos que toda violência é uma manifestação agravada de impolidez; porém nem toda impolidez alcança o status de violência.

3.3 Os graus de impolidez no ambiente nativo digital

A construção do conceito de impolidez e dos aspectos que estão envolvidos em sua compreensão foram, como vimos, em sua maioria, gestados na área da Pragmática, desde o entendimento dos atos de fala a uma concepção mais atual e vinculada a parâmetros discursivos, o que nos parece se aproximar do que se entende sobre terceira onda, isto é, um fenômeno abrangente que abarca não só as marcas linguísticas, mas também o componente discursivo, dada a imensa sensibilidade ao contexto. De modo similar, mas oriunda de outra área de estudo, a ideia de violência é gestada no seio da Análise do Discurso. Nesse sentido, por causa das diversas semelhanças entre os conceitos, preferimos tratá-los de dentro de um contínuo, porém consideramos chamar de violência somente os atos impolidos acrescidos de componentes textuais (e, portanto, contextuais) que denotem uma agressividade maior. Não há limites claros que definam de modo objetivo o que faz que um ato impolido alcance o status de violento, porém há direções que certamente precisam ser seguidas e consideradas nesse processo interpretativo dos graus de impolidez/violência. O fato de os contornos entre os dois conceitos não serem bem delimitados, entretanto, não faz que essas distinções sejam completamente desconhecidas.

Como discutimos, Jonathan Culpeper tem se dedicado e desenvolvido importantes reflexões acerca da impolidez, as quais se desdobraram na mais recente proposta do autor acerca das superestratégias de ataque ao interlocutor. Com base nos Atos Ameaçadores de Face (AAF) propostos por Goffman (1967), o autor destaca que, dentre os três tipos, os intencionais são os que, de fato, consistem no que ele entende como impolidez.

Para compreendermos melhor, é necessário que tenhamos em mente os três tipos de AAF listados por Goffman (1967), nos quais a proposta de Culpeper (1996) se baseou, a saber: a) acidentais, b) incidentais e c) intencionais.

Os acidentais são aqueles atos que, apesar de não intencionais, acabam por lesar em alguma medida a face do interlocutor, o que aparenta ser fruto de uma mera falta de cuidado do agressor. Nesse caso, há uma presunção de inocência e, muitas vezes, ocorre um pedido de desculpas quando, por exemplo, o interlocutor deixa transparecer que se sentiu afrontado. Para exemplificar, observemos o caso do médico Dráuzio Varella, o qual é bastante conhecido no Brasil por seus trabalhos em penitenciárias. Nesse contexto, uma matéria do programa Fantástico com a participação dele teve repercussão negativa, pois uma das detentas – presa por assassinato de uma criança – foi entrevistada pelo médico e falou acerca da solidão que vive na prisão por não receber nenhuma visita há mais de 6 anos. Na ocasião Dráuzio se comoveu e abraçou a detenta, o que foi visto de forma negativa e, em certa medida, ofensiva no que tange à família da vítima do crime praticado pela entrevistada em questão. Após essa repercussão, o médico gravou e divulgou um vídeo em que pede desculpas se, por acaso, ofendeu alguém com a matéria e justifica que sua intenção não foi a de ofender e disse que entrou na penitenciária não como juiz, mas como médico.

Esse exemplo ilustra um ato ofensivo, no qual o autor não teve o objetivo de macular a imagem do outro (seja dos espectadores, seja da família da vítima do crime), mas, uma vez que não se pode controlar as interpretações possíveis, o posicionamento de Dráuzio na reportagem acabou por ser entendido como algo que feriu os princípios morais sustentados por alguns espectadores do programa em que a entrevista foi ao ar.

O segundo tipo de ato ameaçador de face se trata de uma impolidez “inerente” ao cargo que se ocupa ou papel social que se assume na interação. Dentro de uma situação de jogo de futebol, por exemplo, a relação que se estabelece é de que o juiz possui autoridade diante dos jogadores. No caso de um zagueiro cometer uma infração, é papel do juiz puni-lo da forma que, conforme as regras do jogo, convém. Nesses casos, não costuma ser a intenção do juiz prejudicar, de alguma forma, o jogador para o qual ele deu, por exemplo, um cartão amarelo. A sua função dentro do jogo precisa ser cumprida. De modo semelhante acontece nos usos da linguagem em outros contextos em que autoridades – no sentido de que se espera deferência em relação a elas –, no cumprimento das atividades que lhes são atribuídas, são levadas a cometer atos impolidos. Por consequência dessa ideia de dever, em geral, esse tipo de ato não recebe o mesmo peso dentro do contínuo de impolidez/violência, sendo entendido de forma mais atenuada dadas as circunstâncias.

O terceiro e último AAF, conforme Goffman (1967), é o mais difundido entre os estudos sobre impolidez, uma vez que Jonathan Culpeper – um dos autores mais lidos sobre o assunto – o define como, de fato, o tipo de ato que se configura como impolido. O AAF intencional é aquele em que o locutor visa ao dano à face do falante (para a linguística textual, interlocutor) e são mais facilmente reconhecidos pelos interactantes que participam do evento comunicativo. Esse tipo de AAF ocorre com frequência, infelizmente, em redes sociais; um exemplo pode ser visto nos casos de cancelamento de uma figura pública como aconteceu com o Monark, ex-apresentador do *podcast* Flow, por ele ter perguntado, em seu perfil do X (antigo Twitter), se ter uma opinião racista é crime. Naturalmente, o apresentador, que possui considerável relevância em seu meio, foi alvo de comentários que tinham como objetivo reprovar a sua conduta e a sua imagem, como o do perfil @vanglockkk, que diz “irmao teu cérebro virou só fumaça n resta um neurônio”², referindo-se pejorativamente ao fato de o apresentador fazer uso de maconha e, conseqüentemente, questionando a inteligência de Monark. Os atos intencionais, somente eles, são entendidos, conforme já dito, por Culpeper como impolidos; dessa forma o autor se ocupa apenas desse terceiro tipo.

Diferente dessa perspectiva do pragmático inglês, Archer (2008), ao discutir agressão e violência, apesar de também partir das três classificações dos AAF de Goffman (1967), se diferencia por não se reduzir aos intencionais. Para a autora, com quem concordamos, mesmo os acidentais e os incidentais podem produzir efeitos ofensivos, independente do grau de intencionalidade. Sendo assim, o que Culpeper (1996) entende como impolido, para nós, se aproximaria mais da ideia de violência, isto é, dentro do contínuo impolidez/violência, um ato ameaçador mais explicitamente agressivo, dada sua intencionalidade mais evidente, muitas vezes com o uso de intensificadores, como advérbios e palavras tabu (os conhecidos xingamentos). Esses termos evidenciam a ofensa ou como meio – quando esta é utilizada para alcançar um objetivo outro, o principal, como persuadir o outro ou, ainda, um terceiro –, ou como fim – quando a agressão gratuita é aonde o locutor pretende chegar (pelo menos aparentemente). Lembramos que essas definições, claro, só serão possíveis se o analista observar o acontecimento textual em sua totalidade e o modo como o contrato se põe em funcionamento em situação concreta de interação.

Cavalcante *et al.* (2022) readéquam o que propõe Charaudeau aos estudos desenvolvidos pelo grupo em linguística textual ao acrescentar aspectos que os interlocutores levam em conta no momento de realizar suas escolhas textuais. Para exemplificar, os autores destacam o papel das tecnologias digitais e, conseqüentemente, das possibilidades e das restrições permitidas por esse ambiente tecnodiscursivo (Paveau, 2017) e, ainda, a influência

exercida pelo terceiro (Amossy, 2017) – tido como um participante indireto que não toma a palavra na interação, mas que, por vezes, é alvo do projeto de dizer do sujeito – e por sua identidade presumida.

Dessa forma, os enunciados são considerados ofensivos dentro dessa complexa relação entre diversos elementos que compõem o que entendemos como evento textual. A definição de Charaudeau (2019) de violência é a que mais se aproxima da perspectiva que adotamos, mas que, nesta investigação, consideramos para todos os níveis de impolidez, violentos ou não:

A violência verbal é um ato de linguagem e, como todo ato de linguagem, ele depende para sua significação: da *situação de comunicação* na qual interagem os interlocutores, o que implica conhecer sua identidade, o que está em jogo em sua interação e as circunstâncias materiais; chamo a isso de *contrato de comunicação*; da maneira como ele é *posto em cena*, ou seja, da situação da enunciação; do *valor social das palavras e fórmulas* inventadas e compartilhadas pela sociedade. Isso nos lembra que toda interação linguística deve ser interpretada em função das características socioculturais do grupo ao qual pertencem os parceiros da interação. Em relação à violência verbal, isso indica que ela não é revelada apenas pelas palavras e que deve ser considerada, para a análise da linguagem, no conjunto de suas condições de produção (p. 454, grifos do autor).

Nesse sentido, a descrição do contexto em que a interação se dá é parte importantíssima para que percebamos os efeitos de um ato potencialmente impolido (ou não) dentro do contínuo. Ressaltamos, ainda, que, ao mencionarmos que o ato impolido pode ou não ser considerado violento, estamos pontuando que todo ato violento é impolido, mas que nem todo ato impolido chega ao nível da violência. Nesse sentido, os critérios que vão definir e localizar um ato como impolido e, ainda, como violento não podem ser pensados *a priori*, como aponta Charaudeau (2019), uma vez que somente dentro do circuito comunicativo já em cena é que é possível ponderar sobre os diversos aspectos implicados na atribuição de sentido agressivo, por exemplo, na construção referencial de um objeto de discurso.

Outro aspecto que o autor menciona e que gostaríamos de destacar é o papel dos *valores sociais* na atribuição de sentidos. Sobre isso, é conveniente convocar, também, o que Paveau (2015) pontua acerca dos princípios morais e éticos: “os valores são, ao mesmo tempo subjetivos e objetivos: subjetivos porque sustentam as práticas de cada um; objetivos porque possibilitam validar juízos de valor” (p.199). Esse ponto de vista nos permite repensar a relação da ética e da moral com o ato de linguagem, o qual, de certa forma, materializa esses pensamentos filosóficos que são sustentados por interlocutores e por comunidades das quais eles fazem parte.

Todos nascemos sem ética e sem moral e é, no decorrer da vida e em contato com ambientes e instituições de ensino, por exemplo, que aprendemos noções que envolvem limites e respeito ao outro no sentido amplo. Nesse viés, entendemos que esses valores não são os mesmos para todos, mas que algumas normas são parcialmente comuns, são mais globais por abrangerem uma parcela maior de indivíduos. Essa diferença é justamente a que existe entre ética e moral. Deleuze (2002) comenta sobre a ética ser mais relacionada aos valores, mais ligada ao bom senso e, naturalmente, mais sujeita a modificações oriundas das condições sociais e históricas; já a moral seria mais vinculada a normas ditadas por um ser/ente superior, sobretudo no que diz respeito à religião. Em suma e relacionando com o estudo que aqui empreendemos, é bem possível que um enunciado encenado dentro de um contrato comunicativo possa ser interpretado como impolido ou violento por um indivíduo, mas não por outro, dado que os valores éticos e morais sustentados podem diferir a depender da comunidade da qual os participantes fazem parte. Nem sempre, no fim das contas, os enunciados são unanimemente entendidos de modo agressivo por todos os interactantes ou, ainda, por terceiros que observam a interação sem tomar a voz para si.

A ideia de pré-discursos, concepção também desenvolvida por Paveau (2013), nos é bastante cara por ajudar a dar conta do entorno que envolve o entendimento do contínuo impolidez/violência. De acordo com a autora, os pré-discursos diferem dos discursos proferidos em momentos anteriores; eles, mais que isso, dizem respeito a quadros de saber e crença compartilhados dentro de uma comunidade. Esses quadros coletivos fornecem ao locutor informações prévias das quais ele lança mão para projetar o outro e toda uma situação concreta de enunciação, o que influencia, naturalmente, nas suas escolhas para a textualização. Os pré-discursos atualizados no texto colaboram, dessa forma, para que os envolvidos na situação concreta de interação coconstruam os sentidos ali negociados, inclusive dão subsídios para que o analista discuta os efeitos possíveis.

Sendo assim, uma vez que o contínuo de impolidez/violência é sensível a esses aspectos naturalmente sócio-históricos, não é prudente desvincular a construção dos sentidos dos enunciados do caráter intermitente e variável desses valores que norteiam as relações entre os interlocutores. Entretanto, é preciso destacar que essa volatilidade dos valores não significa que, para o entendimento dos atos agressivos de linguagem, não haja critérios, pois estes emergirão do contexto e, conseqüentemente, se confirmarão no contrato firmado na interação, além de ter como norte as experiências languageiras já vivenciadas e os acordos já previamente estabelecidos para determinadas situações de comunicação. Esses aspectos são, então, relativamente estáveis e é por esse motivo que as convenções que são adotadas pelos analistas

dos atos ofensivos são apenas uma espécie de referência, a partir da qual se pensarão os sentidos dos textos.

Essas convenções partem de usos comuns, normais – mas não no sentido normativo de algo que deve ser cumprido ou entendido de modo estanque, e sim no sentido de algo recorrente em determinada comunidade – e podem variar de acordo com os critérios que diferenciam as culturas, as faixas etárias e o recorte temporal (ou sincronia), para citar alguns. Reiterando o que Culpeper (2008) aponta, existem as normas sociais – que são as mais fixas, mais tradicionais – e as experienciais – que se vinculam mais ao individual e são, portanto, menos rígidas – as quais estão envolvidas no processo avaliativo dos enunciados impolidos. Essa perspectiva já sinaliza, resguardadas as diferenças entre os autores, o ponto de vista adotado por Patrick Charaudeau quando este autor discorre acerca do contrato comunicativo no sentido de que há coordenadas que levam os interactantes a jogar o jogo enunciativo com peças específicas à sua disposição, mas que não há necessariamente um movimento fixo a ser realizado, mas movimentos habituais. Cabe aos participantes o julgamento da relação entre possibilidades textuais e ajustes no desenrolar do contrato posto em cena.

Dentre as nuances possíveis no que tange às interações e que, naturalmente, interferem nos efeitos possíveis, está o ambiente em que elas ocorrem, pois este traz novas possibilidades languageiras ao passo que restringe outras tantas. Por trabalharmos com a rede social Twitter, é relevante, por meio de Paveau (2017), destacar a importância de se considerar, de maneira ecológica, o ambiente no qual as interações ocorrem. Com vista a esse aspecto, é importante discutirmos acerca da proposta da autora em relação, especificamente, ao estudo da ciberviolência. Esse ponto muito nos interessa, pois une dois focos do nosso estudo, o ambiente digital e as práticas violentas nas redes.

A autora, sob uma perspectiva ecológica e, portanto, compósita, considera a prática violenta de dentro do ambiente digital, destacando o seu caráter nativo digital, ou seja, a interação ocorre dentro do espaço on-line. Esse tipo de conduta agressiva está intimamente relacionado ao que se entende por decência, o que engloba aspectos como as épocas, os espaços e as culturas (Paveau, 2017).

No intuito de escapar de análises logocentradas, isto é, focadas e restritas ao aspecto verbal dos atos violentos e de, então, incorporar as características do ambiente digital, a autora elenca alguns parâmetros tecnodiscursivos a serem considerados em textos digitais nativos:

- I. **Anonimato ou pseudoanonimato:** o anonimato não existe plenamente na internet, uma vez que os passos que damos nesse meio são rastreáveis, no mínimo pelo IP do computador utilizado. Outro aspecto relevante é que, em algumas culturas, como o caso da francesa, o pseudoanonimato é uma verdadeira cultura, muitas vezes relacionada com a preservação dos dados e de informações pessoais. No Brasil, essa conduta não é tão difundida como na França. No caso da ciberviolência, essa conduta dificulta a identificação do agressor pelo usuário comum e, conseqüentemente, a punição do ato.
- II. **O efeito de ausência e a cultura do quarto:** Esse aspecto tecnodiscursivo está intimamente ligado ao anterior, visto que o pseudoanonimato restringe o poder de resposta à ofensa recebida, pois não se sabe com quem se fala. Há um distanciamento além do físico.
- III. **O efeito *cockpit*:** a sensação promovida pelo distanciamento físico que ocorre na internet faz que o *hater* se sinta confortável para agredir, sem que o ato violento produzido por ele, segundo seu entendimento, se configure como uma ameaça a si próprio.
- IV. **Deslocamento da relação de poder:** dentro do ambiente digital, aquele que detém o saber tecnológico passa a ter mais poder discursivo, porém esse tipo de poder pode ser ou não associado ao poder tido de modo mais tradicional, isto é, no que tange à classe social, ao gênero, entre outros. O moderador de uma página, por exemplo, detém o poder de excluir um comentário indesejado, e essa posição independe (pelo menos de maneira geral) de sua raça ou classe social.
- V. **A inseparabilidade:** diz respeito ao impacto que esses atos violentos têm nas vidas das pessoas-alvo, dada a inseparabilidade dos aparelhos eletrônicos e dos fatos que acontecem nos meios virtuais.
- VI. **A viralidade:** a disseminação do insulto, por exemplo, exerce influência e reforça suas conseqüências pragmáticas, visto que, quanto mais exposto, mais violento e mais suscetível a angariar adeptos que endossem a violência. Esse critério diz respeito, então, ao alcance e à rapidez da propagação do ataque virtual.

Considerando os parâmetros tecnodiscursivos apontados por Paveau (2017), acreditamos que, por exemplo, o efeito de ausência¹⁹, ao passo que coloca os agressores em condições que aparentam garantir uma certa proteção em relação às possíveis sanções, podendo estimular, assim, agressões, potencializa o efeito de impolidez, visto que o agredido se vê mais distante de uma sensação de justiça por desconhecer o seu oponente. Outros parâmetros característicos do ambiente digital também intensificam o efeito impolido de forma diretamente proporcional, por exemplo, a viralização; quanto mais publicizado um ato considerado reprovável, juntamente com comentários ofensivos em relação a este, maior o resultado violento e, se considerarmos ainda a ideia de inseparabilidade – o grande vínculo que as pessoas mantêm com o que acontece no ambiente virtual –, os efeitos pragmáticos também se intensificam.

Para ilustrar o efeito que esses parâmetros podem causar e, assim, lesar um indivíduo, é válido lembrar o caso da influenciadora digital Gabriela Pugliesi, a qual usa suas redes sociais para trabalho (inseparabilidade), foi criticada por promover uma festa, em abril de 2020, momento crítico da pandemia de Covid-19, e promover aglomeração sem o uso de máscara e ainda postar, influenciando outros, nas suas redes sociais. Como consequência, a influenciadora foi “cancelada”, isto é, atacada por um grupo numeroso de pessoas (viralidade) e perdeu, além de vários seguidores em seu Instagram – parte importante do seu trabalho –, alguns patrocinadores. Ressalta-se que o fato de ela ter sido “cancelada”, ou seja, as críticas à sua atitude terem viralizado foi o que, possivelmente, fez com que os patrocinadores, temendo serem associados à atitude negligente de Pugliesi, retirassem o apoio a ela.

Dito isso, consideramos especificamente esses três parâmetros – efeito de ausência, viralidade e inseparabilidade – como aspectos que podem estar ligados, de modo diretamente proporcional, aos níveis de impolidez/violência. No entanto encaramos essa relação como um simples parâmetro, e não como um critério de análise para resultados pontuais, dada a impossibilidade de mensurar de modo exato tais níveis.

¹⁹ Estamos, diferente do que propõe Paveau (2017), unindo os parâmetros efeito *cockpit*, efeito de ausência e cultura do quarto e anonimato ou pseudoanonimato como um só parâmetro, o efeito de ausência, entendido de modo amplo.

4 METODOLOGIA

4.1 Caracterização da pesquisa

As pesquisas que abordam o ambiente virtual, conforme destaca Paveau (2021), têm como foco principalmente o aspecto linguístico. A autora, então, propõe uma abordagem ecológica, em que os textos nativos digitais e o ambiente no qual eles circulam sejam analisados de maneira conjunta. Concordando com essa perspectiva ecológica, buscamos investigar as ocorrências da impolidez e até da violência em comentários no Twitter/X.

Para isso, com base nas considerações de Marconi e Lakatos (2001), partimos do método explicativo de abordagem, visto que observamos, em interações nativas digitais, de que maneira a impolidez se manifesta, a partir de uma abordagem linguístico-textual. Com esse intuito geral, dividimos as demonstrações em três momentos principais. O primeiro é mais dedicado a questões contextuais, em que discorremos acerca do cenário que englobava sociohistoricamente a interação analisada no momento em que esta aconteceu, além de discutir as nuances advindas do contrato comunicativo pressuposto e das anterioridades discursivas evocadas. O segundo se dedica a explicar a forma como o conjunto de pistas textuais colabora para a elaboração de redes referenciais que possibilitam a construção de sentidos possivelmente agressivos nas publicações e nos comentários direcionados a elas. No terceiro e último momento, discutimos acerca das possíveis influências dos parâmetros tecnodiscursivos (Paveau, 2021) no nível mais ou menos agressivo dos ataques proferidos.

Sendo assim, buscamos responder a perguntas que contemplam o comportamento impolido dos internautas, a saber: i) Como o contrato comunicativo influencia a produção e a interpretação de enunciados impolidos e/ou violentos? ii) De que maneira as redes referenciais contribuem para construir a impolidez/violência em comentários no Twitter/X? iii) Que parâmetros tecnodiscursivos podem favorecer a intensificação dos graus de impolidez?

Como hipóteses, acreditamos que a compreensão do contrato comunicativo – especificamente da relação entre as expectativas e o modo como ele é posto em prática – é fundamental para a interpretação dos efeitos possíveis causados pelos usos impolidos da linguagem, ao evocar expectativas contratuais e saberes e crenças compartilhadas. Em relação às marcas textuais, pensamos que estas dão pistas que mobilizam uma rede referencial, a qual permite inferências acerca da ofensa mais ou menos explícita de forma, em alguns casos, intertextual em algum nível. Já no que tange aos parâmetros tecnodiscursivos, cremos que os diferentes graus de efeito de ausência (concebido de modo abrangente), de inseparabilidade e

de viralidade podem interferir na assunção de agressividade pelos interlocutores dada a performatividade dos atos enunciativos.

4.2 Delimitação do universo e amostra

Nesta investigação, buscamos demonstrar como é possível construir as possíveis ocorrências de impolidez/violência em comentários publicados na rede social Twitter/X. A escolha dos exemplos se deu a partir do objetivo de fornecer uma quantidade representativa de dados acerca das ocorrências de impolidez em interações regidas por contratos comunicativos diferentes, todas dentro do contexto nativo digital. Nossa investigação tem como ponto de partida a abordagem ecológica proposta por Paveau (2021), a qual destaca a importância da análise de textos nativos digitais sem que haja uma dissociação do seu ambiente de origem, e, portanto, também considera aspectos particulares e característicos do ambiente no estudo do fenômeno da impolidez/violência.

Para sermos coerentes com a proposta da autora, é importante conhecer minimamente o ambiente em que a pesquisa ocorreu. O Twitter/X é uma rede social bastante difundida no Brasil e no mundo e, em sua página inicial, destaca-se a sua característica de veículo de rápida difusão de informações atuais. Para acessar a rede social, há a possibilidade somente para visualização e, para interagir com os demais usuários, é preciso criar uma conta com login e senha. Uma vez logado, o usuário pode seguir perfis de amigos, figuras públicas, páginas de jornais, por exemplo.

As publicações dos perfis seguidos aparecem no *Feed*, parte central da página. Ao lado esquerdo, a rede fornece algumas opções como a de acessar as notificações acerca das interações direcionadas às suas publicações e comentários e a de acessar as mensagens privadas. Do lado direito da tela do usuário, é possível visualizar os assuntos mais comentados na rede social no momento do acesso e, ainda, a localização em que esses assuntos estão tendo grande repercussão. Todas essas e outras informações ficam dispostas na seguinte interface:

Figura 9 – Página inicial do Twitter/X



Fonte: <https://twitter.com/home>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Para a análise, selecionamos inicialmente 30 publicações. Dentre elas algumas contam com enunciados potencialmente impolidos/violentos e outras não; entretanto, todas elas possuem comentários que podem ser interpretados como impolidos ou violentos, os quais também foram analisados. Dessa forma, partindo de publicações nem sempre impolidas, acreditamos que podemos observar, também, de que forma a premissa de Cabral (2019, p. 430), segundo a qual “o dizer de um usuário exerce influência sobre a continuidade da interação”, se confirma ou não em relação aos níveis de impolidez/violência.

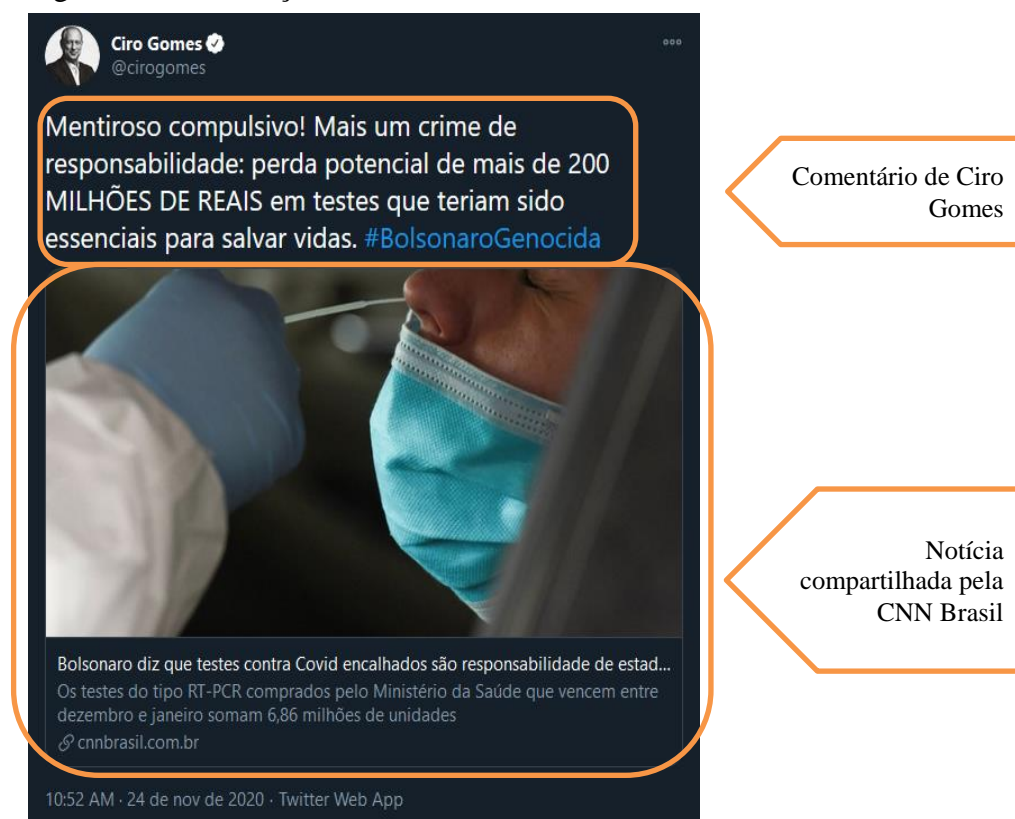
Dentre as 30 publicações analisadas – registradas por captura de tela, optamos por discutir dois exemplos de cada contrato, totalizando 6 publicações (juntamente com seus respectivos comentários). O critério dessa escolha foi a representatividade dos exemplos em relação às demais publicações analisadas que compunham o *corpus*. Os contratos presumidos são de interações entre I) portais de notícias e comentaristas; II) políticos/pessoas públicas e comentaristas e III) comentaristas e robôs. As diferentes situações permitem que a discussão por meio dos comentários se atualize de modos peculiares, já que os trabalhos em relação às faces se modificam, uma vez que fatores como valores e crenças, distância social, isto é, as condições de produção e de recepção também se alteram.

Além da escolha das publicações, foi feito outro tipo de seleção, a dos comentários direcionados, pelo menos tecnodiscursivamente (por meio do @), a elas. Para esse momento, consideramos os que, de alguma forma, são impolidos por, dentro do contrato comunicativo atualizado na interação, causar minimamente algum desconforto entre os interactantes

levando em consideração o contexto e, conseqüentemente, os valores e os sentidos postos em negociação. Nesse momento, a presença de pistas linguísticas que conotam crítica, por desencadarem efeitos possivelmente agressivos, foi o critério no qual nos baseamos.

Para as análises do fenômeno, consideramos tanto uma publicação de única autoria – forma mais simples – quanto uma publicação ou notícia comentada, conforme figura a seguir – a qual compõe, juntamente com o comentário do dono do perfil que compartilhou, uma web notícia veiculada por outro autor/usuário, formando um compósito.

Figura 10 – Publicação ou tuíte



Fonte: <https://twitter.com/cirogomes/status/1331234257231089664>. Acesso em: 15 dez. 2020.

É válido destacar, na esteira da abordagem ecológica (Paveau, 2021) na qual nos baseamos, a importância de entender como o ambiente pode interferir nos comportamentos dos usuários, de acordo com as políticas da rede social em que o estudo se desenvolveu, uma vez que a desobediência a elas pode acarretar as chamadas “medidas corretivas”, no caso do Twitter/X.

A rede social possui normas de utilização às quais o usuário é exposto e obrigado a aceitar para prosseguir e criar uma conta com login e senha. Essas regras²⁰ podem ser

²⁰ As normas aqui mencionadas foram consultadas no mês de maio do ano de 2021.

consultadas sempre que necessário no link <https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/twitter-rules> e contam com uma seção específica para as normas de segurança, na qual existem especificações acerca do que é considerado violência, comportamento abusivo, propagação de ódio, assédio, dentre outras condutas que não são autorizadas pela rede social.

Na leitura das regras, é possível perceber que ameaças violentas, por exemplo, só são concebidas como tal quando manifestam intenção literal; o próprio texto do site menciona algumas expressões passíveis de punições, como “eu vou”, “eu planejo”, dentre outras formas de marcar, no contexto, a intenção de realizar ações físicas de violência. Esse posicionamento é seguido quando se trata de outros tipos de transgressões às normas e nos faz concluir que diversas formas e níveis de violência acabam por ser autorizadas, especificamente as que não são tão diretas ou marcadas na superfície textual. Outro aspecto que chama a atenção é que os atos violentos são compreendidos como tal somente quando direcionados aos chamados “grupos protegidos”, como mulheres, negros etc, isto é, as comunidades historicamente marginalizadas.

O site não deixa muito claro, mas aparentemente as medidas corretivas são dependentes de denúncias de usuários, o que nos faz pensar que as condutas violentas acabam ganhando bastante espaço no Twitter/X. Porém, uma vez denunciada a violação, ela pode sofrer medidas corretivas que são aplicadas em diferentes níveis: a um tuíte/uma publicação específico(a), a uma mensagem direta (não pública²¹) e a uma conta inteira. Dentre as possíveis punições, estão a solicitação de remoção de conteúdo (o qual será ocultado até que a remoção seja realizada pelo usuário dono da conta na qual o conteúdo foi publicado), de verificação de propriedade da conta – quando o site pede confirmação de telefone ou e-mail, o que colabora para que eventuais providências legais sejam tomadas – e, ainda, a suspensão permanente.

O que se pode perceber, portanto, é que as normas previstas pelo site têm bastante consonância com o que prevê a legislação brasileira e não há muitos acréscimos específicos para o Twitter/X²². Essa conduta adotada pelo microblog torna o ambiente propício a debates acirrados e possivelmente violentos, o que faz do Twitter/X um site fértil para a pesquisa que realizamos. Os atos punidos ou passíveis de punição pela rede social, naturalmente, não serão considerados na análise, pois normalmente são omitidos ou deletados.

²¹ Por não serem públicas, as mensagens diretas não serão analisadas nesta pesquisa.

²² Em 2023, o Twitter foi comprado, se tornou o X e algumas normas estão sendo atualizadas.

Diante dessas ponderações, para efetuarmos as análises dos usos e dos efeitos possíveis da impolidez, elegemos exemplos oriundos do Twitter/X, e os coletamos da forma como está descrita na seção seguinte.

4.3 Descrição da coleta dos dados

A técnica utilizada para a coleta dos dados foi a documentação indireta, que consiste em coletar dados já disponibilizados por pessoas públicas ou perfis abertos. Os textos que compõem o nosso *corpus* foram selecionados na rede social Twitter/X (<https://twitter.com/>), onde foram buscadas, em perfis abertos, postagens, juntamente com seus comentários, isto é, compósitos textuais que atualizam contratos comunicativos diferentes, dos quais escolhemos 30 com enunciados e/ou comentários impolidos/violentos.

Dentre os comentários em relação às postagens selecionadas, buscamos priorizar os com respostas para, por meio de uma espécie de troca de turnos virtual, facilitar a compreensão dos efeitos possíveis (Charaudeau, 2015) advindos do fenômeno da impolidez/violência. Uma peculiaridade da coleta diz respeito aos exemplos do contrato comunicativo robôs x comentaristas, uma vez que o acesso aos comentários impolidos dos robôs foi realizado através da aba “respostas” dos perfis analisados. Vale lembrar que nem todos os comentários em relação às postagens selecionadas foram analisados, uma vez que buscamos investigar a textualização da impolidez/violência em interações virtuais.

Para isso, partimos das funções da impolidez/violência (sintetizadas na tabela a seguir), as quais foram elaboradas pelas autoras com base nas estratégias *output* de Bousfield (2008) e nas fórmulas convencionais de impolidez apresentadas por Culpeper (2011). Essa opção se deu por considerarmos que as marcas de impolidez nem sempre são cotextuais como aparentam conceber os autores mencionados. Sendo assim, analisamos os usos que interpretamos, através da negociação entre os internautas, como possivelmente impolidos e/ou violentos, os quais podem se atualizar de modo muito diverso e, ainda, extrapolar as marcas cotextuais, uma vez que, como asseveram Cavalcante, Brito e Faria (2024), a complexidade é referencial, visto que os objetos de discurso articulados no texto possibilitam a compreensão de outros objetos de discurso com os quais eles se relacionam em rede.

Tabela 2 - Funções da impolidez

Explícita
a) Desdenhar/repreender/ridicularizar o outro

b) Dissociar-se/ evitar aproximação com os outros
c) Demonstrar falta de interesse
d) Buscar desentendimento / evitar entendimento / criticar
e) Ameaçar / coagir para silenciar
f) Apontar incoerência ou contradição
g) Incitar violência contra outros
Implícita
a) Produzir polidez insincera
b) Reter polidez quando esta é requerida

Fonte: elaboração própria

Como vimos nas análises propriamente ditas, as manifestações impolidas nem sempre são evidentes na materialidade textual, porém deixam pistas que, uma vez evocados aspectos – como os culturais, os hierárquicos e os históricos – próprios da interação, os quais compõem os significados negociados pelos interactantes, são capazes de produzir efeitos semelhantes aos do quadro acima, ainda que estes não estejam descritos de maneira exaustiva dado que a realização da impolidez e da violência é bastante criativa, isto é, novas formas são criadas conforme novos contextos emergem e não é somente advinda de quebras protocolares.

4.4 Procedimento e análise dos dados

Para analisar a impolidez e a violência em ambiente virtual, utilizamos tuítes/publicações e tuítes-comentários no intuito de descrever as diversas formas que o objeto de discurso pode ser construído e negociado, de forma agressiva, com o interlocutor. Nosso *corpus* foi coletado de acordo com o propósito de investigar a influência de contratos comunicativos distintos na manifestação dos graus de impolidez.

Para interpretar esses dados, inicialmente, relacionando a perspectiva sociopragmática de impolidez e a abordagem da linguística textual que sustentamos, descrevemos o contexto e as condições de produção dos tuítes/publicações considerando o seu contorno sociohistórico, levando em conta como o contrato comunicativo e os pré-discursos são atualizados no texto e, possivelmente, compreendidos como agressivos. Em seguida, com o intuito de propor uma análise da textualização do contínuo impolidez/violência em interações nativas digitais, discutimos acerca das marcas convencionais de impolidez

propostas por Culpeper (2011) como ponto de partida, propondo um quadro que possibilita uma melhor integração das funções impolidas com outros aspectos textuais, como o da referenciação (Cavalcante; Brito; Custódio-Filho, 2014; Martins, 2019) e, conseqüentemente, das redes referenciais (Matos, 2018) construídas para atingir discursivamente o outro, seja ele o interlocutor ou o terceiro. Por fim, descrevemos como os parâmetros tecnodiscursivos elencados por Paveau (2021) e repensados por nós podem interferir nos níveis de impolidez/violência dos ataques discursivos.

5 UMA DEMONSTRAÇÃO DA TEXTUALIZAÇÃO DA IMPOLIDEZ/VIOLÊNCIA EM INTERAÇÕES DIGITAIS

Visto que o fenômeno da impolidez é consideravelmente sensível ao contexto, especificamente a partir das expectativas geradas pelo contrato comunicativo pressuposto e das anterioridades discursivas evocadas na produção e na interpretação de enunciados, destacamos a que possíveis nuances as interações estão sujeitas, principalmente em se tratando de textos que circulam em ambientes nativos digitais, os quais possuem características peculiares que influenciam e coagem o dizer dos interactantes.

Um aspecto que assumimos como relevante em relação ao contrato, mas que não é mencionado por Charaudeau (2019), é a interferência do ambiente digital no qual a interação se desenrola. As redes sociais agem de modo diferenciado no que tange às ocorrências de impolidez e violência, mas, em geral, se pautam em uma espécie de banco de palavras “a serem evitadas”, as quais alimentam o algoritmo e são automaticamente flagradas pela inteligência artificial, dando a entender que há um apriorismo em relação ao que entendem como impolidez e que este está vinculado ao léxico. No Instagram, por exemplo, diferente do Twitter/X, de onde coletamos os exemplos para demonstração, há uma espécie de filtro ou “tomada de consciência” para a publicação de certas escolhas léxicas.

Para ilustração, selecionamos uma publicação em que o perfil, que tem o objetivo de tratar a cultura cearense de modo cômico, enumera algumas práticas desse povo:

Figura 11 – Publicação do Instagram Meu País Ceará

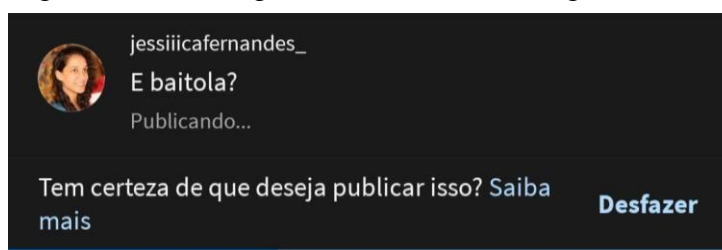


Fonte: https://www.instagram.com/p/CIZTej5vaCY/?img_index=1. Acesso em: 28 jul. 2023.

Para contextualizar, é válido ressaltar que, no estado do Ceará, é comum as pessoas utilizarem como vocativo os termos “homem” e “mulher”, porém, no uso informal e sobretudo quando há maior intimidade, a aplicação deles se dá de modo invariável, ou seja, não se usa “mulher” somente para se dirigir a pessoas do sexo feminino e vice-versa. Em geral, essa característica do falar do cearense é considerada cômica.

Como uma forma de testar os critérios utilizados para detecção de impolidez ou violência por parte desse ecossistema, fizemos uma tentativa de envio de um comentário que continha uma palavra tabu – “baitola” –, a qual é popularmente entendida como homossexual do sexo masculino, mas, em geral, de modo pejorativo.

Figura 12 – Mensagem automática do Instagram



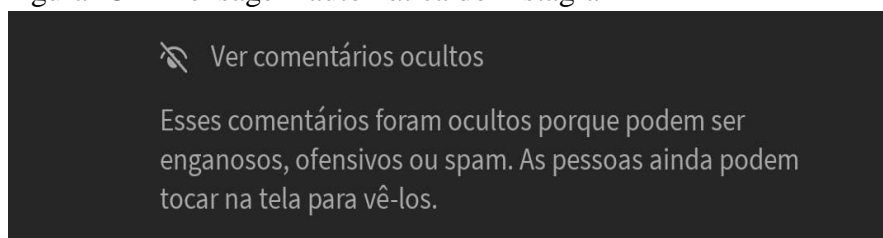
Fonte: https://www.instagram.com/p/CIZTej5vaCY/?img_index=1. Acesso em: 28 jul. 2023.

Aparentemente, a partir desse entendimento, a rede social adiciona um movimento (se comparado aos comentários “não ofensivos”) e direciona uma pergunta ao usuário que deseja publicá-lo. A rede social questiona e, de certa forma, o faz refletir sobre a necessidade

do comentário, apesar de não chegar a impedi-lo de publicar. Porém, no caso do comentário do teste, o contexto permite inferir, sobretudo se o leitor estiver inserido na cultura do referido estado, que a intencionalidade não foi de agredir algum outro usuário, mas sim de ressignificar a palavra de baixo calão em questão, igualando esta àquelas da publicação (mulher e macho/mah). Desse modo, concluímos que o ecossistema Instagram toma o léxico como ponto de partida, mas abre espaço para que o próprio usuário faça a ponderação, a partir do contexto, acerca da possível impolidez que está sendo cometida.

Em geral, comentários potencialmente ofensivos que, mesmo com o aviso, são compartilhados pelo usuário, estão sujeitos à omissão, que só permite a visualização após a leitura de um outro aviso sobre o conteúdo deles, como podemos ver a seguir:

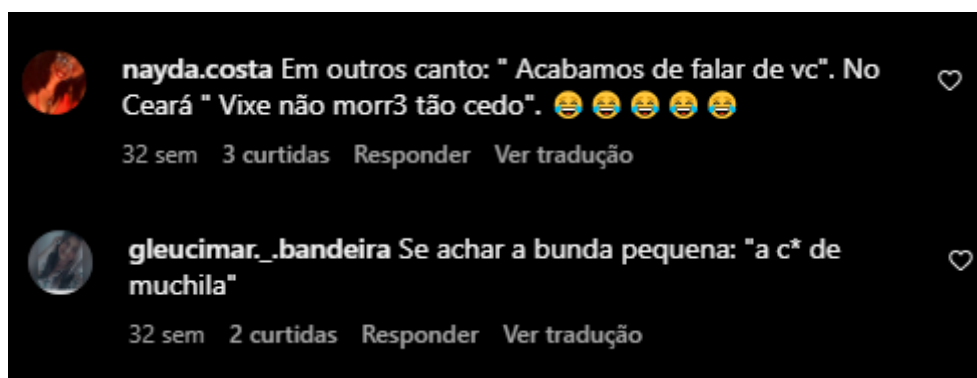
Figura 13 – Mensagem automática do Instagram 2



Fonte: https://www.instagram.com/p/CIZTej5vaCY/?img_index=1. Acesso em: 28 jul. 2023.

O aviso justifica a omissão, mas ainda assim oferece a opção de visualização. Com essa ação, a rede social se resguarda, de certa forma, uma vez que quem clicar e, assim, optar por ler os comentários assume a responsabilidade. Todo esse processo é mediado por inteligência artificial e apresenta algumas falhas, fazendo parte da seleção dos ocultos comentários que não possuem conotação negativa também. Por outro lado, cientes de que esse procedimento ocorre, alguns usuários adotam técnicas para que a ofensa não seja reconhecida pela máquina, como nos exemplos a seguir:

Figura 14 – Comentários do Instagram Meu País Ceará



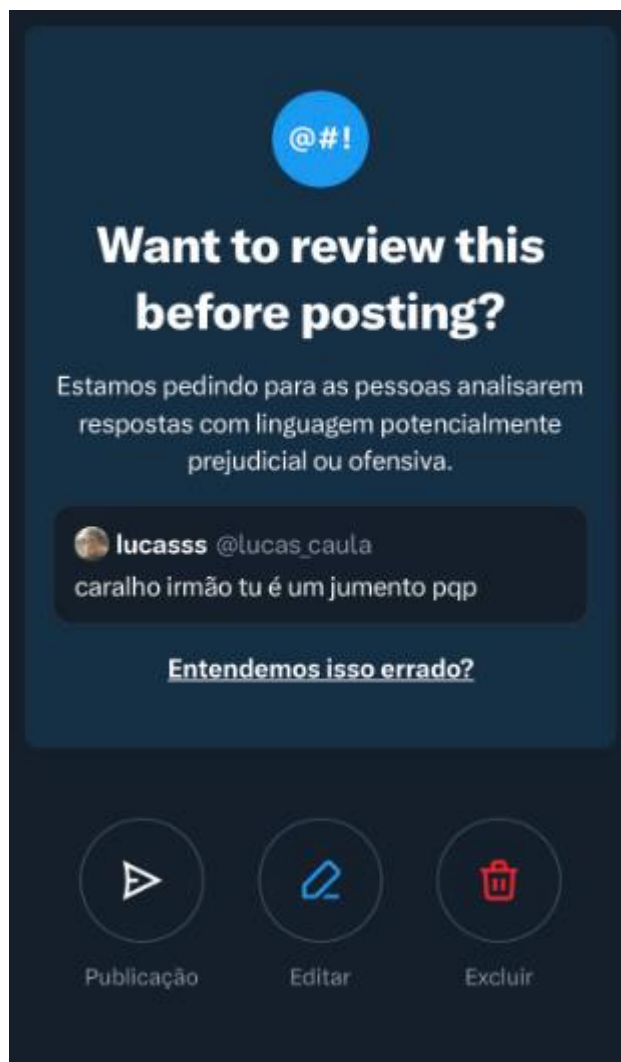
Fonte: https://www.instagram.com/p/CIZTej5vaCY/?img_index=1 Acesso em 28 jul 2023.

Nos dois casos, os internautas utilizam estratégias diferentes para que a palavra tabu não seja reconhecida. No primeiro exemplo, o comentário não é ofensivo, mas a palavra “morre” está grafada com o número 3 no lugar da letra “e” para não correr o risco de ser omitido pelo ecossistema, visto que esta é uma palavra passível de ser omitida por poder ser utilizada em situações ofensivas. No segundo exemplo, uma letra da palavra tabu é trocada por um caractere especial, o asterisco, também com o fito de não sofrer sanções pela rede social. Nesse último caso, é possível perceber um nível potencial²³ de impolidez, já que se enquadra em uma das classificações de Culpeper (2011) - vocativo negativo personalizado -, mas que foi permitido pelo algoritmo normalmente, uma vez que a palavra não foi grafada por completo.

De modo semelhante, no Twitter/X – rede social de responsabilidade de uma empresa diferente –, há um recurso maquinal e, em seguida, um recurso humano – isto é, o usuário que redigiu o comentário potencialmente impolido – para a identificação de potenciais ofensas. No caso do exemplo em questão, como vemos a seguir, o usuário fez um comentário que foi alvo do primeiro filtro, o automático, realizado pela inteligência artificial e baseado em um banco de palavras o qual foi previamente alimentado. Nesse momento, o mecanismo do Twitter/X avisa “Estamos pedindo para as pessoas analisarem respostas com linguagem potencialmente prejudicial e ofensiva”. Esse aviso nos faz pensar no critério adotado: inicialmente lexical para, então, questionar ao usuário (“Entendemos isso errado?”) sobre a pertinência ao contexto.

²³ A expressão em questão faz menção a um meme em que uma pessoa, com o objetivo claro de ofender outra, atribui a ela essa característica. Porém, é preciso destacar que, no contexto aqui analisado, há uma outra atualização do texto e, portanto, o caráter claramente ofensivo da publicação original se torna apenas potencial, já que o comentário não se refere a uma pessoa específica.

Figura 15 – Publicação perfil @lucas_caula no X/Twitter



Fonte: https://twitter.com/lucas_caula/status/1689950023008518144?s=20.
Acesso em: 16 ago. 2023.

Mais especificamente, em resposta ao perfil @peterjordan100, dono do canal Ei Nerd do Youtube, considerado um dos maiores canais de cultura pop e geek no Brasil, @lucas_caula utilizou palavras-tabu que foram identificadas pela inteligência artificial, como podemos ver. A conduta se assemelha em relação ao tratamento de comentários nas duas redes sociais Twitter/X e Instagram, porém realizamos um teste e publicamos (ou seja, abrimos um novo texto, o que é diferente de comentar uma postagem inicial e, nesse caso, sem uma menção direta a um outro perfil por meio do @). Postamos o mesmo conteúdo do comentário de @lucas_caula (“caralho irmão tu é um jumento pqp”), ato que não gerou tipo algum de sanção ou aviso por parte da rede social e foi publicado normalmente.

Dessa forma, o enunciado publicado no perfil não apresentou nenhum tipo de “filtro” inicial, como ocorreu com o comentário mencionando outro perfil. Podemos associar

essa distinção à divisão que Paveau (2021) faz quando lista as manifestações de violência e distingue os enunciados quanto ao critério enunciativo: em segunda e em terceira pessoa. Pelo que observamos em relação às restrições impostas pelo Twitter/X, os enunciados em segunda pessoa, isto é, com a presença de menção direta ao interlocutor são mais passíveis de alerta e advertência, enquanto os de terceira pessoa e sem o uso de @ que endereça diretamente ao outro o conteúdo potencialmente ofensivo são tratados de modo mais brando, sem interferência de nenhum nível (pelo menos por enquanto) pela rede social. Esta é uma constatação importante acerca da condição dêitica, mas que ainda não foi abordada pela literatura sobre o assunto.

Todas essas ocorrências, no entanto, são passíveis de denúncias e sanções depois de postas em rede, o que nos faz pensar que o critério, nesse movimento de delação específico, é associado tanto ao que Culpeper (2005) destaca em parte de sua definição de impolidez – a percepção pelo ouvinte de um comportamento intencionalmente agressivo – quanto à interpretação por parte de um terceiro (o participante indireto do ato linguageiro).

Dito isso, é preciso que esse fator seja levado em conta para pensarmos o contrato comunicativo e, assim, interpretar os efeitos possíveis em relação aos enunciados potencialmente impolidos e o modo como os interactantes – uma vez inseridos no ecossistema virtual Twitter/X e, dessa forma, sujeitos às restrições (ou à falta delas) – sofrem coerções para realizar suas escolhas na textualização de comentários. Como descrevemos na seção de metodologia, nas redes sociais, existem normas a serem seguidas e sanções passíveis de aplicação.

Além dos constrangimentos – em relação ao regramento e às possibilidades de recursos tecnolinguageiros trazidos pelo ambiente digital nativo – causados pela própria rede social na qual os participantes publicam e comentam, há um pressuposto contratual da interação, pelo qual o perfil que publica se orienta. Nesse contexto comunicativo de rede social, a publicação inicial é realizada por um perfil que se institui como sujeito e locutor e que, portanto, projeta o seu público-alvo, atribuindo-lhe uma identidade que pode ou não ser confirmada no decorrer da interação, isto é, do contrato posto em prática.

Para demonstrar de que modo fatores que compõem o contrato comunicativo presumido atuam em relação ao modo como os enunciados são produzidos e interpretados pelos participantes, elegemos interações diferentes dentro de uma mesma rede social – a saber: a) Interações entre portais de notícias e comentaristas (usuários comuns); b) Interações entre políticos/pessoas públicas e comentaristas (usuários comuns); c) Interações entre

comentaristas (usuários comuns) e robôs – para que entendamos as implicações dos contratos e como estes são atualizados no texto por meio dos efeitos possíveis da impolidez. Para isso, em cada uma das ilustrações, inicialmente discorreremos sobre o contrato presumido e do contexto sócio-histórico em que cada interação está inserida; sobre a forma como as expectativas se apresentam, se são ou não atendidas e, ainda, sobre o modo como esses aspectos impactam nos entendimentos que os participantes têm no que tange à avaliação de enunciados impolidos ou não.

Este capítulo, então, retoma as três questões de pesquisa que nos propusemos responder em relação ao comportamento impolido dos internautas, a saber:

- i) Como os fatores textuais/discursivos ancoram a explicação contextual dos atos de impolidez no contínuo da impolidez/violência?
- ii) De que maneira as redes referenciais contribuem para a compreensão da impolidez em comentários no Twitter?
- iii) Como os parâmetros tecnodiscursivos favorecem os graus de impolidez?

5.1 Interações entre portais de notícias e comentaristas

Portais de notícias, inclusive pelas características gerais do gênero que veiculam, têm o hábito de tentar não emitir opinião sobre o fato noticiado. Os perfis desses portais, mais recentemente, têm assumido peculiaridades, como o uso de um tom mais informal, *emojis* e *hashtags*, para se ambientarem melhor nas redes sociais. Dito isso, um locutor é construído a partir dessas escolhas languageiras. O interlocutor que é projetado nessas interações é de um leitor que busca informações de um modo geral ou específico, por nichos temáticos. Esses portais, mesmo recebendo comentários, não costumam responder a seus leitores, já que a discussão não compõe um de seus propósitos comunicativos principais. As notícias ou as webnotícias possuem um certo padrão de incluir um texto curto, inclusive por uma restrição de caracteres da própria rede social em estudo, associado a um link e/ou a uma imagem em que há uma espécie de chamada para o conteúdo integral. Esse texto curto hospeda, em geral, esse endereço clicável, o link, que direciona o leitor para uma outra página.

Um desses portais de notícias é o *Choquei*, um perfil que se propõe a ser “A sua fonte de notícias mais rápida. Tudo sobre os acontecimentos mais recentes do Brasil e do mundo”, como consta em sua “bio”, espaço que é utilizado, em geral, para descrever o conteúdo publicado na página ou a própria pessoa que gere a conta (em caso de pessoa física ou personagem). Como o próprio perfil já sugere, há um apelo emocional, uma tentativa de

escandalizar e de, portanto, “chocar”. Diante disso, não se espera que, por exemplo, haja uma publicação pessoal de quem assume o controle desse perfil (indivíduo ou equipe).

Embora possua o símbolo de “verificado”, esse portal não é considerado uma mídia de reconhecida credibilidade pela população em geral, como é o caso da mídia Folha de São Paulo do exemplo seguinte, que já tem um respeito maior e uma tradição no meio jornalístico. Ao inserirmos ambos os perfis na mesma seção “portais de notícias”, adotamos como critério a autodeclaração. Entretanto, não queremos, com isso, de modo algum equiparar a credibilidade e a responsabilidade dos dois veículos; o intuito, neste momento, é justamente investigar a conduta dos internautas em relação às duas fontes, uma tradicional e compromissada com a verdade e outra mais associada a fofocas e, até, a *fake news*.

Dito isso, vejamos o exemplo a seguir:

Figura 16 - Publicação Choquei - Bilheteria Pequena Sereia



Fonte: <https://twitter.com/tomjames200/status/1678296367293247490>. Acesso em: 28 jul. 2023.

Uma vez que é no acontecimento do texto que as expectativas se confirmam ou não, ao veicular a informação acerca da bilheteria arrecadada com o lançamento mundial do filme *A Pequena Sereia* nos cinemas, @choquei atende às expectativas de uma fonte de notícias e respeita o contrato de ser breve e de buscar imparcialidade na publicização de uma informação. A brevidade e a objetividade da publicação, naturalmente, também respondem a constrangimentos da própria rede social, uma vez que este ambiente é associado a comunicações rápidas, principalmente o Twitter/X, que tem uma restrição maior de caracteres em relação a outras redes sociais frequentemente utilizadas. A presença de imagens na composição do texto de uma notícia veiculada em uma rede social é, de certa forma, uma expectativa do gênero atendida no exemplo, porém, muitas vezes, a imagem é clicável e direciona o leitor, por meio de um link, para um outro ambiente que hospeda a notícia completa, o que não ocorre nesse exemplo.

Além disso, por ser um perfil aberto, *Choquei* projeta um público bastante heterogêneo: seus seguidores, e assume que estes estão interessados em se informar, porém a rede social permite que não somente os seus seguidores visualizem suas publicações, dada a característica tecnodiscursiva da imprevisibilidade, conforme assevera Paveau (2021). Isso é possível porque os seguidores, ao curtirem e retuitarem/republicarem, fazem com que o tuíte/publicação se propague entre usuários que, não necessariamente, são os mesmos seguidores da página autora da publicação da notícia. Apesar dessa aparente “falta de controle”, há, sim, um público projetado pela página Choquei, o qual é formado não só por um sujeito, mas por um grupo deles.

Assim como o perfil *Choquei* – que se propõe a se organizar como um conjunto de gêneros noticiosos – busca atender a um contrato comunicativo baseado nas práticas discursivas que ocorrem rotineiramente nas redes sociais, os seus interlocutores também o fazem por meio de comentários que (se espera) discorram acerca da notícia veiculada, tecendo críticas ou elogios a esta. Existem, ainda, as intervenções que não têm como alvo o tema proposto na publicação inicial; estas, podemos considerar, quebram o contrato comunicativo esperado para a interação em questão.

É válido ressaltar que a forma como entendemos as interações no ambiente virtual se atualiza muito rapidamente seus contratos e essa fluidez dificulta afirmações acerca do cumprimento ou não do contrato estabelecido. Na situação dos comentários que não versam sobre o assunto da publicação inicial, estes um dia foram entendidos como não previstos pelo contrato, mas podem, por alguns membros da comunidade, já terem sido normalizados,

principalmente em páginas de grande visibilidade, uma vez que, em geral, buscam ser lidos por muitos usuários.

Retomando as trocas interacionais acerca da postagem sobre o filme, elas ocorrem no seguinte contexto sócio-histórico: a Disney tem produzido (com aumento significativo desde 2010) *live-actions* de filmes infantis clássicos, porém, diferentemente da versão em animação, os lançamentos têm incorporado o aspecto da diversidade sociocultural em seus personagens, demanda frequente de uma considerável parcela da sociedade, no entanto essa inclusão tem gerado várias discussões e críticas. No caso do filme *A Pequena Sereia*, a personagem principal foi estrelada por Halle Bailey, uma atriz negra, quando, na versão original, a sereia era branca e ruiva. Esse contexto é atualizado tanto pela introdução referencial da foto da atriz negra que protagoniza o filme quanto pela menção, no primeiro comentário, à cor da pele da sereia, questionando a “realidade” representada no filme. Esta é uma tentativa de descredibilizar ou, ainda, de *desdenhar do outro*, nas palavras de Culpeper (2011). A impolidez é endossada no momento em que o comentarista atribui a “inovação” à “coisa de cinema”, pondo em cheque a veracidade da personagem. Aparentemente essa alteração fez que alguns comentários impolidos emergissem.

O texto veiculado pelo portal Choquei, apesar de não podermos afirmar categoricamente o primeiro acesso referencial do leitor, introduz o referente “A Pequena Sereia” por meio das imagens, elementos mais salientes da publicação, corroborando o que Cavalcante e Brito (2020) apontam sobre a característica de as imagens evocarem o referente, semelhante a expressões referenciais. Embora busque a imparcialidade, o perfil, já na escolha das imagens e da disposição delas, além de trazer o pôster do filme, acrescenta – em lugar de saliência, isto é, à esquerda (Kress e Van Leeuwen, 2021) – uma foto da atriz com foco em seu rosto. Acreditamos que, com isso, haja uma tentativa de reavivar a discussão (e consequentemente promover um alto engajamento na rede social) acerca do fato de a intérprete da sereia ser uma mulher negra, assunto que na época da publicação estava sob ênfase e gerou controvérsias entre defensores e opositores dessa escolha.

Essa busca por engajamento está relacionada, a nosso ver, com o que pontuam Brito e Oliveira (2018) acerca do fato de a ciberviolência atuar de forma a incitar as emoções, o que se desdobra no aumento do engajamento (interações de diversas naturezas). A partir dessa premissa, acreditamos que o modo como as redes sociais operam e, consequentemente, o que é valorizado/evidenciado nesses ambientes constrange os usuários, os quais, por sua vez, são estimulados a se comportarem mais agressivamente.

No texto verbal, o nicho da publicação “FILMES” em caixa alta situa o leitor. A menção ao título do filme “o live-action ‘A Pequena Sereia’” e o termo “bilheterias” retomam, por meio de anáforas indiretas, o mesmo campo referencial, constituindo uma rede referencial. A associação de diversas naturezas presentes entre os objetos de discurso evocados permite ao leitor confirmar a temática central da postagem.

No caso em análise, arriscamos afirmar que o portal, ao passo que tenta traduzir imparcialidade no trecho verbal, induz a uma discussão mais acalorada sobre um assunto, que, embora relacionado, não diz respeito ao filme em si, o que pode ser percebido pela evocação que a imagem faz da protagonista. Dito de outra forma, a apresentação inicial do referente, ao se associar, por meio de anáforas indiretas, com os demais elementos da publicação e, ainda, com as discussões latentes no recorte temporal da notícia, constroem um campo anafórico que permite (ou até direciona) ao comentarista inferir a questão da substituição de uma personagem branca por uma preta.

Acerca dessa construção de sentidos por meio de anáforas indiretas, mais nos importa o fato de que a impolidez não está, neste caso, nas anáforas propriamente ditas, mas na rede referencial construída a partir das pistas fornecidas por esses processos de retomada que possibilitam a inferência de um sentido impolido. Em outras palavras, a rede referencial tecida pelos processos referenciais é que evidencia a impolidez, a construção anafórica não necessariamente.

A partir da perspectiva de que, com a publicação, a *Choquei* buscava disparar uma polêmica e, assim, gerar um aumento no engajamento, podemos afirmar que a expectativa do autor da notícia foi atendida em alguma medida. No momento da captura de tela, a publicação inicial tinha 94 comentários, 118 retuítas/repostagens, 2.569 curtidas e 156,2 mil visualizações; o comentário acerca da notícia possuía outros 14 comentários, 4 curtidas e 1.517 visualizações. Esse cenário de grande publicização, a nosso ver, acentua os possíveis efeitos impolidos, tendo em vista o potencial alcance desses atos para os usuários envolvidos, perspectiva que dialoga com o ponto de vista de Goffman (1968), o qual, sem associar ao ambiente virtual, já pontuava a maior gravidade do ato impolido quando este é proferido de modo público em vez de particular, isto é, a presença de testemunhas potencializa o efeito do ato agressivo. Ao associarmos a perspectiva do sociólogo ao parâmetro tecnodiscursivo da viralidade destacado por Paveau (2021), podemos assumir que o alcance exponencial do ambiente virtual tem como efeito possível o agravamento do ato impolido.

É preciso destacar, no entanto, que não há como assegurarmos ou mesmo mensurarmos o nível do agravamento, mas, na esteira do que Charaudeau (2015) desenvolve

acerca dos efeitos possíveis – ou seja, do que as pistas textuais permitem afirmar – e da importância de se considerar as trocas, isto é, as respostas entre os participantes da interação mencionadas por Culpeper (2011), é possível perceber a intencionalidade presente, neste caso, nos comentários. Dito de outra forma, o fato de o internauta, por exemplo, responder a um comentário potencialmente impolido também de forma agressiva, contra-atacando (Culpeper *et al.*, 2003), sinaliza a forma como o enunciado foi compreendido pelo interlocutor.

No trecho da captura de tela, à notícia do alto faturamento do filme nos cinemas, o usuário Alex Giovanni responde “NUNCA VI SEREIAS [emoji de sereia] NEGRAS É TUDO COISA DE CINEMA [emoji de uma câmera]”. Inicialmente, se desconsiderarmos fatores contextuais, o enunciado pode parecer apenas uma constatação, porém o fato de ele ter mencionado a raça da atriz para, de certa forma, deslegitimá-la e para questionar a presença dela como protagonista do filme permite que se interprete o comentário como uma forma de *desdenhar/reprender/ridicularizar o outro*, no caso, a atriz. Dessa forma, o comentarista reage agressivamente ao gatilho fornecido pela primeira imagem, a da esquerda, por meio de uma anáfora direta.

Essa deslegitimação da atriz pode ser assumida, pois a resposta a este comentário nos fornece pistas contextuais de que o enunciado foi visto por Chris (o segundo comentarista) como ofensivo. Chris responde ao primeiro comentário: “E você já viu alguma sereia? Me passa o nome da droga que vc usa que essa daí deve ser boa. Já viu unicórnios e gnomos tbm?”. Segundo Culpeper *et al.* (2003), trata-se de um contra-ataque ofensivo ao questioná-lo (uma pergunta para a qual ele não espera resposta) sobre a existência de sereias, unicórnios e gnomos e ainda associa o ponto de vista dele ao uso de drogas e a uma consequente falta de consciência.

A partir da menção, pelo primeiro comentarista, à “coisa de cinema”, Chris possibilita a inferência a um contexto de ficção, algo que destoa da realidade; entretanto, essa retomada parece questionar de modo negativo, *atribuindo a escolha a uma “mentira” ou a uma incoerência*. É, então, com esse mesmo pressuposto que o segundo comentarista o questiona e o coloca em uma situação de descrédito, já que sua intervenção evidencia a incoerência e a consequente falta da validade do argumento. Conforme o quadro que adotamos acerca das funções da impolidez, este seria um exemplo de como se pode realizar textualmente a ação de *apontar incoerência ou contradição*, uma forma direta de impolidez. Essa remissão a um universo fictício é reforçada tanto pela menção ao uso de entorpecentes, os quais estão associados à perda de consciência, quanto pelos objetos de discurso “unicórnios” e “gnomos”;

os quais, juntos, compõem a rede referencial que permite inferir o descrédito pretendido pelo comentarista.

Além disso, o segundo perfil, que responde ao comentário dirigido a @choquei, se protege por meio do recurso ao pseudonimato; isso quer dizer que o usuário se esconde por trás de um nome e de uma foto falsos. Essa estratégia acaba por proporcionar um efeito de lidar com o desconhecido, o que aumenta o sentimento de indignação e de impotência por parte do interlocutor. Essa diferença exclui a possibilidade de um usuário “jogar” de igual para igual com outro, pois, enquanto um perfil que utiliza um pseudônimo possui maior liberdade para externar seus sentimentos mais violentos sem o receio de sofrer maiores sanções sociais, um usuário que usa seu próprio nome e foto pode lidar com desdobramentos que interferem e prejudicam outras esferas de sua vida que vão além do ambiente virtual. Um perfil de um político, por exemplo, pode obter menos ou mais votos por ter sido rude com um eleitor diante de um público (os terceiros) que assiste ao debate via comentários em redes sociais. A depender da expectativa e, conseqüentemente, dos valores exaltados pelo público, essa atitude pode resultar em uma aprovação ou desaprovação desse ato por parte político.

Em suma, é possível mencionar algumas funções que a impolidez, no exemplo demonstrado, exerceu e de que modo elas são textualizadas, compondo redes referenciais que permitem a construção do sentido impolido. Por parte de ambos os comentaristas, há uma tentativa de apontar incoerência e contradição; além disso, o segundo comentarista ainda intenta *ridicularizar* o ponto de vista do outro, *desdenhando* do seu comentário. Dito isso, podemos destacar que as categorias relacionadas às funções da impolidez adotadas nesta pesquisa podem se sobrepôr, o que é, na verdade, uma característica comum.

Nesse segundo exemplo, é possível observar uma das várias publicações diárias da página do jornal Folha de São Paulo, um dos principais jornais brasileiros, reconhecido nacional e internacionalmente por sua cobertura jornalística. Fundada em 1921, com divulgação impressa, a Folha, como é popularmente conhecida, afirma ser “Um jornal a serviço do Brasil”, em sua biografia na rede social Twitter/X. Essa mídia é, naturalmente, mais consolidada em relação ao primeiro portal de notícias analisado. Por esse motivo, apesar de o contrato comunicativo entre portal de notícias e comentaristas se aproximar bastante do exemplo anterior, acreditamos que a tendência a uma maior cobrança por parte dos comentaristas em relação à credibilidade e à pertinência (podemos falar, inclusive, de relevância) das informações seja maior. Com isso, acreditamos que os enunciados com efeitos potencialmente impolidos tendem a ser mais frequentes, sobretudo a função impolida de *criticar*.

Em uma recente investida, o grupo intitulado Hamas iniciou uma nova e grande operação para retomada do disputado território de Israel. Com esse ataque, no dia 07 de outubro de 2023, Israel declara guerra e, com os bombardeios entre judeus e palestinos, é iniciado um novo e sangrento capítulo de um conflito que já dura cerca de sete décadas e que envolve questões tanto territoriais quanto religiosas.

Um dos vários ataques entre as partes envolvidas no conflito foi motivo de notícia no jornal em questão, como podemos observar na publicação feita na rede social Twitter/X da Folha.

Figura 17 – Publicação da Folha – Bombardeios em Gaza



Fonte: <https://twitter.com/srthankyouadn/status/1715879436539621669>. Acesso em: 22 out. 2023.

Novamente, como esperado, o padrão da notícia veiculada em rede social se repete: há um breve título, semelhante a um *lead*, com as principais informações seguido de uma imagem relacionada ao tema. Assim como no primeiro exemplo, não há a presença do costumeiro link que direciona o leitor para maiores detalhes acerca do fato noticiado. Neste caso, acreditamos que a ausência do link ocorra porque o contexto de guerra, no período em que a notícia foi publicada, já estava bastante latente, e a publicação acaba funcionando como uma espécie de atualização da situação conflituosa entre as partes envolvidas.

A imagem chocante nos faz assumir que a foto é o primeiro acesso feito pelo leitor, sem que isso possa ser garantido, como já mencionamos, ao mesmo tempo em que o acesso à introdução referencial pode não ser o mesmo para os diversos leitores dessa mesma webnotícia. O elemento imagético tido como introdutório é retomado e, portanto, recategorizado pela expressão “Bairro inteiro de Gaza”, que traz novas informações, isto é, conforme aponta Custódio Filho (2011), ocorre, nesse processo, um acréscimo/progressão acerca do local onde a foto foi feita. Os termos “destruído” e “ataque” ajudam a confirmar o campo referencial introduzido e mantêm a temática “guerra” em evidência. Há, ainda, na frase

seguinte, a introdução do objeto de discurso “hospital”, local que, por uma questão de legislação internacional, deve ser poupado em situações de guerra. Essa prerrogativa legal faz parte da Convenção de Genebra de 1949 – série de protocolos criados com o intuito de evitar que os horrores das duas guerras mundiais voltassem a se repetir – na qual consta a proibição de ataques contra hospitais civis. Ao evocar esse pressuposto, o trecho evidencia uma aparente quebra dessa boa prática, pois o termo “hospital” vem seguido de uma espécie de aviso para que sejam esvaziados, o que permite inferir que também serão bombardeados.

Acerca do fato noticiado pelo jornal Folha de São Paulo, o comentarista @srthankyouadn publica sua intervenção: “Mas estão só se defendendo, confia”. Ao iniciar o seu comentário com a presença de um conectivo adversativo (Mas), o usuário nos fornece uma pista que produz o efeito de resposta a um argumento que, até o momento da captura de tela dessa publicação do jornal, não havia sido textualizado, mas que é comum em relação ao tema abordado, ação que revela o recurso à estratégia intertextual de alusão ampla. O comentarista parece simular uma menção a um discurso do outro; trata-se de um ponto de vista que assume Israel como um agente “menos culpado” ou vítima pelo fato de estar “apenas” se defendendo dos ataques do grupo Hamas.

É importante salientar que há uma omissão do sujeito da ação tanto por parte do jornal (em relação ao bombardeio) quanto por parte do comentarista (no que tange a Israel); o estado autor das ações mencionadas não é explicitado no cotexto, isto é, na superfície textual, entretanto a inferência é possível se o leitor tiver conhecimento sobre o contexto de conflito em questão, o que é viabilizado pelas anáforas “bombardeio” e “Bairro inteiro de Gaza”. No caso do comentário, podemos considerar a omissão do “eles”, uma menção com função anafórica, já que o entorno construído pela publicação do jornal é retomado. Nesse sentido, em ambos os casos, os objetos de discurso estão] veladamente presentes no texto, de modo que se prescinde de suas menções, dado que o leitor é capaz de reconstruir tais relações” (Matos, 2018, p. 240).

Ao final do comentário, observamos o emprego da expressão “confia”; a nosso ver, é este o indício que nos permite inferir que o usuário @srthankyouadn não concorda, de fato, com o ponto de vista por ele apresentado no cotexto, mas que está sendo irônico, visto que há uma “discrepância entre o que é dito e o que é realmente pretendido” (Cavalcante; Brito; Faria, 2023). Ainda na esteira da discussão das autoras, essa estratégia de impolidez indireta ou de segunda ordem revela um traço intertextual; nesse exemplo, é possível recuperar, sobretudo para os usuários assíduos do ambiente virtual, que a expressão “confia” é comumente utilizada para denotar ironia, principalmente nas redes sociais, ambiente em que

um meme²⁴ ganhou grande repercussão. Trata-se da imagem a seguir, a qual é utilizada em contextos em que o contraste entre as redes referenciais evocadas é claro ou, ainda, para facilitar a percepção da ironia.

Figura 18 - Meme Confia com Will Smith



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/830421618815308851/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

O comentário parece questionar o discurso de legítima defesa por parte de Israel ao jogar com a rede referencial construída em relação à prática de não bombardear hospitais, escolas, patrimônios histórico-culturais e outros estabelecimentos tidos como inofensivos ao confronto armado. Dito de outra forma, o comentarista se opõe, de modo irônico, ao discurso israelense e, por consequência, de seus apoiadores de que os ataques promovidos pelo estado em questão só ocorrem em contrapartida aos previamente sofridos, o que, segundo o perfil @srthankyouadn, é uma contradição em relação ao aviso para esvaziar hospitais, tido como uma ameaça de novos bombardeios. Dessa forma, o comentarista, por meio da ironia, exerce uma função implícita da impolidez, já que o efeito só é percebido se o leitor/interlocutor acessar ambas as redes referenciais contrastantes, a de que o locutor – no caso, o internauta que diz “confia” – é digno de confiança e a de que ele e, conseqüentemente, seu dizer não o é.

Esse exemplo corrobora a perspectiva de Hutcheon (2000) de que a ironia, por vezes, exerce uma função crítica crucial ao revelar complexidades e contradições existentes nas narrativas sociais; neste caso as das duas partes envolvidas no conflito armado e seus respectivos defensores/apoiadores.

²⁴ O meme constitui-se a partir de textos publicados na internet com propósitos essencialmente humorísticos e/ou críticos em relação a uma situação ocorrida no cotidiano, que mantêm relações intertextuais com textos de situações diversas dos usuários da internet (ver Cavalcante; Oliveira, 2019).

Acerca da interferência de aspectos tecnodiscursivos na gradação do efeito impolido, destacamos que, além da estratégia indireta de textualização da ofensa, o comentário não possui (no momento da captura de tela) muito engajamento. O comentário, apesar de ter obtido 371 visualizações, só possui 7 curtidas e nem um compartilhamento. A combinação de ambos os fatores nos faz acreditar que a gradação da ofensa, neste comentário, foi baixa. Sendo assim, é possível, inclusive, associar as estratégias mais atenuadas e/ou indiretas de agressividade ao baixo engajamento e, conseqüentemente, ao baixo alcance se considerarmos o *modus operandi* do algoritmo, o qual, conforme Paveau (2021), segue os rastros deixados pelos usuários, como os cliques, e, a partir deles, evidencia a estes determinadas informações em detrimento de outras. Dito de outra forma, caso uma publicação ou um comentário, por exemplo, não seja alvo de muitas interações (comentários, curtidas, compartilhamentos etc), a tendência é que essa postagem perca alcance e apareça cada vez menos para os usuários. Um ato agressivo, quanto mais violento for, mais desperta sentimentos apaixonados como a indignação, promovendo, assim, engajamento.

5.2 Interações entre políticos e comentaristas

Os políticos, pessoas públicas de grande visibilidade, têm o hábito de criticar aspectos de interesse público, como decisões tomadas por outros políticos ou, ainda, omissões por parte destes. É comum, também, observar a publicação de comunicados de ações realizadas por eles mesmos ou pelos que apoiam. Ao publicarem textos nas redes sociais, esses locutores projetam um apoiador, pelo fato de ser seu seguidor na rede social, ou um possível eleitor (opositor ou não) que venha a ter acesso às suas publicações. Naturalmente, é de se esperar que o usuário preveja que alguns opositores também acessem seu conteúdo e, assim, tende a argumentar e exaltar seus feitos e os dos seus com vistas, possivelmente, a convencê-los. Esse contexto suscita maiores chances de embates, visto que há grandes chances de defensores e opositores discutirem verbalmente via comentários.

Diferentemente dos portais de notícias, que buscam se desvincular de opiniões e que “falam” por instituições, os políticos, enquanto indivíduos, marcam bastante seus posicionamentos ao, por exemplo, criticarem outros políticos, buscando, dessa forma, angariar adeptos de seus pontos de vista. Dessa forma, esse tipo de interação é diferente da anterior, visto que as publicações tendem a deixar os donos dos perfis mais expostos, dado que se colocam com maior veemência e são representantes deles mesmos enquanto pessoa física. Por

fim, assim como acontece com os portais de notícias, essas pessoas públicas não costumam responder seus comentaristas.

As interações analisadas nesta seção se dão entre pessoas públicas e/ou políticos que exerciam, à época das capturas de telas, cargos de importância no país e que, a priori, deveriam atender a interesses coletivos, visto que eles servem, em alguma medida, à população, cidadãos comuns que, nas redes sociais, são identificados por nome ou pseudônimo com ou sem foto/imagem. A tendência, então, é que, de certo modo, os políticos, apesar de criticarem outros políticos, busquem preservar a própria face (pelo menos em relação aos demais internautas que se posicionam de modo semelhante), dado que costumam buscar a adesão de seus leitores/eleitores. E o mais comum também é que os usuários ordinários não se preocupem tanto com suas faces e as do interlocutor, pois, de certa forma, eles têm menos a “perder”.

Se as publicações comentadas, as quais discutem e criticam aspectos relacionados aos cidadãos brasileiros, são veiculadas nas contas de pessoas com visibilidade e alcance, os perfis que se reportam a elas são, por sua vez, de cidadãos comuns que têm direitos em relação a cobranças direcionadas aos políticos. Esse cenário, além de incitar que os usuários se critiquem, destaca-se por ter como pressuposto uma certa equidade de poder por ocorrer dentro do ambiente virtual, onde se mantém uma relação mais horizontal, sobretudo em redes sociais, dada a predominância, por exemplo, da característica da informalidade. Dessa forma, espera-se que os internautas interajam sem que o distanciamento dos papéis sociais tenha muita força sobre suas escolhas languageiras. Essas são apenas expectativas, as quais, naturalmente, sofrem constrangimentos do cenário social em que a interação ocorre e, portanto, as expectativas dessas interações na rede social Twitter/X podem ou não se cumprir ou, ainda, ser parcialmente cumpridas.

Cientes da importância do entorno que envolve a interação, contextualizamos o cenário político que tanto engloba cada captura de tela como permite que alguns sentidos sejam construídos, a partir das pistas textuais, e percebidos nas análises. A título de ilustração, selecionamos um agrupamento²⁵ de tuítes/publicações de um dos perfis escolhidos dentre os que compõem o *corpus* para detalhar e demonstrar de que modo estes foram tratados nesta investigação.

²⁵ Chamamos “agrupamento de tuítes” o conjunto de publicação e respectivas respostas. No caso desta pesquisa, só compõem esse agrupamento as respostas ofensivas.

Dito isso, observemos um bloco de comentários oriundos do tuíte/publicação realizada pelo perfil de João Dória, o qual direciona uma crítica ao Governo Federal vigente durante a pandemia de Covid-19 a partir de uma acusação ao Ministério da Saúde.

João Dória, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), um partido tido como de centro-direita, isto é, conservador, foi eleito prefeito de São Paulo em 2017, porém se afastou do cargo em 2018 para se candidatar a governador do estado de São Paulo. Em 2019 foi eleito e, à época do início do processo de vacinação contra a Covid-19, era governador do estado de São Paulo, permanecendo no cargo até 2022.

Inicialmente, Dória foi apoiador do bolsonarismo, isto é, dos pontos de vista defendidos pelo então Presidente Jair Bolsonaro. Durante a pandemia, a qual despontou no Brasil no primeiro semestre do seu segundo ano de mandato, o governador passou a ser crítico do Governo Federal e defensor da vacina. Desde o dia 17 de janeiro de 2021, quando a campanha iniciou no país, João Dória promoveu a ampla imunização contra a Covid-19 em São Paulo e, com isso, afrontou o Governo Federal, que se posicionava de modo a negar e a pôr em xeque as vacinas de caráter emergencial, especialmente a primeira aplicada em brasileiros, a CoronaVac, a qual foi produzida por chineses. Dessa forma, defendendo ferrenhamente a bandeira da imunização e batendo de frente com o então presidente (Jair Bolsonaro), João Dória reafirmava sua posição como candidato à presidência de 2022, como se comentava à época.

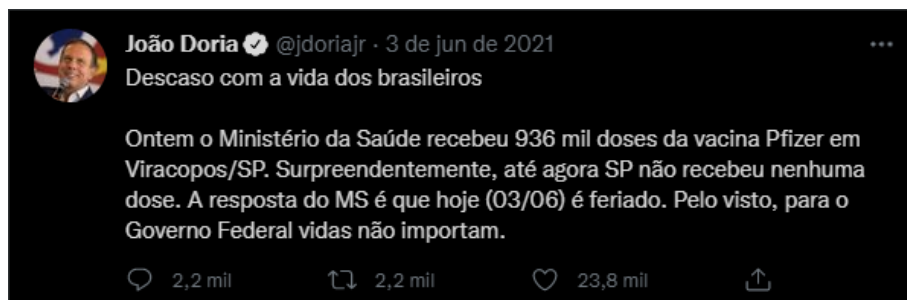
Para situar o cenário em que o tuíte/publicação a seguir foi publicado, nos baseamos na notícia veiculada no site do jornal G1²⁶, a qual trata não só do fato, mas também do comentário do Governador de São Paulo em relação a ele. No dia 2 de junho de 2021, o Ministério da Saúde recebia mais um lote de vacinas. No dia seguinte, dia 3, feriado de *Corpus Christi*, João Dória afirmou que, embora os imunizantes tivessem chegado pelo aeroporto de Campinas, em São Paulo, ainda não havia recebido o repasse das doses. Por causa do feriado, o Ministério, que se encontrava de folga, não justificou o atraso na distribuição entre os estados, o que prejudicaria a meta, segundo o governador, de vacinar com a primeira dose toda a população com mais de 18 anos até o final de outubro.

É válido ressaltar, como podemos ver no tuíte/publicação a seguir, que João Dória, além de cobrar do Ministério da Saúde a ágil distribuição das vacinas, acusa o Governo

²⁶ Consultar site <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/03/governo-de-sp-diz-que-ministerio-da-saude-nao-entregou-para-o-estado-doses-da-vacina-da-pfizer-que-chegaram-ao-brasil-na-quarta.ghtml> (Acesso em 24 de abril de 2023).

Federal de negligência por não trabalhar no feriado, mesmo em condição tão adversa, como a da pandemia. Esse posicionamento provavelmente reflete, também, a intenção de Dória de se candidatar para o cargo de Presidente da República, uma vez que desqualifica a atitude do Governo Federal.

Figura 19 - Tuíte/publicação 1 do Governador João Dória



Fonte: <https://twitter.com/jdoriajr/status/1400574383027011592?s=20>. Acesso em: 15 jul. 2023.

João Dória inicia seu tuíte/publicação com uma espécie de título, em que classifica a atitude do Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, como um “descaso com a vida dos brasileiros”. Ao utilizar a pista cotextual “descaso”, Dória introduz a temática ao passo que a encapsula, categorizando, de modo negativo, toda uma situação descrita logo depois. A expressão “descaso” juntamente com a menção à “vida dos brasileiros” mantêm os elos de que precisamos para compreender que essa marca assevera um posicionamento contrário ao Governo Federal quando aponta problemas na conduta deste, configurando, dessa forma, a *função de impolidez explícita de crítica*. Essa função se concretiza por, na relação entre o referente “descaso com a vida dos brasileiros” e a situação que, no momento em que o evento textual ocorreu, remete a uma realidade problemática acerca do processo de vacinação contra a Covid-19.

Em seguida, o próprio tuíte/publicação contextualiza a crítica inicial ao descrever a situação alvo de juízo de valor negativo e remete a um conjunto de textos veiculados sobre o tema, o que permite que consigamos construir os sentidos explícitos e, sobretudo, os implícitos da publicação. O jogo entre o referente “Dória”, o qual ativa conhecimentos partilhados acerca do seu papel social e do contexto do qual o texto faz parte, e o “descaso” revela posicionamento diante da situação criticada.

Ao usar o advérbio “Surpreendentemente” relacionado ao atraso na chegada de doses a São Paulo, Dória parece ser irônico, pois há um embate entre duas redes referenciais, a que atualiza o sentido mais saliente de surpresa por algo tão urgente como as vacinas ter atrasado e a que corrobora um sentido menos evidente de que o político, uma vez ciente do conflito entre as partes, já esperava alguma ação de Bolsonaro que barrasse o seu projeto de

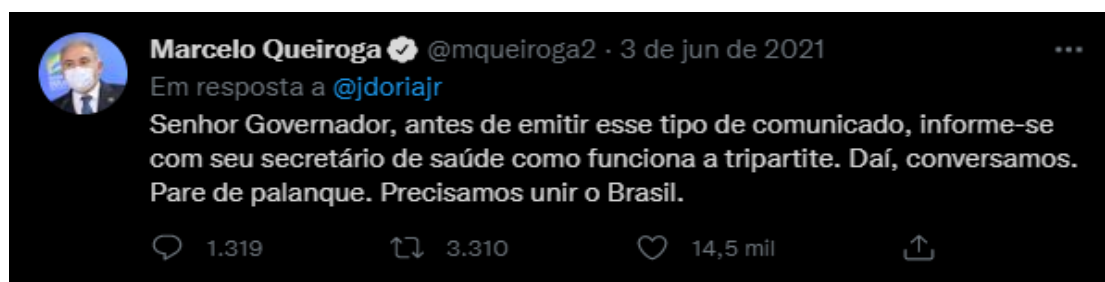
vacinar os paulistas o quanto antes. Ele atribui essa demora a uma afronta ao adiantado processo de imunização do estado de São Paulo e, também, a uma tentativa do possível concorrente à presidência de burlar o benefício à população para, assim, prejudicá-lo pessoalmente na corrida presidencial. Essa interpretação é possível pela rede que emerge de objetos de discurso como “vacina”, “Dória”, “Ministério da Saúde”, o que ativa e colabora para a remissão ao contexto político vivido no momento do tuíte/publicação, isto é, da disputa entre João Dória – referente construído de modo positivo – e Jair Bolsonaro – como oposto de Dória, isto é, como ineficiente e insensível.

Por fim, o autor atribui o “descaso” ao fato de o Ministério da Saúde não trabalhar no feriado (dia 3 de junho é dia de *Corpus Christi*) e afirma que o Governo Federal não se preocupa com a vida dos brasileiros, uma vez que é possível inferir que a folga do feriado aparenta ter mais importância. Esse tipo de interpretação é autorizado pelas pistas textuais que marcam a rede referencial construída.

A forma como o tuíte/publicação é construído parece trazer algo além de uma cobrança ao órgão responsável pela distribuição dos imunizantes, visto que, depois de mencionar o episódio pontual, Dória faz generalizações mais graves ao se referir à “vida dos brasileiros”, com o que um governo deveria realmente se preocupar. Essa cobrança já se configura como uma impolidez com função de *criticar*, porém de modo mais leve que a acusação que segue, a de que o Presidente não se preocupa com a vida dos brasileiros, pois não os protege da ameaça que o coronavírus representava à época. A defesa da vida é um ponto amplamente valorizado e defendido pela sociedade.

Em resposta ao tuíte/publicação de João Dória, Marcelo Queiroga, o então Ministro da Saúde, defende-se usando tratamentos aparentemente polidos, conduta esperada, dado o cargo que ele exerce. Todavia, é possível perceber o uso da *polidez insincera*, uma das funções implícitas da impolidez.

Figura 20 - Resposta 1 de Marcelo Queiroga a João Dória



Fonte: https://twitter.com/mqueiroga2/status/1400603660598616066?s=20&t=LfyoQDvi9Fj5YLebzA_sfg. Acesso em: 15 jul. 2023.

Ao se justificar, Queiroga se dirige a Dória cotextualmente – por meio de um marcador de dêixis social – de modo aparentemente respeitoso e polido, mas o conteúdo da resposta nos fornece indícios de que o dêitico social “Senhor Governador” não coincide com o efeito de sentido de repreensão e crítica que o restante do tuíte/publicação passa em relação à atitude do seu interlocutor direto, visto que ele menciona não só linguisticamente, mas tecnodiscursivamente o Governador, por meio do @, uma estratégia de ciberviolência em segunda pessoa, utilizando a nomenclatura de Paveau (2021). Entretanto, embora o conceito seja bastante semelhante ao da autora, a terminologia “ciberviolência” – uma vez que diferenciamos impolidez de violência (tratando esta última com um nível maior de agressividade) – pode gerar alguma espécie de imprecisão, pois neste exemplo, somente o uso do @, com seu caráter dêitico, não levaria o enunciado a um nível elevado de agressividade a ponto de se configurar como uma violência.

O Ministro retoma o tuíte/publicação alvo do comentário usando a expressão “esse tipo de comunicado” para, logo após, usar o imperativo para iniciar um enunciado impolido, já que questiona o conhecimento de Dória ao dizer “informe-se com seu secretário de saúde como funciona a tripartite²⁷”. Ele coloca, ainda, esse conhecimento como condição para que eles conversem, dando continuidade à crítica de levianidade dirigida ao Governador, portando-se como superior ao seu interlocutor e materializando a função *desdenhar*, *ridicularizar o outro* de impolidez.

Além disso, Queiroga faz menção, por meio de anáfora indireta, à provável candidatura à presidência de seu oponente, ao solicitar que ele “pare de palanque”, isto é, que ele não use uma situação delicada como as questões que envolvem uma pandemia e a garantia de proteção da população para se autopromover. Essa atitude de Dória é encarada, portanto, como negativa e reprovável diante da situação; o assunto, por ser delicado, não deveria servir de ponte para tirar proveito pessoal e eleitoral. O Ministro finaliza seu comentário convocando-o para, em vez de polarizar os brasileiros com esse tipo de comentário, se unir em prol de uma causa maior, o que vai de encontro ao início do enunciado, configurando-se como uma *polidez insincera*, uma estratégia de impolidez implícita.

É possível perceber que, apesar de a resposta de Queiroga não contar com marcadores tão prototípicos e, nas palavras de Culpeper (2011), convencionais, o efeito de sentido se concretiza como impolido, pois joga com os valores tidos como positivos em uma

²⁷ A tripartite se refere, por sua vez, ao modo como a distribuição das doses de imunizantes recebidas é negociada e dividida.

comunidade e, ainda, expressões ativam toda uma rede referencial que permite acessar sentidos indelicados. Além disso, apesar de ser uma resposta afrontosa a uma acusação impolida por parte de Dória, o efeito de sentido do tuíte/publicação de Queiroga é mais atenuado tanto pela forma como este é textualizado quanto por, como reforça Culpeper (2011), ser uma espécie de impolidez justificável, já que se trata de um contra-ataque.

Outros comentários impolidos se dirigem ao de Dória, porém de usuários comuns. No caso do tuíte/publicação a seguir, diferente dos dois anteriores, o perfil @ToroJorge85 não utiliza uma foto que o identifique, o que nos chama a atenção para o parâmetro tecnodiscursivo de efeito de ausência, que permite, além de um distanciamento ainda maior que o promovido pela máquina no sentido de que o ofensor não está ao alcance físico do ofendido por ele, outro tipo de afastamento pelo fato de o indivíduo, de certa forma, se desvincular de possíveis danos a sua face quando seu interlocutor nem o conhece, nem pode buscar no ambiente digital informações que ele possa usar para acusá-lo de algo incoerente, por exemplo.

Figura 21 – Resposta 2 de Jorge Toro a João Dória



Fonte:

https://twitter.com/ToroJorge85/status/1400574877799694340?s=20&t=LfyoQDvi9Fj5YLebzA_sfg. Acesso em: 15 jul. 2023.

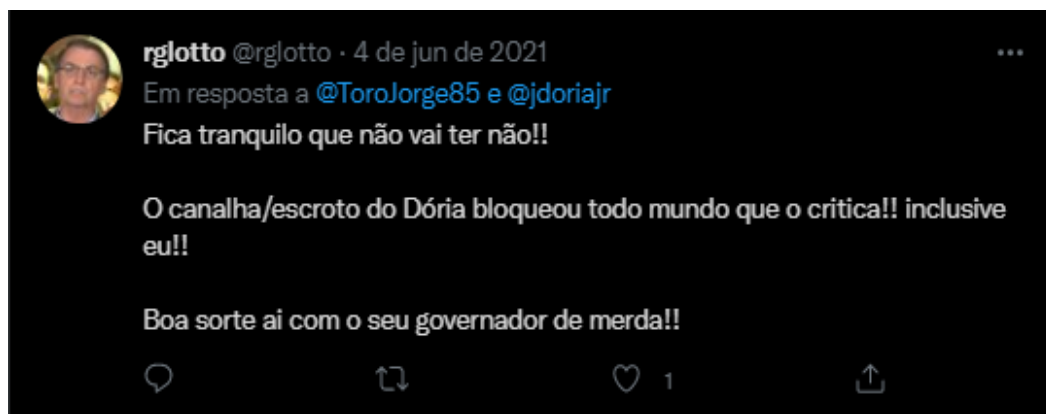
Jorge Toro menciona tecnodiscursivamente João Dória ao responder diretamente o seu comentário usando @, um processo dêitico, embora o enunciado em si não se dirija ao Governador. O tuíte/publicação agride os defensores do então Presidente da República, os quais são costumeiramente apelidados pelos seus opositores de “gado”, como aparece no comentário em análise, o que Jorge Toro utiliza para afrontar todo um grupo de pessoas, uma vez que “gado” se refere, por meio de uma anáfora direta, à característica negativa associada à falta de criticidade, já que essas pessoas são conhecidas por seguir o político e seu grupo sem questionar, somente reproduzindo discursos e ideologias. Isso se configura como uma

referência negativa de terceira pessoa (Culpeper, 2011) que exerce uma função explícita de impolidez de *desdenhar e ridicularizar o outro*. Além disso, ao final, o tuiteiro associa a esse grupo outra característica negativa ao afirmar que eles virão atacar, categorizando-os como agressivos e desrespeitosamente como “gado”.

Ao se referir de modo negativo ao grupo de apoiadores de Jair Bolsonaro, Jorge Toro é alvo de diversos comentários impolidos se opondo a ele, além de outros comentários impolidos, mas direcionados ao “gado”, isto é, corroborando o posicionamento de Jorge Toro, como vemos nos cinco tuítes a seguir.

No tuíte/publicação a seguir, @rglotto não usa seu nome no perfil e tem, no lugar de sua foto, uma de Jair Bolsonaro, o que nos fornece pistas de que o usuário possivelmente apoia o político. Essa introdução referencial, se considerarmos a imagem do perfil como o primeiro acesso, e a possibilidade de o sujeito se tratar de um apoiador do político são confirmadas quando ele responde direta e negativamente a @ToroJorge85 acerca da afirmação de os apoiadores do Governo Federal não terem ido atacar, como podemos observar:

Figura 22 - Resposta 1 a @JorgeToro



Fonte:

https://twitter.com/ToroJorge85/status/1400574877799694340?s=20&t=LfyoQDvi9Fj5YLebzA_sfg.

Acesso em: 15 jul. 2023.

@rglotto se posiciona contrariamente ao que @JorgeToro afirma e, ainda, explicitamente ofende Dória ao usar palavras de baixo calão para caracterizá-lo – o recurso para isso são expressões referenciais definidas: “o canalha/escroto do Dória” e “seu governador de merda”. Acreditamos que a explicitude e até a violência com que este usuário comum se utiliza de anáforas diretas para se referir ao outro nos parece estar, como já dito, associadas ao fato de não se tratar de uma pessoa pública como Queiroga, por exemplo, a

quem não cabe ser violento como esse usuário comum foi. Embora o ministro tenha sido impolido, ele utiliza estratégias menos violentas e mais implícitas.

O internauta afirma ter sido bloqueado²⁸ pelo político criticado e ainda reitera que é este um hábito de Dória. O ato em si já se configuraria como uma das formas possíveis de impolidez peculiares ao ambiente nativo digital em análise, porque dessa forma os perfis bloqueados ficam impedidos de comentar ou interagir com o perfil que os bloqueou. Destacamos que essa atitude só é visível para o próprio usuário bloqueado; neste caso específico, é possível assumir que a atitude impolida ocorreu, pois o usuário a anuncia. Por fim, @rglotto é irônico ao desejar “boa sorte ai com seu governador de merda”, visto que o enunciado aparenta ser polido por conta do desejo de boa sorte, mas acaba associando o “governador de merda” ao interlocutor por meio do uso dêitico-pessoal do pronome “seu”, ao mesmo tempo em que realiza a função de impolidez, pois *se desvincula, se distancia* de ambos. Sendo assim, a impolidez dirigida ao governador acaba por, também, ofender o interlocutor direto, uma vez que o associa como defensor de uma pessoa (e de suas atitudes consequentemente) que não é digna, conforme o agressor.

Posteriormente, Toro é novamente atingido de forma aparentemente irônica pelo perfil @edlask.

Figura 23 - Resposta 2 a @JorgeToro



Fonte: https://twitter.com/ToroJorge85/status/1400574877799694340?s=20&t=LfyoQDvi9Fj5YLebza_sfg. Acesso em: 15 jul. 2023.

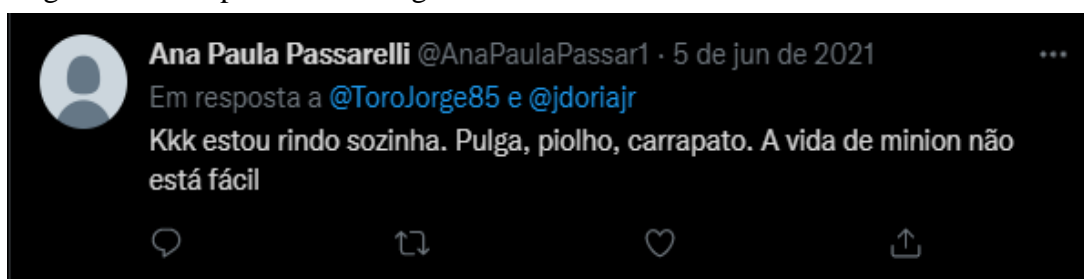
No tuíte/publicação, (Ed) parece ser polido com seu interlocutor ao dar-lhe razão, mas o efeito irônico é perceptível quando observamos a forma como ele se dirige a Jorge, através do dêitico social “Jorge Chifre”, retomando e modificando o nome do perfil de seu interlocutor (Jorge Toro) em tom de chacota, realizando, com isso, a função de impolidez *ridicularizar o outro*. A expressão referencial do nome próprio do perfil é parodiada, para surtir um efeito sarcástico. Essa forma de mencionar o outro, entretanto, pode ser interpretada de forma não irônica, uma vez que o perfil ao qual ele se refere se chama “Jorge Toro”. Nessa

²⁸ O texto alude a uma possível ação tecnolinguageira de Dória para silenciar seus críticos por meio de uma ferramenta da rede social.

situação especificamente, não há indícios suficientes para que entendamos a alcunha “Jorge Chifre” como alguma alusão ampla aos apoiadores do bolsonarismo, como uma outra forma de atingir indiretamente a Toro. É possível que aluda a um xingamento conhecido como “corno”, homem que foi traído por sua parceira.

Essa possível ambiguidade não é alvo de novas discussões pelos interactantes para que tenhamos pistas suficientes para uma confirmação da intencionalidade que pode ser projetada do locutor, nem efeito perlocutório que possa ter havido, como uma resposta de Toro que denote um incômodo em relação à forma como foi chamado, para tecermos afirmações acerca do sentido possível desse comentário. As ligações referenciais que acionam um conhecimento prévio compartilhado, no entanto, já autorizam essa trilha de sentidos.

Figura 24 – Resposta 3 a @JorgeToro



Fonte:

https://twitter.com/ToroJorge85/status/1400574877799694340?s=20&t=LfyoQDvi9Fj5YLebzA_sfg.

Acesso em: 15 jul. 2023.

Ana Paula, também sem foto que identifique o perfil, colabora com a perspectiva de @ToroJorge85 ao atribuir comicidade ao comentário dele e ao mencionar, em seguida, expressões como “Pulga, piolho, carrapato”, anáforas que ajudam a construir a rede referencial associada a “gado”. Ainda, ao mencionar “minion”, outra forma corriqueiramente utilizada para caracterizar os apoiadores de Bolsonaro, @AnaPaulaPassar1 recategoriza o referente “apoiadores de Bolsonaro”, confirmando-o. Os minions são personagens do filme “Meu malvado favorito” que possuem traços semelhantes aos associados a “gado”: seguem o líder de modo acrítico, sem uma reflexão prévia e autônoma. A tuiteira ainda afirma que “A vida de minion não está fácil”, o que ativa conhecimentos sobre as frequentes situações complicadas nas quais Jair Bolsonaro e seu governo de modo geral se envolvem para, assim, permitir a conclusão de que está difícil para os apoiadores, uma vez que, mesmo diante de tantos fatos negativos, ainda se articulam como podem e o defendem.

Ainda no bloco de comentários que respondem a Jorge Toro, podemos observar uma sequência de enunciados impolidos, o que corrobora o aspecto pontuado por Cabral

(2019), segundo o qual os internautas são induzidos a dar continuidade à impolidez praticada ou a acalorar a discussão ainda mais.

A seguir, também em resposta a @JorgeToro, novamente @AnaPaulaPassar1 comenta e, dessa vez, faz dois comentários com pistas que levam a caracterizar os apoiadores do então Presidente da República de modo negativo, atribuindo-lhes traços de animais.

Figura 25 - Resposta 4 e 5 a @JorgeToro



Fonte:

https://twitter.com/ToroJorge85/status/1400574877799694340?s=20&t=LfyoQDvi9Fj5YLebzA_sfg.

Acesso em: 15 jul. 2023.

No primeiro comentário desta captura de tela, Ana Paula fala de vacina, mas não para a doença causadora da pandemia de coronavírus, e sim da de febre aftosa. A doença que a internauta menciona contamina animais, como bovinos, caprinos e suínos, e pode prejudicar rapidamente um rebanho inteiro. Dessa forma, a tuiteira acaba por fazer, por retomadas anafóricas indiretas, uma analogia com doenças e vacinas (febre aftosa e Covid-19) e, ainda, com os apoiadores e os animais infectados. Os defensores do bolsonarismo são conhecidos pelos opositores como “gados”, característica retomada pela anáfora indireta febre aftosa, que permite construir toda uma rede referencial comparando, com as devidas proporções, a pandemia de coronavírus com uma espécie de epidemia ideológica.

A comentarista segue ofendendo no segundo comentário do *print screen* ao explicar por que essas pessoas tomam o remédio Ivermectina. Com essa nova anáfora indireta, a locutora alude amplamente ao fato de essa droga ter sido bastante difundida, sem comprovação científica, entre os negacionistas críticos das vacinas como um tratamento preventivo ao vírus causador da pandemia, o que levou o remédio, originalmente indicado para o tratamento de vermes, a esgotar nas farmácias por um dado período. Ana Paula comenta que “eles” tomam Ivermectina para, então, acusá-los de “parasitários” e, assim, atribui uma certa coerência ao fato cientificamente incoerente de tomar o remédio para solucionar o

problema grave da doença Covid-19. Além disso, ao recategorizá-los como parasitários, a internauta remete a outros fatos políticos de aproveitamento do cargo para benefícios próprios. Ao final do comentário, ela ri (“kkk”) como uma forma de deboche.

Interações como esta são bastante frequentes em redes sociais. Os usuários, por se distanciarem fisicamente das figuras públicas e/ou políticos e por não serem, em geral, figuras públicas e/ou utilizarem perfis *fakes*, acabam por se aproximarem discursivamente de modo que as críticas se fazem constantes e os cuidados com a preservação das faces parecem adquirir outro foco que não o interlocutor direto. Podemos afirmar que o fato de usar um perfil, nome ou foto falsos já é um exercício de se distanciar do compromisso com o trabalho de faces. Vejamos o exemplo de outra interação que atualiza o contrato comunicativo semelhante ao firmado nesse exemplo analisado.

O contexto em que a publicação a seguir se situa diz respeito ao conflito entre Palestina e Israel, o qual, em meados de setembro de 2023, teve um novo capítulo para sua longa história: um bombardeio por parte do grupo extremista Hamas que reavivou o conflito armado e colocou diversos civis em perigo. Em meio a esse cenário, em outubro do mesmo ano, Lula atuou em busca da liberação de brasileiros localizados, à época, na Faixa de Gaza, pressionando o presidente de Israel para a criação de um corredor humanitário. O objetivo desse corredor seria permitir a saída segura dos brasileiros que se encontravam na região afetada pelos confrontos, garantindo sua proteção e bem-estar em meio à crise.

Diante do agravamento do conflito, o Brasil propôs uma resolução no Conselho de Segurança da ONU para exigir a abertura do corredor humanitário para a libertação de reféns. A resolução, apesar de vetada pelos Estados Unidos, obteve maioria favorável, incluindo o voto da França a favor da medida. Em uma ligação oficial, o presidente brasileiro agradeceu o voto francês a Emmanuel Macron e publicou, em sua conta oficial do X/Twitter, sobre o assunto:

Figura 26 – Publicação/tuíte de Lula

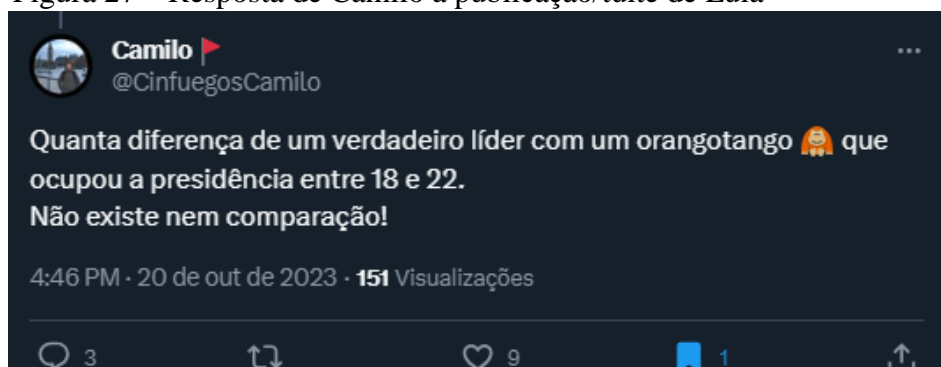


Fonte: <https://twitter.com/CinfuegosCamilo/status/1715454578735337501>. Acesso em: 22 out. 2023.

O contexto em que essa publicação feita pelo presidente Lula se insere é atualizado, por exemplo, por uma menção ao então presidente da França, Emmanuel Macron, por meio da ferramenta tecnodiscursiva @, em que o perfil mencionado recebe uma notificação que o direciona para a publicação na qual ele é citado. Dessa forma, o presidente francês ou sua equipe são instigados ao engajamento na publicação de Lula. Outra confirmação referencial se dá por meio do link, o qual contém a nota que é referida no trecho final da publicação: “confira a nota completa clicando no link abaixo”. Nesse trecho, há, a partir do referente “nota”, uma relação anafórica do que é possível inferir como uma espécie de resumo (a publicação) da nota completa, a qual é citada e está presente no link.

Essa publicação inicial não possui níveis de impolidez; acreditamos que essa situação se repete em função do contrato comunicativo, o qual pressupõe formalidade e cortesia por parte de políticos, sobretudo por serem pessoas públicas e, em geral, buscarem aprovação/adesão por parte de possíveis eleitores. Entretanto, a partir dela, são disparados comentários que apresentam enunciados agressivos, como ocorre com o de @CinfuegosCamilo em resposta a Lula.

Figura 27 – Resposta de Camilo a publicação/tuíte de Lula

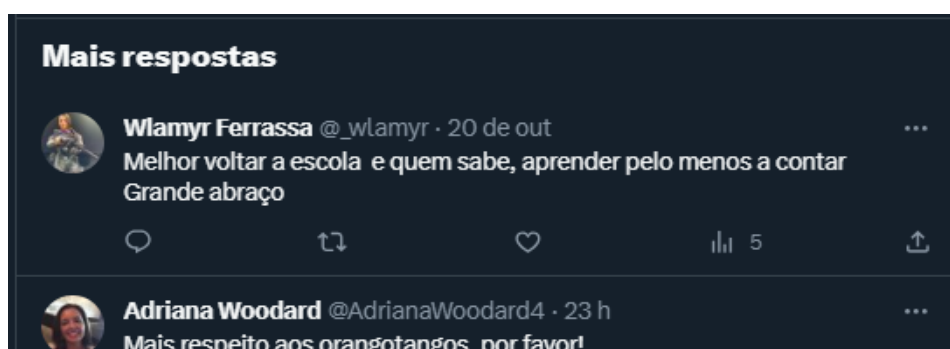


Fonte: <https://twitter.com/CinfuegosCamilo/status/1715454578735337501>. Acesso em: 22 out. 2023.

Nesse comentário, apesar de Lula não ser mencionado de modo literal, é possível assumir que a comparação a “um verdadeiro líder” diz respeito a ele, haja vista que o comentário é uma resposta a uma publicação dele, constituindo-se, então, como uma anáfora dentro desse texto, já que consideramos o conjunto formado pela publicação e seus comentários como um único acontecimento textual. Essa expressão anafórica recategoriza o referente de modo positivo, pois “líder” é uma característica associada ao cargo que ele ocupa e o termo “verdadeiro” permite inferir que o enunciador considera os atributos do político aliados aos valores defendidos por ele. Já a comparação traçada com um “orangotango [emoji de orangotango]” trata-se de uma introdução referencial de Bolsonaro que visa minimizar a inteligência do político ao compará-lo a um primata e/ou destacar a sua falta de delicadeza, uma vez que se trata de um animal grande e com grande força bruta. É possível, ainda, considerar essa comparação a uma anáfora indireta se considerarmos que falar de características positivas de Lula como presidente, dado o contexto em que a interação ocorreu, prevê uma menção a Bolsonaro.

Camilo realiza, posteriormente a um ato linguageiro elogioso ao atual presidente do Brasil, uma ofensa ao “que ocupou a presidência entre 18 e 22”. Esta última expressão permite confirmar que a comparação com o orangotango diz respeito a uma inferência a Jair Bolsonaro sem que a referência seja literal, o que entendemos ser, também, uma estratégia para que o político não ganhe mais evidência no ambiente virtual, uma vez que o algoritmo dá maior relevância a assuntos que estão sendo muito comentados e citar diretamente o seu nome seria fornecer rastros para uma maior difusão dele. Por fim, Camilo reafirma a disparidade entre os dois ao dizer que “não existe nem comparação”, realizando um ato impolido de *desdenhar* e, dado o exagero da *crítica*, *ridicularizar o outro*.

Figura 28 – Respostas ao comentário de Camilo



Fonte: <https://twitter.com/CinfuegosCamilo/status/1715454578735337501>. Acesso em: 22 out. 2023.

Nesse comentário, em resposta a Camilo, o perfil @_wlamyr, como forma de rebater o comentário impolido direcionado ao ex-presidente, questiona a inteligência (“Melhor voltar a escola”) provavelmente de Lula, porém não deixa o referente claro, visto que responde a uma interação que menciona tanto o atual quanto o ex-presidente. É possível, ainda, interpretar que a ofensa é direcionada ao comentarista Camilo, fazendo menção ao trecho em que ele se refere equivocadamente ao período de governo de Bolsonaro. Apesar de não ficar claro o alvo do comentário impolido, a função de impolidez de descrédito é complementada com a menção a uma ação básica de matemática, a de contar (“aprender pelo menos a contar”), exacerbando a ridicularização do outro. Ao final, por meio da expressão “Grande abraço”, Wlamyr é irônico, visto que há uma contradição entre rede referencial que denota a crítica à inteligência apontada no início do comentário e a que evidencia o cumprimento amistoso que encerra seu enunciado.

Posteriormente, @AdrianaWoodard4 – em resposta aparentemente a Camilo, já que retoma o referente “orangotango” introduzido por ele – assevera a ofensa a Bolsonaro e defende o orangotango, assumindo que, ao realizar a comparação, o insulto estava, na verdade, sendo direcionado ao animal. Esse comentário, no entanto, não quer dizer que Adriana não entendeu a intencionalidade de Camilo, mas que teve o objetivo de realizar uma intensificação do ato linguageiro ofensivo e, ainda, de promover o riso a um terceiro; nas palavras de Culpeper (2011), impolidez para entretenimento. A pista contextual “por favor” ao final do comentário, por sua vez, sinaliza e confirma a estratégia indireta de impolidez, a ironia. É através da compreensão de que há um confronto entre duas redes referenciais, uma de defesa do orangotango e outra de intensificação da agressão a Bolsonaro, que é possível assumir que a comentarista entendeu a intenção do comentário de Camilo.

Em suma, nas publicações dos políticos, há uma prática recorrente de críticas; dito de outra forma, a impolidez é esperada, entretanto, a violência não parece ser, visto que por serem figuras públicas, eles buscam realizar o Ato Ameaçador de Face, em geral, de modo

atenuado. Entretanto, os usuários comuns, isto é, os que não têm tanto a perder no ambiente virtual, ou por não apresentarem vínculos próximos com os demais usuários, ou por não buscarem aprovação de eventuais eleitores, como o fazem os políticos, tendem a agravar as ofensas.

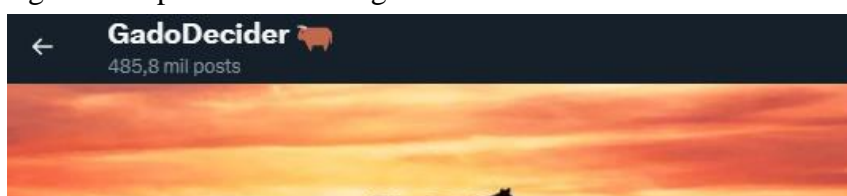
5.3 Interações entre comentaristas e robôs

Dentre os contratos comunicativos que escolhemos discutir, está o que acontece entre comentaristas e robôs. Nessas interações, os comentaristas, em resposta a uma publicação inicial ou a outros comentários, mencionam os robôs com o objetivo de incitar uma resposta por parte destes. Por esse motivo, a coleta dos exemplos obedeceu a um procedimento um pouco diferenciado: acessamos os perfis dos declaradamente robôs e clicamos na aba “respostas”, onde é possível acessar a linha que se forma a partir da publicação inicial a que o robô é convocado por um outro perfil a responder. O movimento, então, é invertido; primeiro encontramos a resposta do robô para, a partir dela, identificar o passo a passo da interação, a saber: publicação, comentário convocando o robô a responder e comentário do robô legitimando ou não a ofensa insinuada pelo primeiro comentarista; no caso desta investigação, dado o propósito do estudo, coletamos os casos em que a impolidez é endossada ou intensificada. A publicação e esses comentários são ligados tecnodiscursivamente por um “fio” que evidencia uma espécie de troca de turnos.

Esse tipo específico de interação pode variar consideravelmente a depender do que o robô se propõe em sua configuração. Neste caso, apesar de o robô não ser uma figura humana, ele se instaura como sujeito interlocutor e assume para si traços que o constituem como enunciador. Em geral, os *bots* são programados para objetivos diversos, como gerar engajamento – seja por meio de curtidas, seja por meio de novos comentários –, reiterar/reafirmar conceitos e ideologias, promover humor, facilitar atividades (unir um conjunto de tuítes/publicações – um fio – em um único lugar, por exemplo).

No caso do perfil @gadodecider, como o nome já adianta, há o intuito de legitimar uma referência negativa a um grupo específico de pessoas, o que pode ser associado com o contexto de polaridade política do Brasil, em que eleitores se dividem entre as orientações ideológicas de esquerda e de direita. A página inicial do perfil já nos fornece pistas que nos permitem inferir esse acirramento na divisão ideológica, como podemos observar na figura a seguir.

Figura 29 – perfil do robô @gadodecider do Twitter/X



Fonte: <https://twitter.com/GadoDecider>. Acesso em: 18 out. 2023.

Esse perfil deixa claro que se trata de um robô²⁹ respondendo e que este “usa inteligência artificial para detectar a burrice natural”, deixando evidente o propósito ofensivo e, ainda, cômico (inclusive ao contrapor “inteligência artificial” a “burrice natural” em um trocadilho). Em uma mensagem fixada, como consta na captura de tela, há uma orientação sobre como utilizar o robô; nela é reiterado o alvo da referência negativa “gado” através da afirmação “todo bolsonarista é gado, mas nem todo gado é bolsonarista”. O usuário do Twitter/X precisa usar o @ para mencionar o perfil do robô e perguntar se um outro internauta, por causa do conteúdo do comentário dele, é gado ou não. Outra referência é feita na imagem de perfil, em que um robô segura um ferro de marcar boi com a letra “B”, deixando a inferência a “bolsonarista” possível. O ato de marcar o gado denota registrar a propriedade do animal, a quem o boi pertence; nesse contexto, é possível construir a rede referencial de que o comentarista receberá (ou não) o atestado de gado, um animal de propriedade do bolsonarismo, pelo robô @gadodecider.

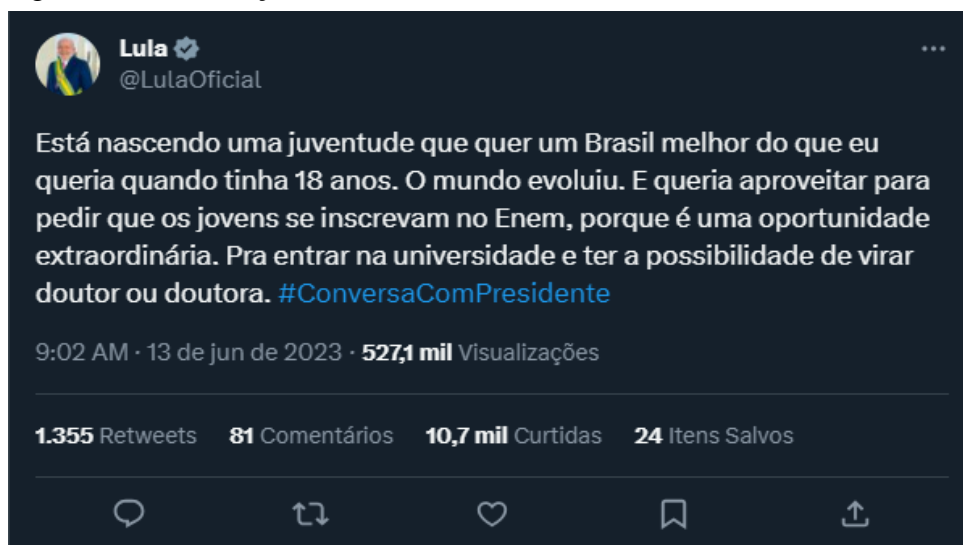
A palavra gado, como é de conhecimento da maioria das pessoas, é utilizada para denominar criações de animais como carneiros, bois e cabritos. A partir dessa acepção, algumas características são importadas e, naturalmente, ressignificadas com o objetivo de ferir o outro. Os eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro são chamados de "gado" por seus opositores. Os apoiadores do político são assim referenciados por serem tidos como pessoas

²⁹ No ambiente virtual, existem robôs que buscam omitir que o locutor não se trata de um humano e, como nos casos da demonstração em questão, robôs que deixam isso claro e evidente.

acríticas, que seguem o grupo sem questionar, somente reproduzindo discursos e ideologias. No ambiente nativo digital (mas não somente), esse tipo de impolidez é utilizado de modo recreativo, na terminologia de Culpeper (2011), isto é, para entretenimento, em que o ofensor transforma o interlocutor em alvo de críticas, chacotas e deboches, com o objetivo de divertir um terceiro.

A publicação a seguir foi realizada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o qual estava, no mês da postagem, na metade do seu terceiro mandato não consecutivo no cargo, em 2023. A forma como o robô é acionado envolve, no mínimo, três publicações/comentários relacionados entre si, os quais seguem o passo a passo que o próprio perfil @gadodecider orienta: primeiramente um internauta opina acerca da publicação inicial, o qual intitulamos comentário opinativo (normalmente este já apresenta algum nível de agressão), em seguida um outro perfil pressupõe, pelo viés da crítica apresentada, que o outro internauta é um bolsonarista e pede confirmação ao robô, o que também já consideramos uma forma de impolidez, porém branda, uma vez que, em tese, repassa a responsabilidade a outro e, apesar de atenuar, não elimina o ato ameaçador de face; por fim, o robô não só confirma, como também contribui para a intensificação do ato ameaçador. Vejamos como esse tipo de interação se materializa.

Figura 30 – Publicação de Lula



Fonte: <https://twitter.com/GadoDecider/status/1668606676671385603>. Acesso em: 28 jul. 2023.

A publicação inicial foi realizada em 13 de junho de 2023, período em que as inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), um importante meio de acesso ao Ensino Superior, estavam perto do encerramento (o período se deu entre 5 e 16 de junho). Além disso, no primeiro ano de mandato de Lula na presidência, em 2023, foi criado um programa chamado "Conversa com o Presidente", menção que se confirma pela referência feita em forma de *hashtag*, com o objetivo de destacar suas políticas, prioridades e visão para o Brasil, bem como estabelecer um diálogo direto com os cidadãos. Esse tipo de iniciativa é útil para construir uma imagem positiva, promover transparência e reforçar o apoio popular. A palavra clicável (Paveau, 2021), isto é, a *hashtag* se constitui como uma anáfora, pois permite inferir que o trecho publicado na rede social foi retirado do programa, uma vez que é possível acessar os demais comentários, isto é, um conjunto de outros textos, que utilizam a mesma *hashtag*, em geral, com o mesmo propósito de permitir que o interlocutor, por meio dessas pistas textuais, acesse o contexto em que a situação/comentário ocorre.

Um aspecto a ser levado em consideração é o alcance do texto em questão. Também pelo motivo de Lula ser o Presidente, sua publicação obteve uma grande publicização: 1.355 retuítés/compartilhamentos; 81 comentários; 10,7 mil curtidas, e mais de 500 mil visualizações somente até o momento da captura de tela (a publicação foi realizada dia 13 de junho de 2023 e a captura de tela dia 28 de julho de 2023). Nesse contexto, como já dito, a tendência é que os possíveis atos impolidos adquiram maiores proporções, implicando no aumento do nível da percepção da ameaça. Um desses vários comentários direcionados ao

texto de Lula foi o de @Joaocarlllo, o qual, por sua vez, também foi alvo de uma quantidade considerável de outros comentários, 23 até o momento da captura de tela.

Figura 31 - Resposta de robô a João Carlo



Fonte: <https://twitter.com/GadoDecider/status/1668606676671385603>. Acesso em: 28 jul 2023.

Na sequência de comentários, João Carlo apresenta uma crítica direcionada a Lula, a qual pode ser percebida pela referência feita ao seu dedo amputado (“cortar o dedo”) em decorrência de um acidente antigo ocorrido quando ele trabalhava como metalúrgico, o que o levou à aposentadoria. Essa anáfora indireta é feita pelo comentarista em tom de chacota, uma vez que há uma confirmação no contexto, a risada marcada por “KKKK” ao final do comentário. Ainda, o comentarista, por meio da referência ao acidente como uma espécie de atalho para a aposentadoria precoce, trata o político como uma pessoa que não é adepta ao trabalho, que foge, de certa forma, das obrigações e, ainda, o acusa de incentivar jovens a fazer o mesmo. Nesse comentário, o internauta agride a figura do presidente ao descredibilizá-lo, associando-o a uma informação que tanto se distancia do que está escrito na publicação inicial quanto associa essa ideia enviesada a valores negativos, depreciados pela sociedade em geral.

Ivan, por sua vez, ao associar o ponto de vista atualizado pelo comentário anterior à ideologia defendida por opositores de Lula, comenta sobre a crítica mencionando, através do @, o perfil do Gado Decider e pergunta “@GadoDecider, é gado?”. Nesse momento, é pertinente mencionar a discussão empreendida por Martins (2023) acerca do campo dêitico digital, especificamente em relação à dêixis pessoal e o uso do @. O comentário de Ivan, ao

mesmo tempo em que o instaure como locutor, instaure, ao utilizar o recurso tecnolinguageiro @, o perfil do robô como seu interlocutor, mas não só, pois o perfil público permite que terceiros também sejam alvos. Segundo Martins (2023, p. 13), “a função dêitica na tecnodiscursividade expande o engajamento e a relação eu-tu por meio da interação direta, via vocativos, mas também proporciona que esse engajamento se dê pela ação tecnolinguageira de mencionar”. O modo como o @ é utilizado neste exemplo, isto é, convocando o outro por meio do vocativo, engaja-o diretamente, como segunda pessoa do discurso. Essa ação gera uma notificação no perfil do mencionado, o que o instiga a interagir.

O robô, então, responde: “Presença confirmada na expointer”. A pista textual “expointer” se refere, por meio de uma anáfora indireta, a uma das maiores feiras agropecuárias da América Latina e um dos principais eventos do agronegócio no Brasil. Ela ocorre anualmente no Parque de Exposições Assis Brasil, localizado no município de Esteio, no estado do Rio Grande do Sul. Essa retomada, portanto, recorre também a uma estratégia intertextual, o que se repete na maioria considerável das respostas dadas pelo robô. Neste caso, o perfil, além de confirmar a ofensa dirigida por Ivan ao primeiro comentarista, recorre a anáforas indiretas que atualizam a inferência a contextos que envolvem animais de rebanho, acrescentando mais associações depreciativas.

Outro perfil parecido com o @GadoDecider, o @BurroDecider, foi criado com objetivo semelhante, identificar a burrice por meio da inteligência artificial, desta vez de petistas e isentões, conforme anuncia a própria conta. Esta última referência é um termo criado no ambiente virtual e remonta a um grupo de pessoas que não se posicionam de forma clara. Para os que denominam outras pessoas assim, o termo “isentões” deixa transparecer a intencionalidade de manifestar desprezo, evidenciando uma valorização social da opinião clara, da convicção. Nesse caso, o referente atualiza uma função de impolidez de *desdenhar e ridicularizar o outro*.

O posicionamento político do perfil já fica evidente na foto de capa, a qual apresenta uma montagem de um burro fazendo uma *selfie* com Lula. Ao fundo, há vários outros burros, simbolizando os apoiadores do político, como é possível constatar na captura de tela a seguir.

Figura 32 - Perfil @burrodecider



Fonte: <https://twitter.com/BurroDecider>. Acesso em: 22 out. 2023.

A imagem de fundo, na esteira de Cavalcante e Brito (2020), pode ser, neste exemplo, considerada como uma introdução referencial, se entendermos que a montagem de Lula com vários burros ao fundo é o primeiro referente acessado pelo leitor ao entrar no perfil @BurroDecider. A imagem fornece pistas acerca de outros objetos de discurso com os quais a ideia pejorativa de burro é associada (comício, *selfie*, eleitores etc.), evidenciando, ainda, um ponto de vista defendido pela inteligência artificial, o de que apoiadores de um viés político de esquerda e, sobretudo, de Lula são burros, ignorantes. Ainda em relação às imagens, é possível observar, na foto de perfil, a presença de um burro e de um robô com uma lupa, fazendo menção à investigação a que se propõe o robô. Esse referente salientado pela imagem de perfil é confirmado pela descrição feita logo em seguida, em forma de texto verbal, a saber “Detector de burros de esquerda. Uso inteligência artificial para detectar a burrice de petistas e isentões”. Dessa forma, é criada toda uma rede referencial, por meio do enunciado verbal e da imagem, acerca do entorno que dispara inferências no que tange ao posicionamento do robô e, ainda, de que ideia se defende de “burro” neste caso: eleitores de esquerda, que apoiam Lula e os que não se posicionam de modo claro. É válido destacar que os objetos de discurso evidenciados no perfil, além de conter traços impolidos, colaboram para a compreensão de fenômenos textuais operados nos comentários, os quais são alvo de análise.

Esse tipo de perfil, como já podemos observar no exemplo anterior, não costuma fazer publicações, pois tem como propósito principal responder aos demais usuários que o convocam, mediante menção tecnodiscursiva (@), a atestar a “burrice” de um outro

internauta por meio da análise de um comentário e/ou publicação realizado em contextos diversos. Isso acontece muito em função de se tratar de um robô, o qual, portanto, apesar de realizar comentários interessantes, possui uma movimentação interacional mais restrita que os usuários que não são automatizados.

No caso do exemplo a seguir, a publicação inicial, de um usuário comum, isto é, de uma pessoa não pública, já traz traços de impolidez/violência e confirma a expectativa de que o robô em questão (@BurroDecider) atua em contextos em que a polaridade política é evidenciada.

Figura 33 – Publicação inicial de Edu Goldenberg



Fonte: <https://twitter.com/BurroDecider/status/1434280474738823169>. Acesso em: 22 out. 2023.

Edu Goldenberg publica, mencionando tecnodiscursivamente os perfis de Bolsonaro e do Ministério de Minas e Energia, opinando acerca da pertinência ou não da extinção do horário de verão realizada por Jair Bolsonaro, então presidente, no ano de 2020. O internauta, então, introduz o referente “horário de verão” e, assim, ativa no leitor os conhecimentos sobre a prática. O horário de verão é uma ação adotada por muitos países ao redor do mundo, com o objetivo principal de economizar energia. A mudança consiste em adiantar os relógios em uma hora durante os meses mais quentes do ano, de forma que as pessoas aproveitem mais a luz do dia durante a tarde e, assim, reduzam o consumo de eletricidade artificial. É com base nesse raciocínio que o usuário Edu Goldenberg ofende o governo e o próprio Bolsonaro por ter acabado com a medida. Essa discordância é evidenciada pelas expressões referenciais que caracterizam o @JairBolsonaro como “genocida”; essa ofensa é ainda exacerbada pelo uso do @, uma vez que a violência assume um caráter mais direto e afrontoso, pois o político recebe uma notificação no seu perfil comunicando que foi mencionado; é o que Paveau (2021) intitula de ciberviolência de segunda pessoa.

Além disso, o usuário evidencia uma contradição entre a ação do político Jair Bolsonaro de acabar com o mecanismo de horário de verão e a do ministro de Minas e Energia de solicitar à população que “aproveite mais a luz do dia”. Nesse segundo momento da

publicação, portanto, Edu Goldenberg cumpre a função da impolidez de *apontar incoerência ou contradição*, a qual é evidenciada e reiterada pelo trecho “nada faz sentido no ~governo~ miliciano. Nada!”. A expressão anafórica “governo” retoma de maneira direta tanto o presidente quanto o ministro, porém há uma característica peculiar no uso do termo, ele está cercado pelo til (~), que em geral marca tonicidade, mas que não parece estar sendo utilizado de modo convencional. Pelo contexto em que a publicação se insere e pela crítica empregada, parece-nos que os sinais marcam uma espécie de ironia, como se o governo não estivesse de fato governando, no sentido de tomar decisões em benefício de uma coletividade. De modo semelhante ocorre com a expressão “ministro”, visto que o cargo, à época, era exercido por Bento Albuquerque, um almirante da Marinha do Brasil, o que despertou desconfiança por se tratar de um militar em tese sem atribuições cabíveis ao cargo. O til, portanto, parece ser utilizado de forma a questionar a validade e a coerência entre termo (e seu significado) e realidade. Caso o consideremos dessa forma, somente o uso peculiar do til, semelhante ao uso das aspas, seria capaz de gerar um efeito impolido, com função de apontar uma incoerência, uma contradição.

À crítica explícita e, portanto, impolida publicada por Edu Goldenberg sucedem comentários que, como observado com frequência no *corpus* analisado, continuam a onda de impolidez e, ainda, aumentam os níveis de agressividade. Ed, em resposta a Edu, comenta:

Figura 34 - Robô x comentaristas



Fonte: <https://twitter.com/BurroDecider/status/1434280474738823169>. Acesso em: 22 out. 2023.

Em um segundo momento, o comentarista Ed dá continuidade e se refere ao enunciado de Edu de modo impolido quando se utiliza do trecho “monte de ofensas e zero argumentos” para encapsular o que o outro publicou. Dessa forma, Ed tanto se distancia da perspectiva, ponto de vista apontado por Edu em sua publicação inicial quanto critica a sua falta de argumentos. O perfil @ESV2009 ainda persiste intensificando a agressividade quando afirma que houve um processo de doutrinação (“esse foi bem doutrinado”) seguido de uma pergunta que aciona, por meio da menção (@), a função de confirmação característica do perfil do robô Burro Decider.

O robô, por sua vez, não só confirma a agressão realizada por @EduGoldenberg, como também intensifica ao afirmar categoricamente “carimba que é burro”. Ainda, acrescenta um texto verbo-imagético que se assemelha a um carimbo e que tem como referente mais saliente a figura de um burro. A imagem conta, também, com uma parte verbal que reitera a recategorização do referente, uma vez que retoma o outro perfil caracterizando-o como “jumento”, uma referência negativa em terceira pessoa (Culpeper, 2011).

Esse tipo de movimento, característico de perfis robôs como os exemplificados, a nosso ver, apesar de transferirem de certo modo a impolidez para terceira pessoa e, assim, aparentar uma atenuação do ato impolido, dada a menor diretividade, não reduz o efeito danoso à face do outro, muito pelo contrário, potencializa, visto que convoca um “público” não somente para testemunhar, mas também para se juntar e endossar a ofensa ao outro.

A partir da demonstração feita, é possível tecer alguns comentários acerca da interferência do contrato comunicativo atualizado nas interações analisadas – isto é, entre portais de notícias (mais ou menos reconhecidos socialmente) e comentaristas; entre pessoas públicas/políticos e comentaristas e, ainda, entre robôs e comentaristas – na rede social Twitter/X. Inicialmente, o contrato comunicativo posto em prática pelos participantes não nos pareceu exercer grande influência acerca das interpretações dos atos impolidos praticados pelos comentaristas. Entretanto, é válido ressaltar a fluidez própria do ambiente digital, uma vez que os contratos são menos estabilizados e, assim, atualizados com uma frequência alta.

Acreditamos que o ambiente digital, antes do aumento da interatividade dos usuários da internet, não havia sido pensado para que os embates acirrados e impolidos tivessem muito espaço, entretanto essas práticas passaram a ser comuns e, mais adiante, previstas, pois os contratos foram se modificando e se atualizando rapidamente, principalmente em redes sociais, ambientes mais, digamos, informais. Essa característica, a nosso ver, tem relação com o fato de a impolidez ser, em alguma medida, esperada e aceita nas interações (que atualizam diferentes contratos) via redes sociais. Com isso, no entanto, não queremos afirmar que ela deixa de exercer a função de impolidez, mas que essa prática parece já estar incorporada ao ambiente do Twitter/X.

Já em relação aos processos referenciais e a criação de redes referenciais, os casos analisados mostram que os comentaristas, nas três situações demonstradas, empregam impolidez em seus textos, de modo direto ou indireto, o que evidencia as funções de impolidez. É a partir da elaboração de objetos de discurso impolidos, por meio da construção de redes referenciais, que os sentidos impolidos emergem, e, conseqüentemente, as funções

diretas e indiretas de impolidez, conforme o quadro em que nos baseamos, são atualizadas no texto. Dito de outra forma, as pistas textuais fornecidas pelos processos referenciais (diretos ou indiretos) permitem a construção dos sentidos e, conseqüentemente, dos efeitos impolidos previstos pela literatura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese traz uma contribuição significativa ao propor a interface entre os estudos já desenvolvidos no seio da linguística textual praticada no grupo Prottexto, especificamente no que tange aos processos referenciais (Cavalcante; Brito; Custódio-Filho, 2014; Martins, 2019) e às redes referenciais (Matos, 2018), e os aqui reformulados e propostos acerca da impolidez, com base na literatura já consolidada sobre o tema por Culpeper (2011), ciberviolência por Paveau (2021) e violência por Amossy (2017) e Charaudeau (2019).

Os estudos da impolidez tiveram um importante ponto de partida, a considerável obra de Brown e Levinson (1987), a qual, na verdade, discorria acerca dos fenômenos de polidez, isto é, as condutas verbais condizentes com a etiqueta e os bons costumes em interações face a face. Em uma época em que os estudos pragmáticos – até então, com enfoque mais restrito ao enunciado – obtiveram bastante espaço nas investigações sobre a linguagem; essa perspectiva dos autores, naturalmente sob a influência dessa concepção pragmática, com o passar do tempo, se tornou insuficiente para os novos entendimentos do uso da língua para alguns estudiosos. Nesse sentido, a incorporação de aspectos mais contextuais e discursivos às reflexões mais recentes acabou por se distanciar do que os autores previam em termos dos aspectos balizadores, isto é, dos que deveriam ser considerados para a definição de enunciados polidos ou não.

Apesar de, inevitavelmente, servir de base para as investigações da área, a obra de Brown e Levinson (1987) acabou por se tornar insuficiente para muitos investigadores da área e sofreu críticas. Os apontamentos problematizavam, entre outros aspectos, a universalidade das regras propostas e o modo restrito como as relações entre ouvinte e falante eram concebidas. Além do crescente número de estudos nesse sentido por parte tanto de alguns linguistas quanto de sociólogos, por exemplo, os enunciados impolidos, isto é, os que não são forçosamente polidos começaram a ser alvo do interesse de alguns teóricos, como Culpeper (1996). O pragmaticista inglês iniciou seus estudos sobre impolidez e sua obra de 2011 se constituiu como um grande marco dos estudos contemporâneos acerca dos enunciados intencionalmente impolidos, isto é, quando os falantes, voluntariamente, quebravam as premissas socialmente estabelecidas de polidez, ignorando a preservação da face de seu interlocutor.

Embora o autor tenha atualizado sua perspectiva e apontado pontos de suma relevância para a compreensão do fenômeno em questão, a nosso ver, sob a luz da linguística textual, as pistas e marcas textuais ainda não haviam sido propriamente investigadas. Culpeper

(2011) ainda aponta algumas “fórmulas convencionais de impolidez”, as quais, diante de nossa concepção ampla de texto, segundo a qual o texto é um evento atualizado na interação tal qual esta é encenada e, portanto, irrepetível (Cavalcante et al., 2022), podem ser vistas como “amarras” para a interpretação dos usos, inclusive por questões culturais.

De modo similar ao que o pragmático propõe, não consideramos as marcas de impolidez a priori, mas, sim, em contexto. Porém, algumas adaptações foram realizadas, especificamente ao enveredarmos o foco para as funções de impolidez para, então, investigarmos como estas eram marcadas no texto. Para apreendermos essas pistas textuais, optamos, dentre as categorias estudadas na linguística textual, a referenciação.

A escolha da referenciação como fenômeno textual revelador da impolidez se justifica por sua capacidade de (re)construir a realidade, negociada entre os interlocutores, e por ser um processo sociocognitivo-discursivo. Da mesma forma, os modos impolidos/violentos de referenciar um objeto de discurso são complexos, resultando em diferentes efeitos de sentido conforme as circunstâncias, a relação entre os interlocutores, o contrato comunicativo e aspectos culturais que influenciam a interpretação da impolidez. Esses fatores contribuem para uma interação mais ou menos agressiva, dentro de um espectro variado de impolidez/violência.

É válido lembrar que assumimos que, no contínuo impolidez/violência, toda violência – nível mais exacerbado de impolidez, dado o alto grau de agressividade – é, primeira e minimamente, uma impolidez, isto é, alguns enunciados alcançam um nível tão elevado de impolidez que chegam a se tornar violentos. Entretanto, o contrário nem sempre é verdadeiro, pois uma violência é considerada um tipo de impolidez, porém com fatores (de diversas naturezas) que potencializam o efeito da ofensa a ponto de ser configurada uma violência, ou seja, na ausência de fatores que agravem o ato ameaçador, trata-se de um caso de impolidez.

Um dos vários fatores que colaboram para a percepção dos níveis de impolidez está ligado às expectativas contratuais acordadas entre os participantes da interação, as quais não se restringem a normas preestabelecidas, mas são atualizadas e negociadas no decorrer do ato enunciativo posto em cena. Para o entendimento de expectativas em relação aos papéis dos interlocutores em interações específicas e, ainda, à forma como esses participantes interpretam os enunciados, como impolidos e/ou violentos, recorreremos à noção de contrato comunicativo como um dos aspectos fundamentais para a interpretação dos efeitos possíveis (Charaudeau, 2015) causados pelos usos da linguagem, ao evocar expectativas contratuais e saberes e crenças compartilhadas. Os efeitos possíveis, no caso desta investigação, dizem

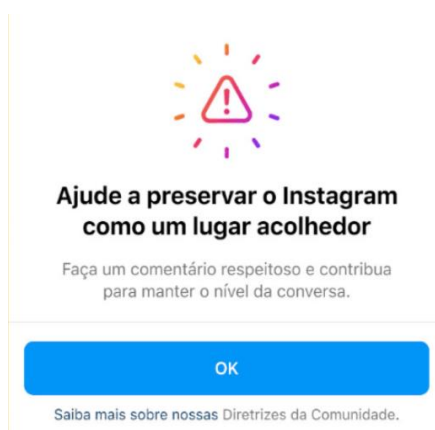
respeito ao que o texto autoriza enquanto trilha interpretativa e, ainda, como, via comentários, os interactantes percebem o dizer do outro.

Acerca desse assunto e com base nas análises feitas nesta investigação, observamos que algumas particularidades do ambiente virtual mascaram, em alguma medida, a interferência do contrato comunicativo firmado entre os interlocutores. Isso acontece porque, apesar de terem sido, inicialmente, pensadas para proporcionar reencontros e conversas amistosas entre amigos, as redes sociais acabaram aproximando, também, pessoas desconhecidas e novos locutores foram tomando forma, como *fakes* e robôs. Outra justificativa se aproxima do fato de elas serem mais associadas a ecossistemas de informalidade, o que não se aplica para todos os tipos de interações mediadas pela máquina.

Esse contexto nos faz refletir acerca dos trabalhos de face em situações em que, muitas vezes, o ofensor não tem “nada a perder”. Parece-nos que, sobretudo no Twitter/X, rede social comumente associada a um ambiente hostil, os usuários que permanecem utilizando esse ecossistema aceitam o contrato de que a impolidez e/ou a violência fazem parte da maioria das trocas feitas via comentários e publicações.

Acerca dessa tendência ao uso de impolidez nas redes, destacamos que, desde o início da pesquisa até a defesa da tese (24/5/2024), novas medidas de controle acerca das publicações e dos comentários ofensivos foram e continuam sendo modificadas positivamente pelas redes sociais de modo geral. Entretanto, apesar desse avanço, a rede social Twitter/X, analisada nesta investigação, segue sendo uma das mais permissivas se comparada, por exemplo, ao Instagram, o qual, por sua vez, já insere, em alguns momentos antes mesmo de o usuário realizar a sua intervenção em uma publicação, somente ao clicar no botão destinado ao comentário, o seguinte aviso:

Figura 35 - Aviso Instagram



Esse apelo ao respeito ao outro é apenas uma das medidas do Instagram que visam proteger os interlocutores de comentários ofensivos. Apesar de contar com novas medidas preventivas e punitivas, elas não ocorrem com a mesma frequência no Twitter/X. No entanto, algumas dessas medidas já puderam ser percebidas no que tange às próprias publicações e comentários analisados, que foram retirados da rede, como ocorreu com o perfil @Joaocarlllo e, conseqüentemente, com o seu comentário:

Figura 36 - Suspensão da conta @Joaocarlllo



Na mesma troca de comentários registrada via captura de tela em 28 de julho de 2023 e analisada nesta tese, o comentário gerador da sequência de impolidez/violência foi retirado e já não aparecia quando capturamos novamente (21 de maio de 2024) para a apresentação durante a defesa.

Desse cenário de baixa preocupação com as faces por parte de alguns interlocutores e da permissividade por parte do ecossistema em estudo, emergem perguntas em torno da influência do contrato comunicativo e da acepção de impolidez/violência por parte dos interactantes. É possível dizer que, por ser prevista, a impolidez/violência é compreendida de alguma forma mais amena que quando há uma quebra de contrato, ou seja, quando há uma quebra de expectativa? A esse respeito, não acreditamos que tenhamos nos aprofundado o suficiente para tecer considerações robustas sobre o assunto, porém é uma questão que vale a pena ser mais bem investigada em estudos posteriores.

Acerca da possível interferência do contrato comunicativo tal qual ele é posto em prática, é de suma importância o desenvolvimento de outros estudos que investiguem a relevância desse fator na acepção da impolidez/violência em interações diversas, como as não mediadas pela máquina, principalmente as que reduzem, por exemplo, a distância entre os

interlocutores que participam. Os diferentes papéis desempenhados e as variadas culturas que permeiam os contratos comunicativos em vigor, por exemplo, podem trazer vínculos mais ou menos próximos entre as expectativas (atendidas ou não) e o nível de impolidez/violência em sua relação com os contratos acordados entre as partes. Em suma, são inúmeras as variáveis que envolvem o fenômeno da impolidez interessantes de serem observadas mais de perto e em sua relação com o (des)cumprimento do contrato.

Além desse fator contratual, nas análises, destacou-se a frequência com que os usuários se valiam da impolidez para entretenimento (Culpeper, 2011). Atribuímos esse comportamento recorrente ao modo como o algoritmo opera. Essa ferramenta digital entrega conteúdos personalizados para seus usuários de acordo com os rastros deixados, apreensíveis por cliques, por exemplo. Com isso, o algoritmo tem como objetivo manter o usuário cada vez mais tempo em frente à tela, no caso, na rede social. Dito isso, quando uma publicação é alvo de muito engajamento, isto é, muitos usuários interagem de diversas formas, esse conteúdo será mostrado com maior frequência para outros internautas. Essa característica, a nosso ver, estimula a recorrência da impolidez para entretenimento, pois o uso dessa estratégia, concordando com Cavalcante, Brito e Oliveira (2021), aciona e incita emoções acaloradas, as quais, por sua vez, acabam por suscitar o engajamento, ou seja, a interação almejada pelos participantes da rede social. As curtidas e os comentários, nesse contexto, são como prêmios concedidos a quem estimula a participação, independente do conteúdo desses comentários.

Outro aspecto a ser considerado é o ponto de vista acerca do fenômeno da impolidez/violência. Culpeper (2011) já apontava a relevância da perspectiva de análise, isto é, a forma de interpretar, visto que são evocados conhecimentos e experiências particulares (além das compartilhadas, claro). Isso nos remete a algumas questões: é possível afirmar que um enunciado é impolido ou não? Se sim, ele é impolido para quem? A nosso ver, é plausível pensar que a impolidez não é inerente ao enunciado nem mesmo à interação e seu modo particular de funcionamento; a forma como o interlocutor alvo da ofensa a interpreta, por exemplo, pode divergir do modo como ela é concebida por um terceiro, o compreendendo como um participante que presencia, mas que não atua na interação tomando a palavra. Essas questões aqui postas, apesar de emergirem da investigação empreendida nesta tese, não foram alvo de aprofundamento, o que pode ocorrer em estudos posteriores.

Ainda no que tange à impolidez, os exemplos mostraram a importância de se conceber o fenômeno a partir de funções para, então, discutir as formas diversas que elas assumem no texto, isto é, as marcas e pistas deixadas na materialidade textual para que se realize a função de agredir e ofender o outro. Nesse sentido, a ocorrência mais saliente dentre

as funções observadas nas capturas de tela analisadas foi a função de *buscar desentendimento / evitar entendimento / criticar*. Dito de outro modo, os usuários, ao agredirem e ofenderem, se comportaram de forma a buscar a dissociação. Esse resultado, a nosso ver, tem íntima relação com o caráter crítico inerente ao gênero textual comentário.

No que tange aos graus da impolidez, alguns aspectos salientes nesta investigação mantêm relação com características específicas do ambiente virtual, mas não somente. Uma delas diz respeito à potencialização do efeito impolido que a publicização do enunciado traz, aspecto que já havia sido mencionado por Goffman (1986) para as interações face a face e mais recentemente por Dobs e Garcés-Conejos Blitvich (2013), que discorrem sobre o assunto em interações poligeridas, nas quais as testemunhas desempenham papel central na coconstrução da impolidez. Ressaltamos, ainda, que esse fator se exacerba no contexto nativo digital, visto que as proporções são ainda maiores por causa de parâmetros tecnodiscursivos (Paveau, 2021) como o efeito de ausência, a imprevisibilidade, a viralidade e a investigabilidade, esta última pela possibilidade de, pelo registro do comentário e/ou publicação, revisitar o ato agressivo.

O parâmetro tecnodiscursivo que, nesta tese, sumarizamos como “efeito de ausência”, ou seja, o afastamento físico – dado o distanciamento propiciado pela mediação da máquina – e o social – por lidar com perfis de pessoas desconhecidas – traz uma sensação (e destacamos que diz respeito, muitas vezes, apenas a uma sensação) de que os possíveis prejuízos também não alcançam o agressor. Esse cenário torna o ato impolido menos oneroso para quem o comete e, até certo ponto, incentiva essa prática.

Outra característica que interfere nos graus de impolidez é a potência, muitas vezes, imprevisível do alcance de um enunciado. Os perfis abertos, principalmente, podem ter publicações compartilhadas aos milhares, transcendendo, inclusive, a barreira do tempo, visto que a publicação pode ficar acessível a diversas pessoas, mesmo sendo apagada pelo dono do perfil, pois pode ser alvo de uma captura de tela, o que torna a dimensão (pelo menos em potencial) da ofensa inimaginável. Além disso, as consequências e as sanções podem ultrapassar o virtual e alcançar o real, por meio, por exemplo, de demissões do emprego, caso o empregador julgue que a atitude de seu empregado, embora fora do contexto laboral, possa prejudicar a empresa e a visão que seus clientes têm dela.

Já no que tange às constatações acerca da relação entre os processos referenciais e o fenômeno da impolidez, observamos que a construção de objetos de discurso fornece pistas que mobilizam uma rede referencial, a qual aciona inferências acerca da construção do sentido ofensivo mais ou menos explícito não só por parte dos interlocutores, mas do próprio

investigador. Em relação aos casos analisados nesta investigação, observamos o uso frequente de funções de impolidez explícita atualizadas textualmente de modo implícito, através da construção das redes referenciais, isto é, processos referenciais, em relação uns com os outros, formando teias e permitindo a compreensão de efeitos de sentidos impolidos e/ou violentos. Inicialmente, acreditávamos que recursos como as dêixis pessoal e social – também pelo que a literatura já sinalizava por meio, por exemplo, do que Culpeper encontrou em seus experimentos, uma das fórmulas convencionais de impolidez: *use marcadores de identidade não apropriados* – seriam mais frequentes. Entretanto, apesar de os participantes se utilizarem de outros processos referenciais, observamos uma tendência a usos explícitos acionados pela “‘presença’ implícita do referente [que] pode se dar por meio de outros referentes” (Cavalcante, et al., 2020) para recorrer à agressividade.

Essa construção de referentes ofensivos por redes referenciais ocorreu com maior frequência pelo uso de anáforas indiretas. Com outras palavras, as recategorizações dos referentes, principalmente em comentários, foram realizadas de modo agressivo sem que, necessariamente, uma marca explícita pudesse ser identificada; as anáforas indiretas foram as principais responsáveis por, na relação entre elas, possibilitarem a construção dos efeitos possivelmente impolidos, em rede. Esse ato nos chama a atenção para dois aspectos especificamente atrelados à rede social Twitter/X, a saber: o espaço reduzido para comentários, vide a restrição de caracteres por publicação, e o critério utilizado para fiscalização das regras de comportamento nesse ambiente virtual, a qual se dá, principalmente, por meios automáticos que detectam ofensas se utilizando sobretudo de critérios lexicais.

O fato de as anáforas indiretas retomarem objetos de discurso a partir de marcas textuais que conduzem o interlocutor, por inferência, ao objeto de discurso dificulta a detecção, pelo mecanismo não-humano, de possíveis ofensas. Constrói-se, assim, todo um entorno que possibilita a construção do sentido impolido. Esse acesso é fruto de uma rede referencial a qual se dá pela relação entre os objetos de discurso evocados. Essa necessidade de retomada do contexto, sobretudo de evocar conhecimentos compartilhados, para a construção do sentido agressivo também mantém relação com o uso de porções textuais menores, pois deixa para o interlocutor a função de juntar as partes para a interpretação do todo.

Em suma, as características fundamentais do processo de referenciação – de (re)elaboração da realidade, de negociação de sentido e de processamento sociocognitivo-discursivo – são cruciais para a construção do sentido impolido e/ou violento. Essa é uma das principais contribuições desta tese, a associação dos estudos textuais acerca da referenciação

aos pragmáticos de impolidez e aos discursivos de (ciber)violência ao evidenciar os processos referenciais como meio de marcar a ocorrência da impolidez/violência no ambiente virtual levando em consideração o contrato comunicativo - o qual regula as trocas comunicacionais e, por consequência, norteia as interpretações das publicações e dos comentários por parte dos participantes - e, ainda, alguns dos parâmetros tecnodiscursivos característicos do ambiente digital - os quais influenciam a aceção da intensidade do Ato Ameaçador da Face.

Por fim, no que diz respeito ao apelo social inerente à temática, reiteramos a necessidade de, inicialmente, discutirmos mais para entendermos melhor o modo como a impolidez/violência se atualiza no texto e, conseqüentemente, repensarmos a questão da responsabilidade acerca do dizer perante o outro. Diante disso, corroboramos a citação de Rabatel (2024), segundo o qual

[n]ão é porque os sujeitos falam e pensam com pré-construídos, pré-discursos, porque são fortemente moldados e constrangidos por eles, pelas normas e gêneros, assim como por sua história pessoal e pela época em que nasceram, que devemos negar-lhes essa responsabilidade de fazer certas escolhas ou não.

É, portanto, preciso assumir a responsabilidade dos atos verbais, pensar criticamente sobre os seus efeitos e modificar essa tendência à impolidez/violência.

REFERÊNCIAS

TWITTER. **As Regras do Twitter**. Disponível em: <https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/twitter-rules>. Acesso em: 15 dez 2020.

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2017 [2014].

ARCHER, D. E. Verbal aggression and impoliteness: Related or synonymous? In: BOUSFIELD, D., LOCHER, M. A. **Impoliteness in language: studies on its interplay with power in theory and practice**, 2008.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BOUSFIELD, D. **Impoliteness in interaction**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2008.

BRAVO, D. Actividades de cortesía, imagen social y contextos socioculturales: una introducción. In: **Actas del Primer Coloquio del Programa EDICE**, 2003, p. 98-108. Disponível em: <http://www.edice.org/descargas/1coloquioEDICE.pdf>

BRAVO, D.; BRIZ, A. (Org.) **Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=f7MTkQLzysnCprintsec=frontcoverhl=fresource=gbs_ge_summary_recad=0#v=onepageqef=false Acesso em: 03 jun 2020.

BRITO, M. A. P.; OLIVEIRA, R. L. . A construção do referente em uma análise do pathos na polêmica. **ORGANON**, v. 33, p. 1, 2018.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CABRAL, A. L.T.; LIMA, N. V. Conflitos de opinião no Facebook sobre o cenário político brasileiro: polêmica, emoções e agressividade. In: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; PINTO, M. A. G. (Organizadores). **O poder do discurso e o discurso do poder - v. 1**. São Paulo: Editora Paulistana, 2018. 353p. ISBN 978-85-5336-001-7. Disponível em: <http://cied.fflch.usp.br/>. Acesso em: 09 abr 2020.

CAVALCANTE, M. M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012, 176 p.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014, 171p.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. In: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (Orgs.). **Estudos do discurso: caminhos e tendências** [Internet]. São Paulo: Paulistana, p. 119-133, 2016.

CAVALCANTE, M. M., BRITO, M. A. P. B., CUSTÓDIO-FILHO, V., CORTEZ, S. L., PINTO, R. B. W. S., PINHEIRO, C. L. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas

para análise. **Revista (Con)Textos Linguísticos** - linguística textual e Análise da Conversação: conceitos e critérios de análise, Vitória-ES, v. 13 n. 25, p. 25-39, 2019.

CAVALCANTE, M. M.; DE OLIVEIRA, R. L. O recurso aos memes em diferentes padrões de gêneros à luz da linguística textual. **Revista Desenredo**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/8931>. Acesso em: 3 jan. 2024.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística textual e argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. **Estratégias de referenciação em textos multissemióticos**. SEDA, Seropédica, Rio de Janeiro, v. 5, n. 12, p. 55-71, 2020.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P.; OLIVEIRA, R. L. A relevância do texto e da interação no contexto digital. **Calidoscópico**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 333–344, 2021. DOI: 10.4013/cld.2021.193.03. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/23287>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CAVALCANTE *et al.* **Linguística textual: conceitos e aplicações**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P.; FARIA, M. da G. dos S. Atos linguageiros de ironia sarcástica: considerações argumentativas em linguística textual. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 54, n. 1, p. e1900, 2023. DOI: 10.18309/ranpoll.v54i1.1900. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1900>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Mônica Magalhães Cavalcante; Mariza Angélica Paiva Brito; Mayara Arruda Martins (Org.). **Texto, tecnodisursividade e enunciação**: traduções - vol. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (Orgs.). **As emoções no discurso**, volume II. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 23-56.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. 2ª ed. - São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, P. Reflexões para a análise da violência verbal. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 15, n. 3, p. 443-476, set./dez. 2019.

COSTA, J. Memória e des-memória discursivas no movimento ciberfeminista. **EIDeA - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 18, n. 1, 13 dez. 2018.

CULPEPER, J. Towards an anatomy of impoliteness. **Journal of Pragmatics**. v 25, n° 3 p.349-367, 1996.

CULPEPER, J. Impoliteness and entertainment in the television quiz show: The Weakest Link. **Journal of Politeness Research**, v. 1, n. 1, p. 35-72, 2005.

CULPEPER, J. Reflections on impoliteness, relational work and power. In: BOUSFIELD, Derek; LOCHER, Miriam (eds). **Impoliteness in Language**. Berlin, NY, Mouton de Gruyter, 2008, p.17- 44.

CULPEPER, J. **Impoliteness using language to cause offense**. Cambridge, Cambridge University Press, 2011. 292 p.

CULPEPER, J. Impoliteness strategies. In: CAPONE, A.; MEY, J. L. (Org.) *Interdisciplinary studies in pragmatics, culture and society*. New York: Springer, 2016. p. 421-445.

CULPEPER, J.; BOUSFIELD, D.; WICHMANN, A. Impoliteness revisited: with special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics*, 2003. p. 1545-1579. Disponível em: www.sciencedirect.com. Acesso em: 10 out. 2020

CUNHA, G. X.; OLIVEIRA, A. L. A. M. Teorias de im/polidez linguística: revisitando o estado da arte para uma contribuição teórica sobre o tema (Theories of linguistic im/politeness: revisiting the state of the art for a theoretical contribution on the topic). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 135-162, 2020. DOI: 10.22481/el.v18i2.6409. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/6409>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos Fatores; Distintas Interações; Esmiuçando o Caráter Heterogêneo da Referenciação**. 2011. 330f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2011.

DELEUZE, G. **Espinosa, filosofia prática**. Ed. Escuta, São Paulo, 2002.

DUARTE, A. L. M. **A desqualificação do outro em modalidades demonstrativa e polêmica nas esferas jurídica e midiática**. 2023. 213 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, [S. l.], 2023.

ÉMÉRIT, L. La publication multisite: un objet linguistique qui interroge les notions de texte et de contexte dans les environnements numériques. **Essais [On-line]**, 12, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/essais/3026>. Acesso: 07 mar. 2021.

GIBBS, R. W. **Intentions in the Experience of Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação: Ensaio sobre o comportamento face a face**. Petrópolis – RJ: Vozes, [1967] 2011.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

GRICE, P. H. **Lógica e conversação**. (Trad João W. Geraldi). In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Fundamentos Metodológicos da Linguística (vol IV): Pragmática - Problemas, críticas, Perspectivas da Linguística**. Campinas: UNICAMP. 1982.

HAUGH, M.; CULPEPER, J. Integrative pragmatics and (im)politeness theory. In: ILIE, C.; NORRICK, N. R. (Eds). **Pragmatics and its Interfaces**. vol. 294. John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, 2018. p. 213-239.

HUTCHEON, L. **Teoria e política da ironia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação: princípios e métodos**. Tradução Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Polidez e impolidez nos debates políticos televisivos: o caso dos debates entre dois turnos dos presidentes franceses. In: SEARA, I. R. (org.). **Cortesia: olhares e (re) invenções**. Lisboa: Chiado Editora, 2014. p. 47-82.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Abordagem intercultural da polidez linguística: problemas teóricos e estudo de caso. In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (Orgs.). **Descortesia e cortesia: expressão de culturas**. São Paulo: Cortez, 2017. p.17-56.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images: the Grammar of Visual Design**. 3rd. ed. London: Routledge, 2021.

LEECH, G. **Principles of pragmatics**. New York: Longman, 1983.

LEECH, G. **The pragmatics of politeness**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

LAKOFF, R.T. **Talking Power: The politics of language**. New York: Basic Books, 1990.

LOCHER, M ; WATTS, R. J. Relational work and impoliteness : Negotiating norms of linguistic. In: D. BOUSFIELD; M. A. LOCHER, (eds), **Impoliteness in Language**. Berlin, NY, Mouton de Gruyter, 2008, 346p., pp.77-99.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros Textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. (Orgs.) **Gêneros Textuais e Ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 19-36.

MARTINS, M. A. **A caracterização dos tipos de dêixis como processos referenciais**. 2019. 142f - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2019.

MARTINS, M. A. Redimensionando a noção de dêixis: o @ como recurso dêitico na tecnodiscursividade. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 54, n. 1, p. e1897, 2023. DOI:

10.18309/ranpoll.v54i1.1897. Disponível em:
<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1897>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MATOS, J. G. **As redes referenciais na construção de notas jornalísticas**. 2018. 259f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

MATSOMOTO, Y. Reexamination of the univesality of face: politeness phenomena in Japanese. **Journal of Pragmatics**, v. 12, n. 4, p. 403-426, 1988.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2016 [2003].

OLIVEIRA, R. L. **Uma análise textual do *pathos* em polêmicas**. 2020.

OLIVEIRA, A. L. A. M.; CABRAL, A. L. T. Batalhas de MC: um estudo sobre (im)polidez e categorização axiológica à luz da pragmática / MC Battles: a study on (im)politeness and axiological categorization under the light of pragmatics. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 28, p. 1983, 2020.

PAIVA, G. M. F. **A polidez linguística em sala de bate-papo na internet**. 2008.

PAVEAU, M. A. **Os pré-discursos: sentido, memória, cognição**. (trad. Greiciely costa e Débora Massman). Campinas: Pontes, 2013.

PAVEAU, M. A. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Tradução: Ivone Benedetti – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2015.

PAVEAU, M. A. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Campinas, SP: Pontes Editores (in print), 2021.

SEARA, I. R; CABRAL, A. L. T. O comentário elogiativo nas redes sociais: estratégias de cortesia valorizadora. **Revista da Associação Portuguesa de Linguística**. n. 3 09/2017, p. 311-332. Disponível em: <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln3ano2017a17> Acesso em 18 jan. 2020.

SEARLE, J. What is a speech act? In: BLACK, M. (Org.) **Philosophy in America**. Cornell: Cornell University Press, 1965. p. 136-154.

SEARLE, J. R. Austin on locutionary and illocutionary acts. **The philosophical review**, v. 77.4, p. 405-424, 1968.

SEARLE, J. R. **Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SOARES, Maiara Sousa. Manifestações textuais de estratégias de manipulação em tecnotextos sobre política. Orientadora: Mônica Magalhães Cavalcante. 2024. 86 f. Projeto de pesquisa (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós- graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

SPENCER-OATEY, H. Rapport management: a framework for analysis, in: H. Spencer-Oatey (Ed.) **Culturally Speaking. Managing Rapport through Talk across Cultures**. (London: Continuum), 2000.

SPENCER-OATEY, H. Managing rapport in talk: using rapport sensitive incidents to explore the motivational concerns underlying the management of relations. **Journal of Pragmatics**, 34, 2002, p. 529-545.

SPENCER-OATEY, Helen. **Culturally speaking: Managing rapport through talk across cultures** 2nd ed. London: Continuum, 2008.